

DA FONOLOGIA À LEXICOGRAFIA

Elementos para uma Gramática
do Português de Angola

Paulo Osório (Coord.)

Afonso Miguel

António Kingui

David Suelela

Paulino Soma Adriano

Teresa Costa

DA FONOLOGIA À LEXICOGRAFIA

Elementos para uma Gramática
do Português de Angola

Paulo Osório (Coord.)

Afonso Miguel

António Kingui

David Suelela

Paulino Soma Adriano

Teresa Costa

**DA FONOLOGIA À LEXICOGRAFIA:
ELEMENTOS PARA UMA GRAMÁTICA
DO PORTUGUÊS DE ANGOLA**

COORDENAÇÃO

Paulo Osório

AUTORIA

Afonso Miguel | António Kingui | David Suelela

Paulino Soma Adriano | Teresa Costa

CAPA: SAL Studio

PAGINAÇÃO: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

IMPRESSÃO: Papelmunde

1.ª EDIÇÃO: Junho 2022

DEPÓSITO LEGAL: 500720/22

ISBN: 978-989-755-778-1

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020.

ÍNDICE

- 7 Preâmbulo (Indispensável)
- 11 Prefácio
ALEXANDRE CHICUNA
- 13 Nota Introdutória
PAULO OSÓRIO
- 17 Abreviaturas

- 19 Capítulo 1. Situação (Geo)linguística de Angola
ANTÓNIO KINGUI | PAULO OSÓRIO
- 35 Capítulo 2. Características Fonológicas e Morfológicas
do Português de Angola
AFONSO MIGUEL
- 79 Capítulo 3. Características Sintáticas do Português de Angola
PAULINO SOMA ADRIANO | DAVID SUELELA
- 111 Capítulo 4. Contacto Linguístico em Angola:
o Caso do Umbundu e do Português
TERESA COSTA

- 131 Posfácio
MARGARIDA PETTER
- 137 Referências
- 149 Dados Biográficos dos Autores

PREÂMBULO (INDISPENSÁVEL)

Quando este livro já estava pronto a entrar no prelo, fomos surpreendidos pela infausta notícia do falecimento súbito do Professor Alexandre Chicuna, autor do Prefácio a esta obra. Não querendo, apesar de tudo, alterar a dedicatória à Professora Amélia Mingas, não podemos deixar de, certo modo, associarmos o nome do Prefaciador à homenagem prevista.

No que respeita a tudo mais, não procedemos a qualquer modificação de monta: o livro segue, tal como o havíamos planeado, incluindo, evidentemente, as bondosas palavras com que o Professor Chicuna entendeu abrir esta recolha de estudos.

A Coordenação

In Memoriam **Amélia Mingas**,
a grande visionária, a quem todos os
contributos deste livro tanto devem!

PREFÁCIO

(TAMBÉM COMO FORMA DE ÚLTIMA E SINCERA HOMENAGEM)

ALEXANDRE CHICUNA [1972-2022]
Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)

O Coordenador da Obra convidou-nos para redigir o prefácio deste livro sobre a Língua Portuguesa, pelo que aceitámos, com muito agrado.

A Língua Portuguesa, Património da Humanidade, faz parte do mosaico linguístico de Angola. Dada a sua diversidade etnolingüística, Angola é um país plurilingue, onde o português coexiste com várias línguas nativas. Apesar da existência de outras línguas, o português é a única língua oficial do País, de acordo com a Carta Magna da República de Angola. Por isso, para os Angolanos, a língua portuguesa é, de facto, um meio de comunicação nacional e também internacional, pois permite o contacto com o Mundo Lusófono.

A língua portuguesa, dada a sua vitalidade em Angola, apresenta particularidades notáveis a vários níveis: sintáctico, fonológico, morfológico e lexical. No entanto, o ensino do Português, nas escolas e em todos os níveis, obedece à norma lusitana. Tendo em conta a realidade sociolingüística do país, têm sido publicados trabalhos de investigadores e estudiosos nacionais sobre o português de/em Angola.

O presente livro *Da Fonologia à Lexicografia: Elementos para uma Gramática do Português de Angola* representa um precioso contributo para o estudo da variedade do Português falado em Angola. Este livro, elaborado por uma equipa dirigida pelo Doutor Paulo Osório, Professor Catedrático de Linguística Portuguesa na Universidade da Beira Interior, Portugal, reúne subsídios de docentes e investigadores nacionais, especialistas em linguística, que labutam em diferentes instituições de ensino superior, para o ensino e difusão da língua portuguesa em Angola. Os seus autores têm obras publicadas sobre a língua portuguesa. Organizado em quatro capítulos, os autores deste livro apresentam pesquisas realizadas, durante as suas formações doutorais, em universidades portuguesas, sobre o funcionamento e enriquecimento da língua portuguesa em Angola. Neste livro, são analisados aspectos sintácticos, fonológicos, morfológicos e lexicais do português **falado em Angola**.

No primeiro capítulo deste livro, destaca-se a situação geográfica e etnolinguística de Angola, caracterizando as três principais famílias linguísticas que compõem o mosaico angolano: línguas *bantu*, línguas não *bantu* (africanas) e língua portuguesa, de origem neolatina. Neste capítulo, são apresentados os nove grupos etnolinguísticos de Angola, o estatuto e o espaço das línguas nacionais e do português; o resultado da interferência das línguas nacionais na língua portuguesa. O capítulo culmina com uma análise sociolinguística do falante de Angola, apresentando uma análise sobre os aspectos da variação da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal.

O segundo capítulo dedica-se à descrição dos aspectos fonológicos e morfológicos do português falado em Angola, que diferenciam de outras variedades do mundo lusófono, destacando as influências das línguas nativas no português. Quanto às diferenças acima apontadas, são apresentadas as diversas realizações vocálicas do português falado em Angola, a oscilação de sons consonânticos; a presença de consoantes pré-nasalizadas, em posição inicial, característica inexistente na estrutura morfológica do português padrão. O final do capítulo é consagrado à análise da estrutura interna das unidades lexicais do português de origem kimbundu.

No capítulo seguinte, faz-se uma abordagem sobre (i) o objecto da sintaxe do ponto de vista historiográfico e (ii) sobre alguns aspectos sintácticos do português falado em Angola, tendo como *corpus* programas televisivos e radiofónicos, entre 2012 e 2013, de falantes escolarizados. O capítulo termina com uma análise de construções desviantes da norma padrão do português lusitano.

No último capítulo, trata-se, finalmente, do resultado do contacto de línguas, destacando-se a contribuição do umbundu para o processo do enriquecimento do léxico do português em Angola, com a presença de vocábulos de uso corrente. São também, neste capítulo, analisados os processos ocorridos nos neologismos registados tanto no Umbundu como no Português.

Felicitemos os autores deste livro pela contribuição para o estudo da Língua Portuguesa em Angola. Por isso, recomendamos a sua leitura.

Janeiro, Luanda, 2022

NOTA INTRODUTÓRIA

PAULO OSÓRIO

É, em pleno século XV, que a língua portuguesa chega a Angola, num período linguístico habitualmente designado “Português Médio”. Ao nível externo, neste subperíodo linguístico avultam alguns factores, entre os quais, a expansão colonial, começando em inícios do século XV e cuja influência, na evolução do português, será, numa primeira fase, de carácter lexical.

Sob o ponto de vista linguístico, ao longo deste recorte cronológico, assistimos, no domínio fonético e fonológico, à eliminação dos encontros vocálicos. Na verdade, a seguir à fase do Galego-Português medieval (caracterizada por grande número de palavras com vogais formando um hiato), assistimos a um período caracterizado por uma tendência para que estes encontros vocálicos sejam eliminados. Originados pela queda de diversas consoantes, entre as quais o <-D->, o <-L-> e o <-N-> intervocálicos, dela resultaram palavras como *vĩ-o* (de VINU), *bõ-o* (de BONU), *diabo-o* (de DIABOLU), entre outras. Sobre as reduções dos encontros vocálicos, que tiveram lugar nos séculos XIV e XV, poder-se-á afirmar que o sistema fonológico do português, em 1500, tinha sido enriquecido com as referidas reduções dos hiatos e passou a conter oito fonemas vocálicos orais, tanto em posição tónica como pretónica: /i/, /e/, /ɛ/, /ɐ/, /a/, /ɔ/, /o/, /u/. Em posição final, estes oito fonemas ficavam reduzidos a três: /E/, /A/, /O/. As combinações de ditongos orais aumentaram de oito para onze: [ej], [ɛj], [aj], [ɔj], [oj], [uj], [iɰ], [eɰ], [ɛɰ], [aɰ], [oɰ] e as nasais passam a ter os três ditongos que caracterizam o Português Europeu actual.

Na Morfologia, entre 1350 e 1500, verifica-se a unificação dos substantivos que, antes, terminavam, no singular, em <-ã-o>, <-an> e <-on> e, por volta de 1500, já estava concluída uma uniformização do singular, em <-ão> (*mão*, *cão*, *leão*), ao passo que os três plurais diferentes, e determinados etimologicamente (porque derivam das terminações do acusativo plural do latim, respectivamente em -ANUS, -ANES e -ONES), se mantiveram até hoje. Esta unificação das terminações <-an> / <-am>

e <-on> / <-om> em <-ão> abrange todas as palavras da língua, incluindo as formas verbais tónicas e átonas. Ainda no subsistema morfológico, além de se fixarem os plurais dos nomes terminados em <-ão>, fixa-se, igualmente, o feminino dos adjectivos com a mesma terminação e no plural dos substantivos e adjectivos que, no singular, terminam em <-l>, ocorrem já as formas da língua moderna.

As formas átonas dos determinativos possessivos *ma*, *ta*, *sa* desaparecem e os anafóricos *em* e *(h)i* deixam, igualmente, de ser usados. Na segunda pessoa do plural dos verbos, o <-d-> intervocálico desapareceu já no século XV, dando origem às terminações <-ais>, <-eis> e <-is>.

Neste subperíodo, deverá salientar-se ainda o processo de enriquecimento do vocabulário através da introdução de latinismos (formas eruditas e semieruditas), conhecendo uma grande intensificação em todo o período, nomeadamente devido ao decisivo contributo da prosa didáctica dos autores da Casa de Avis e a prosa histórica dos cronistas.

Todavia, embora interesse enquadrar linguisticamente o estado da língua levado até Angola, outros factores linguísticos, nomeadamente de contacto, têm de ser equacionados, estando, no momento actual da investigação, ainda muito por descrever.

Por isso, o livro que agora se publica nasce de uma motivação antiga, fruto da observação de uma real necessidade de estudos que descrevam linguisticamente o Português de Angola (doravante, PA). Não obstante, existam diversos estudos descritivos que vão sendo convocados ao longo desta obra, bem como a existência de numerosas teses de doutoramento e dissertações de mestrado que têm sido produzidas, vinha sentindo falta de uma compilação descritiva que, mais do que atender a fenómenos externos e a questões de natureza sociolinguística, descrevessem o PA, com, naturalmente, diferentes possibilidades de ancoragem epistemológica no quadro das teorias da Linguística Moderna.

Foi deste ensejo que decidi convidar o grupo de investigadores que assinam os diferentes capítulos, constituindo-se, assim, uma equipa que já é fruto dos quadros académicos angolanos que se vêm especializando neste domínio científico. Assim, estou grato a todos os Colegas que integram a autoria dos diferentes capítulos do livro e que, desde o primeiro momento, abraçaram sem reservas este desafio. As opções aqui tomadas são, portanto, fruto de uma reflexão conjunta e da troca de experiências académicas e pessoais de todos os envolvidos.

Deste modo, o objectivo primeiro deste livro é contribuir para a descrição do PA, permitindo que, paulatinamente, se vá constituindo e fixando a sua gramática e, a

curto prazo, se desenhe a sua norma linguística. Naturalmente que este contributo não constitui uma Gramática *tout court*, por faltarem áreas de descrição linguística não trabalhadas aqui, como sejam a Semântica e a Pragmática. Neste sentido, esta obra considera-se um contributo em aberto, esperando-se, a breve trecho, dar-lhe continuidade através da concepção de um outro volume que trate aspectos linguísticos não tidos, por motivos diversos, agora em conta.

Esta obra que não se encontra redigida segundo o Novo Acordo Ortográfico, atendendo ao facto de Angola nunca o ter ratificado, é constituída por quatro capítulos. Num primeiro, António Kingui e Paulo Osório fazem uma descrição sociolinguística e geolinguística do PA, caracterizando os vários grupos etnolinguísticos de Angola, sem deixarem de estabelecer as considerações necessárias face aos caminhos do colonialismo no PA e do contacto linguístico inerente à realidade em apreço. No Capítulo 2, Afonso Miguel descreve o sistema fonológico e morfológico do PA, não deixando de realçar as características que o PA vem assumindo por via dos diferentes tipos de contacto linguístico. O terceiro capítulo, da autoria de Paulino Soma Adriano e David Suelela, caracteriza a sintaxe do PA, descrevendo com maior particularidade fenómenos de regência, valência, estruturas de subordinação e clitização. No último capítulo, Teresa Costa sublinha outra situação de contacto, o caso do Umbundu e do Português, abalanchando-se numa descrição lexicográfica, área que nos parece fundamental e que nem sempre tem sido suficientemente acarinhada no âmbito dos estudos de descrição linguística.

Por fim, não posso deixar de registar uma palavra de reconhecido agradecimento aos Professores Alexandre Chicuna e Margarida Petter pela elaboração do Prefácio e do Posfácio, respectivamente. A presença neste volume destes especialistas de renome internacional no âmbito dos estudos do PA é, na verdade, motivo de enorme satisfação.

Resta-me, igualmente, agradecer o patrocínio concedido a esta publicação pelo Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, bem como às Edições Húmus que acreditaram desde o início neste projecto.

The last but not least, à Amélia Mingas, por me ter aberto, com tanta amizade e carinho, as portas de Angola e por ter contribuído, de forma decisiva, para a formação académica de alguns dos envolvidos nesta jornada.

ABREVIATURAS

ADJ (PA)	adjectivo (português angolano)
CM(PA)	composto morfológico (português angolano)
CV	consoante-vogal
CVC	consoante-vogal-consoante
CVN	consoante-vogal-nasal
IT	índice temático
JA	Jornal de Angola
JAAL	Jornal Angolano de Artes e Letras
JD	Jornal dos Desportos
LA	língua alvo
LB	línguas bantas
LM	língua materna
LO	língua de origem
N	nome
N(BT)-PREP-N(BT)	nome (banto)-preposição-nome (banto)
N(PA)	nome (português angolano)

N(PT)	nome (português)
NCV	nasal-consoante-vogal
PA	português angolano / de Angola
PE	português europeu
PN	prefixo nominal
PN-BN(BT)	prefixo nominal-base nominal(banta)
PV-BV(BT)	prefixo verbal-base verbal (banta)
PV-RV(BT)-VF	prefixo verbal-radical verbal (banto)-vogal final
R(BT)-VL-R(NC)	radical (banto)-vogal de ligação-radical (neoclássico)
RDC	República Democrática do Congo
RNOM(PA)-SN-IT	radical nominal (português angolano)-sufixo nominalizador-índice temático
RNOM-SADJ-IT	radical nominal-sufixo adjectivalizador-índice temático
RV(PA)-VT-FLEX	radical verbal (português angolano)-vogal temática-flexão
TEMAVERB-SN-IT	tema verbal-sufixo nominalizador-índice temático
V(PT)-N(BT)	verbo (português)-nome (banto)
VF	vogal final
VT	vogal temática

CAPÍTULO 1. SITUAÇÃO (GEO)LINGUÍSTICA DE ANGOLA

ANTÓNIO KINGUI | PAULO OSÓRIO

Angola está situada na África Austral e ocupa uma extensão de 1.246.700 km². É limitada a Este e Sudeste pela República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia, a Oeste o Oceano Atlântico, a República do Congo a Noroeste e a Norte e Leste a República Democrática do Congo. A situação climática é apresentada por humidade, constando assim de duas épocas que marcam o território angolano: a primeira é conhecida como a época das chuvas, que começa no mês de Setembro e vai até Abril; a segunda é denominada como a época seca, a de cacimbo, a da estação fria, ou a do cultivo agrícola, que vai de Maio a Agosto. É um país rico em recursos minerais, com maior destaque para o petróleo e o diamante, que são considerados como os *baluartes* da economia nacional (cf. INE 2016).

Nos trabalhos desencadeados pelo *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola*, em 16 de Maio de 2014, os dados revelam que a população residente em Angola era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total). Verificou-se que havia menos homens do que mulheres. O índice do género masculino é de 94, que significa a existência de 94 homens para cada 100 mulheres. Este comportamento é observado em quase todas as províncias, com excepção da província da Lunda Norte. Nesta província, o índice do género masculino é de 106, quer dizer, existem 106 homens por cada 100 mulheres¹.

Angola é considerada uma República, com um regime político presidencialista, cujo Presidente é, ao mesmo tempo, Comandante-em-Chefe e Titular do Poder Executivo, funcionando com um Vice-Presidente e por Ministros de Estado (*Constituição da República*, art.º 108.º, 2010). São ainda órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais.

1 Cf. Silva (2015: 14).

Se tivermos em conta a nomenclatura administrativa, o território angolano está dividido em 18 províncias: Luanda, tida como a capital do país, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malanje, Uíge, Bengo, Namibe, Zaire, Huambo, Benguela, Huíla, Cunene, Moxico, Lunda Sul, Lunda Norte, Cabinda, Bié e Cuando Cubango.



Figura 1: Mapa de Angola

Os seus habitantes constituídos pelos povos não Bantu formavam, assim, o grupo dos Vátwa ou Koroca. Mais tarde, os Bantu invadem o território com poderosos reinos independentes e, finalmente, surgem os Portugueses, em 1482, empreendendo uma colonização que teve o seu término em 11 de Novembro de 1975, data em que se proclamou a independência (cf. Fernando e Ntondo 2002: 17; Marçalo e Nauege 2017: 3477).

Para descrever o campo sociolinguístico de Angola, que não tem sido uma tarefa fácil, servimo-nos de três obras importantes que, a nosso ver, apresentam uma abordagem mais sucinta acerca das variedades das línguas faladas em Angola: (i) *Angola: Povos e Línguas*, de Fernandes & Ntondo (2002); (ii) *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, de Mingas (2007) e (iii) *A Transição de Angola para o Português. Uma História Sociolinguística*, de Inverno (2008).

Angola é um país plurilingue, pois nela coabitam três grandes famílias linguísticas, genéticas e estruturalmente diferentes: i) línguas africanas bantu (cokwe, kikongo, umbundu, kimbundu, nganguela, oshielelo, oshiwambo, oshikwanyama, oshindonga); ii) línguas africanas de origem não bantu (koiisan (hotentote/khoi, kankala/san, vátwa/koroka); iii) língua portuguesa.

Em Angola, no contexto actual, já se pode observar a língua portuguesa como sendo a língua materna de muitos angolanos (contraponto flagrante do contexto colonial em que era tida apenas como língua segunda, língua estrangeira), chegando a ultrapassar o número de falantes de línguas bantu (Inverno 2008). Mas, em algumas zonas periféricas, sobretudo no interior do país, as línguas nacionais continuam a ser as mais faladas do que o português e tidas como língua materna dos habitantes com idades média e adulta. Hoje, naturalmente, no interior do país, o número de falantes de língua nacional com idade inferior é muito reduzido, sendo que esta faixa assume já como língua materna o português (Inverno 2008), e a aprendizagem da língua nacional falada pelos pais ou avós começa muito mais tarde, isto é, na idade média, mas em contexto de uso muito restrito, ou seja, apenas em casa, e quando usada, em casa, é como resposta a questões ou conversas casuais; as respostas são sempre com frases curtas ou mesmo com palavras misturadas com o português. Esta mescla das línguas nacionais com o português pode resultar da incapacidade linguística do falante ou do processo de *transferência* como também da força do hábito, mas que, inegavelmente, essa coabitação causa *interferência* nas duas línguas. Nos tempos passados, nas zonas mais precárias das cidades, encontravam-se facilmente falantes de uma língua nacional (Inverno 2008: 118). Actualmente, a situação é totalmente diferente. Nem mesmo o factor idade adulta é forte indicador de um falante com proficiência em língua nacional. A falta de transmissão da *língua de herança* dos avós para os pais e dos pais para os filhos resultou na diminuição de falantes de língua nacional materna ou mesmo segunda, facto que cedeu maior abrangência e propagação da língua portuguesa, quer como língua materna, quer como língua segunda. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, registados no Censo de 2014, o português é falado por cerca de 71,15% de angolanos, numa escala de 25,7 milhões de habitantes nacionais, indicadores que dão conta de que as línguas africanas bantu mais faladas (umbundu, kikongo e kimbundu) perdem enorme espaço em comparação à não bantu (portuguesa), com percentagem de falantes, numa ordem, segundo apresentação das línguas nacionais referidas, de 22,96%, 8,24% e

7,82% (Hagemeijer 2016: 46). Se olharmos para a década de 1970, o grupo bantu de línguas nacionais mais faladas era composta por seis, nomeadamente o umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, mbunda-ngangela e ovakwanyama (Inverno 2008: 118). Comparando os dados das línguas nacionais das duas datas, isto é, a de 2014 e a de 1970, podemos notar que na data mais recente há uma redução de três línguas nacionais e inversão da posição que ocupavam, sendo que a língua kimbundu passou, nos dados de 2014, para a terceira posição, enquanto, em 1970, ocupava o segundo lugar. Diante deste facto, o que se pode verificar é que, na medida em que os anos vão somando, as línguas nacionais sofrem redução e, por tal motivo, em função do contexto actual, prevê-se o desaparecimento da língua kimbundu na lista das mais faladas, pelos seguintes motivos: (i) o maior número de falantes ser apenas constituído por pessoas de idade adulta ou avançada das províncias do Bengo, Cuanza Norte e Malanje (António & Osório 2018: 3291); (ii) a capital do país, que outrora possuía um número significativo de falantes, hoje, infelizmente, já não regista pelas razões invocadas nas páginas mais adiante, prevalecendo timidamente em alguns textos escritos, com maior notoriedade nos literários. Para mitigar essa situação, Angola tem enveredado um esforço em implementar políticas linguísticas que promovam o ensino das línguas bantu em todos os estabelecimentos de ensino. Por se tratar de um *mosaico linguístico*, o ensino das línguas nacionais nas escolas tem sido em função da distribuição dos territórios, ou seja, a parte do Sul, que corresponde às províncias de Benguela, Cuanza Sul, Bié e Huambo, lecciona a língua umbundu; a do Norte, que circunscribe as províncias de Luanda, Malanje, Cuanza Norte, Bengo, lecciona a língua kimbundu; a do Leste, que corresponde às províncias do Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul, lecciona a língua cokwe; na província de Cabinda, a língua ibinda ou fiote (Marçalo & Naege 2017; António & Osório 2018). É inegável que o período de independência dos países africanos constitui um processo significativo no crescimento de falantes de língua não bantu (Hagemeijer 2016: 46-48).

A maioria do povo angolano descendente dos bantu ocidentais e meridionais são originários de grandes movimentações migratórias, calculando-se, por isso, que existam em Angola cerca de 90 a 100 grupos etnolinguísticos, agrupados em dez *grupos étnicos*, divididos a partir das línguas faladas no seu território (Pinto 2017: 48-49), os quais serão abordados, seguidamente, de forma sucinta.

1.1. Grupos etnolinguísticos de Angola

1.1.1. Grupo etnolinguístico tucokwe

Com o número superior a 357 693 pessoas, e formado pelas etnias Lunda- Lwa – Xinde, Lunda Ndembu, Mataba, Badinga, Mai, o povo utiliza predominantemente a língua cokwe que é considerada como uma língua transnacional pelo facto da sua área de difusão se estender para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo e na República da Zâmbia. As variantes da língua cokwe são: badinga, bakete, kafula, lunda, lwa ndembu, lunda lwa xinde, mai e mataba.

1.1.2. Grupo etnolinguístico ambundu

Com um número de pessoas não superior a 1500 000, o grupo etnolinguístico ambundu é formado pelos Lwanad, Hungu, Lwango, Ntemo, Puna, Ndembu, Ngola, Mbondo, Mbângala, Holo, Kari, Xinje, Minungu, Songo, Bambeiro, Kisama, Lubolo, Kibala, Haku, Sende. A língua do povo é o kimbundu que parte do interior para o litoral e domina as províncias de Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Malanje. As variantes da língua kimbundu são: holo, ndongo, kambondo, kisama, mbangal, mbolo, minungu, ndembu, ngola ou jinga, ngoya, nkari, ntemo, puna, songo, xinji.

1.1.3. Grupo etnolinguístico bakongo

São em número aproximado de 480 000 pessoas e constituem o terceiro maior grupo etnolinguístico do país. É formado, entre outros, pelos Basikongo, Bandongo, Suku, Bayombe, Yaka, Woyo, pombo, Hungu, Zombo, Nsoso, etc. A língua falada por este povo é o kikongo cuja área de difusão se estende, também, para além das fronteiras nacionais. Ela é falada na República Democrática do Congo, no Sul da República do Congo Brazavile e na República do Gabão. As variantes da língua kikongo são: kilinji, kikoci, kikwakongo, kimboma, kinzenge, kihungu, kinsoso, kipaka, kipombo, kisikongo, kisolongo, kisuku, kisundi, kivili, kiwoyo, kiyaka, kiyombe e kizombo.

1.1.4. Grupo etnolinguístico vangangela

Num número aproximado de 3 280 000 pessoas, repartem-se entre os Lwimbi, Lwena, Luvale, Lucazi, Mbunda, Kamaxi, entre outros. O povo utiliza para a sua comunicação a língua ngangela, que é falada nas províncias do Cuando Cubango, na parte do sudoeste da província do Moxico e da província do Uíge, na parte leste da província da Huíla.

O ngangela tem ramificações na República da Zâmbia onde algumas das suas variantes são faladas pelas populações locais. A este título, é tida também como uma língua transnacional. As variantes da língua ngangela são: kamaxi, lucazi, luvale, luena, luimbi, luyiyo, mbande, mbuela, ndungu, ngangela, ngonjelu, nkoya, nyemba, nyengo e yahuna.

1.1.5. Grupo etnolinguístico ovanyaneka-nhumbi

Com cerca de 129 000 pessoas (ovanyaneka 100 000), são formados pelos Mwila, Ngambwe, Nkhumbi, Ndongwena, Inlo, Kwankwá, Handa, Cipungu, Ocilenge – Nkhumbi e Ocilenge – Musó. A área de difusão do olunyaneka centra-se na província da Huíla e com uma influência nas províncias de Benguela e Namibe. As variantes da língua olunyaneka são: handa (cipungu), handa (mupa), hinga, nkhumbi, muila, ngambwe, ocilenge humbi, ocilenge musó, ocipungu, onkwakwa ndongwena.

1.1.6. Grupo etnolinguístico ovahелеlo e ovambo

Vive no extremo sudoeste de Angola, na orla do deserto do Namibe. Estimado em 25 000 pessoas, são formados pelos Ndimba, Himba, Cavikwa, Kwanyoka, Kuvale e Kwendelengo. A língua falada por este povo é o ovahелеlo. O termo genérico ovambo inclui dois grupos: o ovakwanyama e o ovandongga.

1.1.7. Grupo etnolinguístico ovakwanyama

Os Ovakwanyama englobam os Evale, Kafima, Kwanyama, Kwamato, Ndombondola e Kwangali. São por volta das 62 000 pessoas e são fundamentalmente criadores de gado. A língua deste povo é o oshikwanyama, que é falada na província do Cunene situada no sudoeste de Angola. Esta língua tem uma influência notável no norte da Namíbia onde é tida como uma das línguas maioritárias com uma implantação importante. Na Namíbia, o oshikwanyama exerce também um papel plurifuncional como o de meio pedagógico até à terceira (3.^a) classe. As variantes da língua oshikwanyama são: evale, kwamato, ndombondola, okafima e ombanja.¹

1.1.8. Grupo etnolinguístico ovandongga

A língua oshindonga é uma das variantes do oshiwambo e circunscreve-se numa área muito restrita. Ela está confinada no ângulo sudeste da província do Cuando Cubango. Possui um número razoável de falantes na Namíbia onde goza o papel de meio pedagógico. A variante da língua oshindonga é o kusu.

1.1.9. Grupo etnolinguístico ovimbundu

Formam o grupo etnolinguístico ovimbundu os Vyeno, Bailundo, Sele, Sumbi, Mbwi, Kacisanje, Lumbu, Ndombe, Mwanja, Nganda, Huambo, Sambu, Kakonda, Cikuma, e é o maior grupo etnolinguístico angolano (acima de 1 500 000 pessoas) e comunica-se na língua umbundu. A língua umbundu faz fronteira a Leste com a língua cokwe (província do Moxico); a Norte, encontramos a língua kimbundu (província do Cuanza Sul); a Sul, a língua nhyaneka – humbi e o oshihelelo (na Huíla) e ainda a Sudoeste encontramos a língua ngangela, na província do Cuando Cubango. A área de difusão da língua umbundu engloba três províncias que são: Bié, Huambo e Benguela. Todavia, a sua influência é notável noutras províncias vizinhas como é o caso da província do Namibe, a parte noroeste da província do Cuando Cubango e uma parte norte da província da Huíla. As variantes de língua umbundu são: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, bailundo, mwanja, ndombe, nganda, samba, sele, sumbi, bié, cikuma e huambo.

Como podemos notar, há uma grande complexidade na descrição do mosaico linguístico angolano, apesar desses estudos serem parcos, eles contribuem significativamente para ter uma visão de como estão distribuídos os grupos etnolinguísticos e as suas respectivas línguas.

1.2. Do período colonial ao pós-colonial

Do período colonial ao pós-colonial, Angola ficou marcada com várias transformações a nível social. Uma delas conta, sensivelmente, com os aspectos linguísticos, que se foram modificando e evoluindo através da dinâmica da língua, tida como organismo vivo, resultado da necessidade de expressar ideias, emoções e desejos, olhando sempre para o passado, presente e futuro. E é com base nesta visão que “[...] a teoria da mudança da sociolinguística considera que o passado pode informar sobre as variações e mudanças em curso no presente [...]” (Silva & Osório 2008: 11).

Em Angola, embora haja mais de oito línguas nacionais e o número das suas variantes ainda quase que incalculável, o português sempre teve o estatuto de *língua oficial*, desde o período colonial até ao pós-colonial.

Na perspectiva de Pinto (2017), a chegada dos Portugueses ao território *Ngola* pode ser marcado com a figura de Diogo Cão, em 1480-82, nas relações de trocas comerciais entre o *Reino do Ndongo* e os *Portugueses*. Essas relações eram tidas como

formal e informal. Na primeira, a pública, os contactos eram estabelecidos pelos reis de cada povo, consideradas como relações diplomáticas, preservando o interesse de ambas as partes. Na segunda, a privada, os Portugueses, que contactavam os povos do *Reino do Ndongo*, eram os súbditos da corte portuguesa que tinham interesses no enriquecimento ilícito com tráfico de escravos e outros objectos valiosos, camuflados pela teoria de evangelização, com o intuito de fortalecer o poder local que possuíam, fora dos acordos oficiais. Contudo, com base nas viagens que tinham como pano de fundo a actividade comercial entre povos com línguas diferentes; a língua portuguesa, usada pelos Portugueses, passou a ser conhecida naquele território. A partir desse processo *quinhentista*, começam as transformações na estrutura do português, sendo que a primeira delas, presumivelmente, foi a designação da nomenclatura do próprio território, Angola. O autor referido pressupõe que o termo Angola provém de *Ngola*, nome do soberano do *Reino do Ndongo*, que designa uma ou várias pessoas e, a formação deste vocábulo, Angola, poderá surgir do aportuguesamento da consoante nasal *n*, pronunciada com o prefixo *na*, ou da preposição kimbundu *a*, que corresponde a *de*, no português, ligado ao substantivo *ngola* (Pinto 2017: 199-200).

A presença da língua portuguesa em Angola, tal como em África, teve inúmeras consequências do ponto de vista linguístico. Tais consequências resultaram em variedades linguísticas; em primeiro lugar, devido ao contacto entre o próprio português com as línguas designadas locais ou nacionais; em segundo lugar, pela permanência e resistência do sistema colonial no espaço angolano e, em terceiro lugar, pela aceção de palavras de origem portuguesa nos vocábulos das línguas africanas bantu (Hagemeyer, 2016: 43).

Durante a época colonial, as línguas africanas bantu² e não bantu e o português eram totalmente marginalizadas, ou seja, havia desconsideração simultânea do português

2 No critério de divisão das famílias linguísticas, proposto por Greenberg (1963) citado por Chicuna (2015: 26-28), as línguas africanas bantu pertencem à *família Congo-Cordofaniana*. O termo Bantu foi utilizado pela primeira vez no ano de 1862, pelo alemão de nome Wilhelm Bleek, para designar as línguas faladas maioritariamente na África subequatorial. Por ocorrerem variadíssimas pesquisas acerca do termo, passou a ser associado à língua, à cultura e à população. No entanto, as línguas bantu são também consideradas todas aquelas que apresentam semelhanças no campo semântico lexical, no fonético, no morfológico e até mesmo no cultural. O prefixo BA constitui um morfema do plural, sendo BA+NTU=BANTU, designando pessoas. Com essa designação BANTU, as pessoas identificavam-se com o povo que falava o mesmo idioma ou idiomas aproximados. Bantu passou a designar a grande família linguística Africana que se estende em Angola, diversificando-se em várias línguas, em diferentes regiões (Chicuna 2015: 27; Silva, 2015: 31; Zau 2011: 51; Fernandes & Ntondo 2002: 67).

e das línguas locais. O povo bantu não podia usar a sua língua materna quando quisesse dirigir-se a um colono português, principalmente em locais públicos, facto que acontecia com um colono português que tivesse de se comunicar com um nativo no seu espaço ou ambiente cultural, daí a marginalização simultânea das duas diferentes línguas. A coabitação linguística das línguas africanas bantu e não bantu, o chamado *bilinguismo*, resultou em vários desvios à norma padrão da língua portuguesa, principalmente no campo morfológico, fonológico e lexical, tratando-se, então, do fenómeno de *interferências linguísticas*. Para aqueles cidadãos nativos que usassem as suas línguas de origem e que já tivessem um certo prestígio social, como funcionários das administrações, militares³, pessoas próximas ou chegadas aos brancos, caso fossem vistos e ouvidos, perderiam o título de assimilado⁴ (Marçalo & Nauge 2017: 3477). A ideologia, que se construía do ensino e aprendizagem da língua portuguesa, era garantia da ascensão social nos locais de estabelecimentos invocados (Gonçalves 2013: 160). O sistema de colonização português teve o seu modelo a partir da colonização romana que surtiu um efeito positivo na conquista/colonização daquele povo que habitava no chamado território da *Península Ibérica*. Conforme afirma Garmadi:

Nos primeiros tempos da colonização, antes mesmo de os aparelhos militares e administrativos metropolitanos terem consolidado as suas posições, eram muitas vezes as missões religiosas que faziam as políticas linguísticas nas futuras zonas coloniais [...], (e) o colonialismo português [...] desencorajava sempre que podia o estudo e o ensino das línguas locais [...] (Garmadi 1983: 185).

Naquela altura, a imposição da língua portuguesa era um dos maiores objectivos do regime colonial e chegou-nos a informação de que as línguas nacionais eram totalmente proibidas por lei, como podemos ver a publicação feita por Norton de

3 Naquela altura, os militares nativos eram designados de cipaios.

4 O indígena candidato a *Assimilado* devia cumprir os seguintes requisitos: falar, ler e escrever português; ter meios de subsistência; ter bom comportamento moral e civil; não praticar usos e costumes do comum da sua raça; ter cumprido os seus deveres militares; ter uma profissão. Havia, inclusivamente, um fiscal que verificava se o candidato comia à mesa no taller e se dormia numa cama (Lima 1992: 267-268; Mingas 2007: 44-47). Para outros subsídios sobre a designação e o modo de vida dos *Assimilados*, ver, a título exemplificativo, as obras de Wanhenga Xitu: *Manana* (1985); *Mestre Tamoda e Outros Contos* (2013); *Os Sobreviventes da Máquina Colonial Depõem* (1980).

Matos⁵ no *Boletim Oficial de Angola*, do Decreto n.º 77 de 9 de Dezembro de 1921, da qual nos servimos como exemplo:

Artigo 1.º

Ponto 3: *É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa;*

Ponto 4: *É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.*

Artigo 2.º

Não é permitido, nas escolas de missões, ensinar línguas indígenas.

Artigo 3.º

O uso das línguas indígenas só é permitido em linguagem falada na catequese e como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa.

Artigo 4.º

As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o Governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a sua liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas. Outras disposições do Decreto têm por fim proibir por completo o uso e o emprego das línguas indígenas escritas, quer no ensino, quer com qualquer outro fim (Decreto n.º 77, de 17 de Dezembro de 1921).

Essas repressões coloniais eram estratégias usadas para controlar o plano de revolta dos oprimidos que usavam expressões em línguas nacionais, a título exemplificativo, o kimbundu⁶, como repulsa ao idioma do *império colonizador* e para passar a mensagem de descontentamento do modelo de governação da *máquina colonial*. A insistência deste cenário político na era colonial fez com que Angola se tornasse num enorme *mosaico linguístico* e que graças às missões evangélicas, por exceção do artigo 3º, as línguas nacionais resistiram. Como prova da sua resistência, há documentos escritos, como missivas, relatórios, dicionários, gramáticas, romances e

5 Norton de Matos foi chefe do estado-maior da 5.ª divisão militar. Em 1912, foi nomeado governador-geral de Angola, na altura província de Portugal. Fundou a cidade do Huambo, conhecida na época colonial como Nova Lisboa. Por ser fiel ao regime de Salazar, foi promovido a general e elevado ao cargo de Comissário da República de Angola (cf. Norton, 2016).

6 Cf. Agualusa (1998: 15).

outros livros, mas que nos tempos hodiernos se revelam um apagamento das línguas locais quer seja na oratura, quer seja na literatura, com maior destaque na capital do país, Luanda, cedendo total lugar à língua portuguesa, desde a fase colonial até à data presente, como “condição mais importante para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade [...], *olhando atentamente para* o dominar da sua estrutura, de modo a estar à vontade nela, a fim de evitar interferências⁷” (Mingas 2007: 32 – itálico nosso). Com base nessas condições, a língua portuguesa passou a dominar todo o território angolano e começou a surgir como:

língua da elite e dos domínios altos, [...] passou a ser a língua de todos os domínios comunicativos, altos e baixos, da maioria dos *angolanos* [...]. A questão da valorização das línguas nacionais veio muitas vezes à tona, mas não produziu estratégias concretas e duradouras para o futuro. Desta forma, a estigmatização das *línguas nacionais* [...], herdada do tempo colonial, não foi devidamente ultrapassada, impedindo, em definitivo, à criação de uma identidade *angolana* [...] ligada às línguas *nacionais* [...]. Por todas essas razões, *Angola* [...] é hoje a ex-colónia portuguesa onde se regista o maior número de falantes nativos do português, [...] (Gonçalves & Hagemeyer 2015: 91 – itálico nosso).

No contexto angolano actual, o ensino das línguas nacionais já começa a tomar outros rumos. Conseguimos assistir, com a reforma educativa⁸, à implementação e ao ensino das línguas autóctones no sistema educativo. Esta implementação e ensino das línguas é feito a partir de cada região em função do mosaico linguístico e cultural. Cada região engloba várias províncias, que vão complementando o estatuto daquele território. Segundo a divisão administrativa, há cinco regiões.

7 Embora a citação de Amélia Mingas seja antiga, a mesma continua válida por se aplicar em alguns contextos como requisito obrigatório para obter um cargo de destaque.

8 No ano de 2001, através da Lei 13/01, de 31 de Dezembro (*Lei de Bases do Sistema de Educação*), foi aprovada pela Assembleia Nacional a Reforma Educativa Angolana, tendo sido implementada em 2002. O Art.º 9 da mesma lei representa o primeiro passo em direcção à protecção e valorização das línguas nacionais depois da independência. Fruto disso, na comunicação social, particularmente na televisão e na rádio, há um programa que passa em línguas nacionais. A título exemplificativo, na rádio, há o programa *Ngola yetu*, que significa Nossa Angola; na televisão, há o programa Noticiário em Línguas Nacionais (cf. Silva 2015: 19).

Para dar conta da evolução e mudança da situação linguística em Angola desde o período pós-colonial até ao moderno, apresentamos os quadros de resumo de Míngas (2007: 56-57) seguidos dos nossos:

Tabela 1: Línguas africanas no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral	Família, actividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

Míngas (2007: 56).

Tabela 2: Línguas africanas no período moderno (2018)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas nacionais	Quase todos	Oral/escrito	Família, actividades culturais, media
		Oral/escrito	Igreja, literatura

Tabela 3: Língua portuguesa no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacionalizada	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Míngas (2007: 57).

Tabela 4: Língua portuguesa no período moderno (2018)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Língua nacional/oficial	Português	Oral/escrito	Escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura

Tabela 5: Línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês	Oral/escrito	Escola, família ⁹ , emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Alemão	Oral/escrito	Emprego
	Lingala ¹⁰	Oral/escrito	Escola, família, emprego

Mingas (2007: 57).

Tabela 6: Línguas estrangeiras no período moderno (2018)

Variedade linguística	Sistema linguístico	Modo de utilização	Domínio
Línguas estrangeiras	Francês ¹¹	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Inglês	Oral/escrito	Emprego, escola
	Russo/Espanhol ¹²	Oral	Unidade militar
	Lingala ¹³	Oral/escrito	Escola, família, emprego
	Mandarim ¹⁴	Oral	Emprego

9 “A língua europeia utilizada pelas comunidades angolanas que viveram na República Democrática do Congo é o francês” (Mingas 2007: 57).

10 “Língua veicular da diáspora angolana que viveu na República Democrática do Congo. Uma parte desta comunidade organizou-se de modo a criar escolas e empresas onde as línguas de comunicação são o francês e o lingala” (Mingas 2007: 57).

11 A língua europeia e africana utilizadas pelas comunidades angolanas que viveram nos países francófonos.

12 A língua asiática e americana utilizadas pelos efectivos das Forças Armadas de Angola em situações formais e informais, devido à grande presença de russos, cubanos e de militares angolanos que estudaram nesses continentes.

13 Língua veicular da comunidade angolana que viveu na República Democrática do Congo e de falantes nascidos em Angola que o adquiriram como língua de herança. Boa parte dessa comunidade utiliza-o como meio de comunicação no comércio, especialmente no mercado informal, para se aproximar da(o) cliente.

14 Uma parte da comunidade angolana, especificamente a camada jovem, aprende e fala o mandarim para ascensão no mercado de trabalho, em função da presença em massa da comunidade asiática, maior parte estimulada pelas cláusulas contratuais.

De um modo geral, excepto o quadro da língua portuguesa, há uma ligeira alteração da situação das línguas faladas em Angola, comparando com o período pós-colonial. Essas modificações são registadas na medida em que o país continue com as cooperações e mantenha estáveis as relações diplomáticas com outros países, facilitando a entrada de outros povos que vão habitando no território angolano, surgindo assim a mescla e diversidade cultural.

Para Fernandes & Ntondo (2002), a língua portuguesa, com o estatuto de língua oficial, exerce um papel plurifuncional de uso nos domínios da vida sociopolítica, económica e cultural e é de uso veicular no país, pois permite a comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos. Há, de facto, diferenças significativas entre a língua portuguesa tida como oficial, que é a denominada de *padrão europeu*, e a língua portuguesa utilizada pelos falantes de Angola. Essas diferenças observadas a nível fonológico, morfológico e sintáctico, que hoje podemos designar de *português de Angola* ou *português vernáculo de Angola*, resultam da variação da concordância de número e género entre os elementos do sintagma nominal (ex.: *Estes dois carro/ Estas duas mulher* ; *no mesmo rua/ no mesmo barriga*), entre o (pronome) sujeito e o verbo (ex.: *os meninos que estuda são educados/ documentos que vai para a Lunda/ você vais amanhã?*), entre o sujeito e o elemento predicativo (ex.: *tarde ou cedo seremos professor/ um dia seremos campeão*), a substituição dos pronomes pessoais átonos pelos correspondentes tónicos (ex.: *chama ele aqui/ deixa ele falar/ vi ele na festa*), a generalização de *se* como único pronome reflexo (ex.: *nós vamos se acertar hoje/ nós conseguimos se entender*) ou apagamento do próprio pronome (ex.: *ela chama Emília*) ou, ainda, a troca do género do pronome pessoal átono (ex.: *ele chama Emília*), a substituição da preposição *a* por *em* (ex.: *vou na praça*), a substituição do verbo *gastar* pelo *comer* (ex.: *comeste o meu dinheiro*) (cf. Inverno 2008: 119). Este percurso de mudança linguística observado no espaço angolano pode ser explicado tendo em conta o contacto linguístico e cultural, olhando sempre para o contexto colonial e pós-colonial (Mingas 2007: 44-48).

Ora, o funcionamento de qualquer língua é o reflexo da própria sociedade, a partir da dinâmica empreendida em todo o sentido da vida. A universalidade desta coincidência sugere um parentesco profundo, uma implicação recíproca entre o linguístico e o social. Uma sociedade não pode subsistir sem um meio de comunicação entre os seus membros. Por sua vez, a língua não pode constituir-se fora do processo de comunicação em que se pode identificar a própria vida social. Se nos basearmos nesta

afirmação e a relacionarmos com a situação real do nosso país, podemos afirmar que em Angola temos várias sociedades, várias culturas e, conseqüentemente, várias línguas, nomeadamente, as línguas nacionais referidas. Importa salientar que cada uma dessas línguas possui a sua fonologia, o seu léxico, a sua morfologia, embora sejam semelhantes em alguns aspectos. Cada angolano, sobretudo os que vivem no meio rural ou no meio urbano, fala a língua da sua região ou tem-na como língua materna, e essa(s) língua(s) interfere(m) na língua portuguesa devido à “coabitação com as demais línguas angolanas que originou o surgimento de uma variante nacional do português ao que chamaríamos português vernaculizado que, massificando-se, se tornou veicular” (Fernandes & Ntongo 2002: 18). Este português vernaculizado passou a ser usado por quase todos os falantes angolanos, independentemente do nível de escolarização, do género e da faixa etária que eles possuem (Inverno 2008: 119), sendo um dos objectos de estudo da (socio)linguística.

CAPÍTULO 2. CARACTERÍSTICAS FONOLÓGICAS E MORFOLÓGICAS DO PORTUGUÊS DE ANGOLA

AFONSO MIGUEL

Como já ficou evidente no capítulo anterior, o português falado em Angola (PA) apresenta características particulares, em todos os domínios da gramática: lexical, fonológico, morfológico, sintático e semântico, fruto da dinâmica interna e do contacto com as línguas locais. No presente capítulo, interessa descrever os aspectos fonológicos e morfológicos específicos dessa variedade, com o foco nos traços resultantes da influência das línguas bantas (LB). É dado assente que essas línguas interferem no português dos angolanos e, no caso particular do domínio fónico, “a fonética e a fonologia estão entre as áreas onde se espera que ocorram fenómenos de interferência das línguas maternas dos falantes, as línguas bantas” (Gonçalves 2013: 163).

A fonologia e a morfologia são dois domínios interessantes para analisar o contributo das línguas africanas no português, mas que têm merecido pouca atenção no âmbito dos estudos sobre a caracterização do PA cujas descrições se limitam fundamental e preferencialmente em aspetos lexico-semânticos e morfo-sintáticos. Se em fonologia, já é possível encontrar alguns trabalhos que tratam desta questão, ainda que de forma incipiente e limitada (cf. Marques 1983; Mendes 1985; Mingas 2000; Cabral 2005; Gonçalves 2013; Mudiambo 2013; Quivuna 2014; Adriano 2014b; Costa 2015), conhecem-se poucos estudos sobre os traços morfológicos específicos do português falado em Angola (cf. Cambuta 2014; Miguel 2019; Santos & Silva 2016). O presente trabalho segue, mais ou menos, a mesma linha dos anteriores, no caso da fonologia, mas com alguma diferença por incluir mais alguns traços, sobretudo os referentes aos aspectos supra-segmentais e às consoantes, culminando com a proposta das matrizes vocálica e consonântica da variedade em questão.

O trabalho é descritivo, sem um referente teórico específico, mas busca o contributo de diferentes autores, para o tratamento dos vários fenómenos fonológicos e morfológicos caracterizadores do PA. Recorrendo aos métodos de observação e

indutivo, esta abordagem assenta em pesquisa bibliográfica e privilegia uma análise qualitativa dos factos linguísticos, o que permite reflectir atentamente sobre a natureza dos traços em estudo. O material empírico, tomado em vários exemplos, foi extraído de alguns trabalhos precedentes, concretamente alguns dos referidos anteriormente, para o caso de aspectos fonológicos e quanto aos aspectos morfológicos, recorreu-se ao trabalho de Miguel (2019).

Com esta abordagem, procura-se alargar o foco da descrição dos traços fonológicos do PA, reflectidos em diferentes fenómenos a nível segmental (inserção, supressão, assimilação de segmentos) e supra-segmental (desestruturação e reestruturação silábica); e traz à superfície as implicações morfológicas dos prefixos nominais bantos (PN) nas estruturas dos empréstimos lexicais integrados nessa variedade local do português e os processos derivacionais e de composição típicos do português envolvidos na criação de novas palavras, a partir de radicais e bases das LB já aportuguesadas, ou da junção de palavras ou radicais do banto e do português. Este é um contributo que se acha importante, dado o seu carácter de novidade, ao focalizar aspectos até hoje pouco explorados.

Apesar de o título sugerir uma abordagem na perspectiva de interfaces entre a fonologia e a morfologia, por serem dois domínios cujos processos são indissociáveis, já que “muitos fenómenos que ocorrem a nível fonológico são desencadeados a partir da morfologia [e] o comportamento morfológico pode ser condicionado pela ocorrência de fenómenos a nível segmental ou suprasegmental” (Miguel 2019: 232), a opção, neste trabalho, é tratar, de forma separada, as características fonológicas e morfológicas da variedade do português em estudo, devido às limitações de tempo e disponibilidade bibliográfica. No entanto, espera-se, sempre que necessário, recorrer aos aspectos de um domínio para explicar processos do outro domínio. Espera-se também que se venha a retomar essa perspectiva de abordagem em trabalhos futuros.

Embora a variedade do PA tenha como base o português de Portugal e considerando o objectivo e o foco, enunciados acima, assume-se que este trabalho não apresenta perspectiva contrastiva ou comparativa em relação ao PE, como é habitual neste tipo de abordagens. Tem simplesmente o propósito de cotejar e descrever os traços caracterizadores do PA, que o tornam específico, sem depender necessariamente de algum padrão linguístico, a partir do qual possa ser caucionado. Este português, apesar do estágio actual da sua evolução, descrição, sistematização e assumpção, é uma realidade e, como variedade emergente, já pode ser definido autonomamente.

Contudo, não se descarta o recurso a características do PE, que sirvam como base de explicação de determinados traços desta variedade.

O presente capítulo trata, portanto, das características fonológicas e morfológicas peculiares do PA, adoptadas das línguas autóctones de Angola, que permitem diferenciá-lo de outras variedades do português. Estrutura-se em duas partes principais: a primeira sobre os aspectos fonológicos e a segunda referente aos aspectos morfológicos.

2.1. Características fonológicas

Na presente secção, descrevem-se os traços característicos do PA, resultantes da tendência que essa variedade vai tomando no seu percurso evolutivo. Estas características não constituem mero sotaque ou então aspectos típicos da oralidade, próprios de um “português mal falado”, neste caso, por falantes de baixo grau de instrução, como, muitas vezes, se procura fazer crer em alguns círculos. Embora ainda sejam pouco consistentes ou estáveis, trata-se de marcas evidentes que definem e vão diferenciando uma variedade dinâmica e em afirmação. Sem dúvidas, os aspectos fonético-fonológicos constituem um dos elementos mais visíveis das transformações que o português falado em Angola vem sofrendo, no contacto com outras línguas em presença, mas também pela força inovadora que a sociedade lhe imprime. Quer dizer que o PA apresenta características peculiares, principalmente aquelas que decorrem da influência das línguas locais, de matriz africana, um facto sempre reconhecido e destacado por vários autores, como por exemplo (quase inicialmente), Marques (1983) e depois seguida por outros estudiosos.

Considerando a fonologia como sistema ou módulo linguístico que determina a forma fónica das palavras e das combinações de palavras, de acordo com Duarte (2000: 51-53), as principais peculiaridades do PA neste domínio têm a ver com a reanálise de certos segmentos vocálicos e consonânticos, aspecto que se repercute na pronúncia particular dos sons afetados, com implicações a nível supra-segmental e prosódico. No caso dos traços vocálicos, destaca-se a maior abertura do timbre das vogais, conferindo a esta variedade notórios contornos entonacionais e de musicalidade que lhe são intrinsecamente marcantes. Quanto ao comportamento das consoantes, verifica-se destacadamente a queda ou supressão e oscilação no uso de alguns segmentos consonânticos.

Esses aspectos fonológicos específicos do PA fazem parte do processo evolutivo natural ao qual estão sujeitas todas as línguas, sobretudo em contextos de contacto linguístico e numa realidade sociocultural e etnolinguística bastante complexa e dinâmica, como é o caso de Angola. Linguisticamente, está-se perante as chamadas variantes alofónicas geográficas, também conhecidas como “variantes regionais, locais ou diatópicas” (Barbosa 1994: 99), que designam o conjunto de traços linguísticos que caracterizam a forma de falar típica de uma determinada região ou país.¹⁵

Muitos exemplos apresentados na descrição dos diferentes traços foram retomados de autores consultados, mas adaptados à natureza do presente trabalho; outros, retirados das gravações feitas sobre o *corpus* do português oral de Luanda, no âmbito do Doutoramento em Linguística (Miguel 2019: 362); e alguns foram elaborados abstrativamente, mas partindo da realidade quotidiana, enquanto participante e observador atento da mesma. A transcrição fonética dos exemplos reflecte já as características do PA e restringem-se ao presente trabalho. Para o efeito, adoptou-se a “Lista dos símbolos fonéticos e diacríticos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA 2005)” do Centro de Linguística da Universidade do Porto (disponível em: <https://pdfslide.net/documents/lista-dos-simbolos-foneticos-e-diacriticos-do-alfabeto-fonetico-.html>; data de consulta: 17.08.2020). Só os fonemas em estudo foram destacados foneticamente nos exemplos, evitando a representação fonética de toda a palavra.

Alguns dos traços aqui em descrição não são, todavia, exclusivos do PA, podendo ocorrer em outras variedades. Aqui são tomados especificamente como características que definem a tendência do português no contexto angolano.

2.1.1. Traços dos segmentos vocálicos

O foco da presente subsecção é a descrição dos traços fonológicos ligados às vogais que tendencialmente conformam as características particulares do português falado em Angola. Para os devidos efeitos, a abordagem centra-se globalmente em três tópicos, segundo a natureza dos traços: traços decorrentes da neutralização da oposição entre vogais médias e vogais abertas, traços resultantes da oscilação de segmentos

15 Além das variantes alofónicas geográficas, ocorrem também as variantes alofónicas contextuais e variantes alofónicas culturais/individuais, conforme definido na obra referida no texto. Socialmente, as variantes alofónicas geográficas e individuais/culturais tomam a designação de “sotaque”, muitas vezes, com conotação pejorativa, sobretudo quando remete para a pronúncia de uma língua estrangeira que seja diferente da dos seus falantes nativos.

fonológicos diversos e traços ligados aos ditongos, culminando com a proposta de um quadro do sistema vocálico do PA, que resume o que foi discutido ao longo da subsecção.

I. Caso da neutralização da oposição entre vogais médias e vogais abertas

Na variedade do PA, as vogais médias, /e; ɐ; o/, atestadas no PE, em posição tónica, são pronunciadas como vogais abertas, [ɛ; a; ɔ], respectivamente, o que demonstra a ausência de contraste entre esses dois grupos de sons, quanto ao traço de altura. Conforme os casos descritos a seguir com os respectivos exemplos, as vogais em referência são marcadas pelo maior grau de abertura no PA:

(i) a vogal anterior média [+alta] pronuncia-se como a vogal anterior aberta [+baixa]:

- (1) a. *d[ɛ]do* (Mingas 2000: 64)
b. *ap[ɛ]lo*

(ii) a vogal central média passa a pronunciar-se como a vogal central aberta:

- (2) a. *c[a]sa*
b. *m[a]to*

Este aspecto particular tem implicações evidentes na prática da língua, que se traduz na uniformização da pronúncia de certas palavras marcadas pelo caso de homofonia vocálica (e.g., *m[a]is*, advérbio, e *m[a]s*, conjunção; *p[a]ra*, preposição, e *p[a]ra*, forma verbal), ou a diferenciação entre as formas do presente e pretérito perfeito do Indicativo dos verbos da primeira conjugação (e.g., *lav[a]mos* (presente) e *lav[a]mos* (pret. perfeito)).¹⁶

16 Muitos falantes, na tentativa de fazerem a distinção entre os sons [ɐ] e [a], particularmente no par *mais* e *mas*, introduzem a pronúncia [mɨ], para a conjunção, que se confunde com a pronúncia da palavra *mês*, que é nome.

(iii) a vogal posterior média [+alta] passa a pronunciar-se como a vogal posterior aberta [+baixa]:

- (3) a. *p[ɔ]lvo*
 b. *m[ɔ]lho*

O comportamento desse grupo de vogais é também extensivo às vogais nasais homólogas [ẽ, ẽ̃, õ], pronunciadas no PA como [ẽ̃, ã, õ̃].

- (4) a. *v[ẽ̃]to* (Mingas 2000:64);
 b. *re[ã]canto* (Undolo 2016:184)
 c. *m[õ̃]tra*

Um aspecto interessante, com implicações morfológicas das palavras, tem a ver com o facto de que a anulação da distinção entre /o/ e /ɔ/ anula também a diferença formal, em termos fónicos, do traço de género de alguns substantivos e adjectivos, também demarcado pelo grau de abertura da vogal. Por exemplo, no PE, nas palavras *porco* [ˈporku] e *porca* [ˈporkɐ], ou *novo* [ˈnovu] e *nova* [ˈnɔvɐ], a primeira vogal <o> é média, para o género masculino, mas, aberta, para o género feminino; no entanto, no PA, a referida vogal é indistintamente aberta, para ambos os géneros (*p[ɔ]rco* e *p[ɔ]rca*; *n[ɔ]vo* e *n[ɔ]va*). Este aspecto acontece também nas palavras *avó* (feminino) e *avô* (masculino), em cuja anulação da referida distinção também não permite distinguir, foneticamente, os respectivos traços de género, sem um marcador lexical (p.e., determinante).

Nos casos até aqui descritos, as vogais médias elevam a sua altura e passam para vogais abertas, neutralizando-se a oposição fonológica “média-aberta”, no PA, prevalecendo apenas o segundo traço. Quer dizer que nessa variedade, na posição tónica só ocorrem as vogais abertas e nunca as médias, um aspecto decorrente da influência do grau de abertura dessas vogais em LB, que geralmente também se atestam como abertas.

II. Traços resultantes da reanálise de segmentos fonológicos diversos

Na variedade do PA, atestam-se algumas vogais, como resultado da reanálise de determinados fonemas, isto é, as vogais adquirem pronúncia diferente, o que representa certa diversidade de fenómenos de variação alofónica nessa variedade do

português, mas essencialmente decorrentes de aspectos geográficos e socioculturais. Assim, uma descrição sistematizada, mas sem aferição das regras possíveis, permite compreender os diferentes traços em causa.

(i) realização da vogal /i/ como [i] ou [e]:

- (5) a. *p[i]qu[i]nino ~ p[e]qu[e]nino*
 b. *debat[i] ~ debat[e]* (cf. Gonçalves 2013:163)

A vogal central fechada [i], atestada alofonicamente em PE (concretamente na variedade do português de Lisboa), é realizada geralmente como a vogal anterior fechada [i] ou a média [e], em posição átona medial ou final da palavra. Na palavra *debate*, todavia, a primeira vogal não altera o seu grau de abertura.

(ii) realização da vogal média /e/ como vogal [a]:

- (6) a. *[a]luno*
 b. *coleg[a]* (Gonçalves 2013: 164)

A vogal central média /e/, em posição átona pretónica ou postónica, sempre se pronuncia-se [a], que é central aberta. Tal como no caso da posição na qual ocorre a neutralização da oposição “média-aberta” desse par de vogais (cf. 2a-b), no PA, a vogal aberta substitui a média, em qualquer posição átona. Ou seja, nessa variedade não se atesta a vogal /e/ nas posições referidas, sendo uma das características típicas mais evidentes do português falado em Angola.

(iii) realização da vogal /u/, grafada <o>, como [ɔ]:

- (7) a. *c[ɔ]lega* (Gonçalves 2013:164)
 b. *nam[ɔ]rar*

No PA, a vogal grafada <o>, que em português se pronuncia [u], em qualquer posição átona medial, no PA realiza-se como [ɔ]. Mas, em posição postónica final, esta vogal realiza-se, tal como em PE, como [u], como ocorre, por exemplo, em *gat[u]*,

embora em alguma subvariedade sociolectal local possa ocorrer uniformemente como noutros casos anteriores.

(iv) realização da vogal /i/, grafada com a letra <e>, como [e]:

- (8) a. [e]xército
b. [e]xame

A vogal /i/, grafada como <e> e atestada no PE, em posição inicial absoluta de palavras como *exército*, no PA, corresponde geralmente a vogal [ɛ]. Esta mesma vogal ortográfica, seguida de uma consoante fricativa palatal (<es>), no PE, não é pronunciada, na referida posição, sendo representada como categoria vazia [∅], em palavras como *escola*. No entanto, na variedade do PA, ela é pronunciada também como anterior fechada ([i]), ou como anterior média ([e]):¹⁷

- (9) a. [i]scola ~ [e]scola
b. [i]stado ~ [e]stado

(v) a vogal central média /ɐ/, grafada como <e>, em contiguidade com um som palatal pronuncia-se como [ɛ]:

- (10) a. cerv[ɛ]ja (Gonçalves 2013:164)¹⁸
b) co[ɛ]lho

A vogal [ɐ], resultante da variação alofónica contextual do fonema /e/ (grafada <e>), atestada em PE, quando precede um som palatal, realiza-se, no PA, como [ɛ]; i.e., não altera os seus traços, mantendo-se como vogal anterior.

17 Sobre a nulidade da pronúncia da vogal ortográfica <e>, no PE, considera-se que palavras como, por exemplo, *escola*, são iniciadas pela consoante fricativa palatal [j], que é Coda de uma sílaba vazia. Sobre o assunto, ver as discussões apresentadas em Andrade & Rodrigues (1999: 119).

18 Neste exemplo, a autora caracteriza a referida vogal com média [e], mas, aqui, prefere-se apresentá-la como aberta [ɛ], tendo em conta a posição tomada sobre a variação dessas vogais, no contexto angolano.

III. Traços ligados aos ditongos

Os traços das vogais descritos nos tópicos anteriores têm certa influência na realização de ditongos – encontro de vogal e semivogal (ditongo decrescente) ou encontro de semivogal e vogal (ditongo crescente) –, conforme a descrição que se segue:

(i) realização do ditongo grafado <ei>:

- (11) a. $b[ej]ra \sim b[\varepsilon]ra$ (Mingas 2000: 66)
 b. $p[ej]xe \sim p[\varepsilon]xe$ (*Idem*)

O ditongo médio [ej] do PE, grafado <ei>, realiza-se como [ej], ou é reduzido à vogal [ε], com a supressão da glide [j]. Mas, em posição absoluta, o referido ditongo nunca se reduz à vogal, ou seja, nessa posição, não ocorre o processo da monotongação, realizando-se somente o ditongo [ej], quer em estruturas nominais quer em formas verbais.

- (12) a. $l[ej] \sim *l[\varepsilon]$
 b. $cans[ej] \sim *cans[\varepsilon]$

(ii) ocorrência do ditongo [ow] grafado como <ou>:

- (13) a. $p[ow]co$
 b. $fal[ow]$

No PA, ocorre o ditongo oral [ow], que se representa graficamente como <ou>, tanto em posição medial como em posição final, mas restringido na variedade do PE. Quer dizer que a referida sequência não é pronunciada como ditongo no português padrão, uma vez que é reanalisada (reduzida) como a vogal simples /o/. Este traço não é exclusivo aos Angolanos, mas também se atesta nos falantes da região Norte de Portugal (cf. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-ditongo-ou-a-luz-da-norma-padrao/33856>; data da consulta: 18.08.2020).

(iii) realização dos ditongos nasais abertos:

Neste tipo de ditongos nasais, verifica-se a ocorrência de vogais abertas [ẽ; ã; õ], em vez das médias [ê; ê; ô], em consequência dos traços dessas vogais nasais, já focados acima (cf. 4a-c), resultantes extensivamente das suas vogais opostas orais:

(14) a. *tamb*[ẽĩ]/ (cf. Chavagne 2005: 104)

b) *canh*[ãũ]

c. *bal*[õĩ]

(iv) realização do ditongo nasal [ẽĩ] interno grafado <-em / -en> como [ẽĩ]:

(15) a. *b*[ẽĩ]*vindo*

b. *be*[ẽĩ]*feitor*

O ditongo nasal (médio) [ẽĩ], que se escreve <-em- / -en>, em palavras como *bem-vindo* e *benfeitor*, atestado no PE, na variedade do PA, realiza-se como aberto, com vogal anterior [ẽ], seguindo o paradigma do caso descrito no parágrafo anterior e exemplificado concretamente em (14a).

(iv) Palatalização do ditongo marcador do plural de alguns verbos:

(16) a. *te*[ɲẽĩ]

b. *prove*[ɲẽĩ]

Verifica-se uma tendência para a palatalização consonântica nasal de um dos ditongos médios nasais das formas da terceira pessoa do plural dos verbos como *ter*, *vir* e seus derivados, seguida do ditongo aberto nasal [ẽĩ], atestado no PA.

O que foi descrito ao longo desta secção pode resumir-se na seguinte tabela que representa a proposta do sistema vocálico do PA:

Tabela 1: Sistema vocálico do PA (vogais orais e nasais)

	Anteriores	Centrais	Posteriores
Fechadas [altas]	i ã		u ã
Médias [média-altas]	E		O
Abertas [baixas]	ε ẽ	a ã	ɔ õ

Fonte: Elaborado (com adaptações) a partir da abordagem de Duarte (2000: 225-226).

Desta tabela interessa reter três aspectos essenciais: (i) o sistema vocálico do PA é constituído por 12 vogais, das quais oito orais e quatro nasais, verificando-se a restrição da vogal central fechada ([i]) e da central média ([e]); (ii) as vogais médias [e ; o] só se atestam em posição átona final; e (iii) não se atestam as vogais médias nasais [ẽ; ẽ; õ], que são substituídas pelas respectivas vogais homorgânicas abertas [ẽ; ã; õ].

Sobre o grau de abertura, existem outras posições sobre a natureza das vogais, em função desse traço. Por exemplo, Gonçalves (2013: 163) e Undolo (2016: 184), este último que fala da variedade culta do PA, atestam a presença de vogais médias ([e; e; o]) em posição tónica, mas neste trabalho, assume-se a posição expressa em Mingas (2000: 64-65), que admite a ocorrência de apenas vogais abertas orais, em detrimento das médias, naquela posição, como herança das LB, um aspecto que até tem implicações nas suas correspondentes nasais.

2.1.2. Aspectos dos segmentos consonânticos

Os traços em análise neste tópico estão relacionados com o carácter articulatorio e funcional de algumas consoantes no PA e dois aspectos destacam-se neste quadro: a reanálise de algumas consoantes, processo que se reflecte na mudança/troca de tais segmentos (sobretudo quando os falantes substituem as consoantes do português por outras das LB); e a presença de consoantes das LB no sistema consonântico do PA, inexistentes no PE, como resultado da manutenção de traços fonético-fonológicos do banto nos empréstimos lexicais integrados no português. Este facto é interessante porque enriquece e alarga o inventário das consoantes da variedade em estudo, ao fornecer-lhe novos segmentos.

Em situações de contacto linguístico, a manutenção de traços de uma língua de origem (LO) (no caso, as LB) na língua de acolhimento ou alvo (LA) (que é o português) é possível, independentemente das diferenças tipológicas. Esta possibilidade é mais reforçada quando ao processo subjazem factores extralinguísticos, como, por exemplo, a necessidade de conservar ou perpetuar a manifestação de valores culturais e identitários autóctones numa da língua adoptada, através de elementos linguísticos de origem. Esta parece-nos uma das razões evidentes que dita a presença, particularmente, das consoantes glotal e pré-nasalizadas, no sistema consonântico do PA.

A abordagem que se segue, assente em dois aspectos essenciais (reanálise de segmentos e a presença de consoantes estranhas ao português), como já referido no início da subsecção, procura dar conta daqueles traços que são mais evidentes, mas sempre considerando-os como tendências de variação que o português de Angola vai tomando, para a sua definição como uma variedade diferentes das outras.

I. Oscilação/reanálise fonológica de consoantes

(i) Oscilação entre as consoantes vibrantes alveolar e uvular

Existe uma tendência para a variação alofónica individual/cultural entre a consoante vibrante simples alveolar (/r/) e a consoante vibrante uvular (/R/), quer em posição intervocálica (17a), quer em posição inicial absoluta (17b) de palavra e em final de sílaba. No entanto, essa oscilação não é notável, em final de sílaba (17c).

(17) a. *ca*[R]*o* (Adj) e *ca*[r]*o* (N)

b. [r]*ede*

c. *fo*[r]*mata*[r]

Há falantes que usam a primeira consoante no lugar da segunda, verificando-se também a situação inversa. Este facto é mais notório em locutores que têm como LM o kikongo, ou os provenientes da República Democrática do Congo (RDC), que, para além de dominarem essa língua nacional, falam também lingala e francês.

(ii) oscilação entre as consoantes vibrantes uvular e a alveolar múltipla

Esta oscilação ocorre quando a vibrante uvular (/R/) é pronunciada como [r], que é a sua variante alofônica cultural, com a qual está em distribuição complementar.¹⁹ A consoante uvular parece ser mais típica de falantes nativos de Luanda, enquanto a alveolar é própria de falantes de outras regiões do país.

(18) a. [r]etidão ~ [R]etidão

b. fe[r]o ~ fe[R]o

(iii) oscilação entre as consoantes lateral velarizada e a vibrante simples alveolar

Na subvariedade do PA usada por falantes menos escolarizados, verifica-se tendência para a oscilação da consoante lateral velarizada para a consoante vibrante simples alveolar, em final de sílaba (19a). Por sua vez, na mesma posição, a vibrante lateraliza-se, pronunciando-se como a consoante lateral velar (19b).

(19) a. cu[ɾ]tura < cultura

b. co[l]te < corte

Neste conjunto de fenómenos, verifica-se ainda a oscilação das consoantes vibrantes /ɾ/ e /R/ para lateral alveolar ([l]):

(20) a. ma[l]ido < ma[ɾ]ido

b. [l]ádio < [R]ádio

Foneticamente, as consoantes laterais e vibrantes fazem parte de uma classe natural maior de sons, por isso com determinados traços próximos. No caso particular da oscilação aqui em análise (sobretudo das vibrantes para as laterais) também costuma ser justificada com a influência das LB. A ausência das vibrantes na LM do falante do português língua segunda faz com que ele recorra às laterais, mais

19 Distribuição complementar, termo usado em linguística para explicar que realizações diferentes (variantes contextuais) de um mesmo fonema não podem ocorrer em contextos, excluindo-se mutuamente; i.e., não se opõem fonologicamente num determinado contexto. Quer dizer que, no contexto de realização de uma variante já não pode ocorrer outra; a presença de uma implica a restrição da outra variante (cf. Barbosa 1994: 96-97).

próximas daquelas e que estão disponíveis no inventário das consoantes da sua língua de origem.

(iv) despatalização das consoantes fricativas labiodentais

Uma das características fonológicas do PA é também a tendência para a despatalização das consoantes fricativas palatais (/ʃ; ʒ/), passando a pronunciar-se como fricativas labiodentais ([s; z]), principalmente por influência do kikongo no português de falantes que o têm como LM. A ausência das consoantes em causa no inventário consonântico do kikongo faz com que o falante recorra aos sons mais próximos disponíveis na sua língua.

- (23) a. [s]arope
b. pá[z]ina

II. Ocorrência da consoante fricativa glotal

O segmento consonântico /h/, caracterizado como consoante fricativa glotal, é atestado no PA, realizando-se em início ou em posição medial de palavra, que geralmente são empréstimos das línguas locais. Este som corresponde ortograficamente à letra <h>, que não é pronunciada em português.²⁰

- (21) a. ca[h]ombo ‘espécie de pimenta malagueta’
b. ma[h]ini ‘espécie de iogurte caseiro típico dos povos pastores da região Sul de Angola’

Este fonema, inexistente em português, é uma característica particular do PA que constitui uma das heranças das LB. Quer dizer que a variedade do PA conta no seu inventário consonântico com mais uma consoante, diferente da de outras variedades do português, mormente o PE.

20 Em português, a letra <h> não corresponde a nenhum som; ou seja, esta letra não é pronunciada e este facto verifica-se também no PA, principalmente entre locutores que não falam nenhuma LB, dos quais maioritariamente jovens.

III. Realização da consoante nasal fricativa palatal

Um dos traços fonológicos particulares do PA consiste na ocorrência da consoante fricativa palatal nasal (/ɲ/), em início de palavra, essencialmente em empréstimos bantos (antropónimos e topónimos), facto não atestado em outras variedades do português, como é o caso PE, que restringe a realização desta vogal na referida posição, permitida apenas em posição intervocálica.

- (22) a. [ɲ]anga (antropónimo)
 b. [ɲ]areia (topónimo)

IV. Realização das consoantes pré-nasalizadas

Outro traço fonológico específico do PA tem a ver com a ocorrência de consoantes pré-nasalizadas, em posição inicial absoluta de palavra, aspecto restringido em português padrão. Trata-se claramente de uma herança das línguas bantas, nas quais esses sons são bastante comuns e identificadores.²¹

- (24) a. [ᵐb]oa (→ mboa) ‘rapariga, moça’ (cf. Chavagne 2005: 114)
 b. [ᵐd]engue (→ ndengue) ‘criança, miúdo’ (Miguel 2019: 253)
 c. [ᵐg]imbi (→ nguimbi) ‘lugar encantado, em alusão a cidade de Luanda’
 (Idem)

A presença desse tipo de consoantes no PA constitui um dos traços fonético-fonológicos mais evidentes das línguas bantas nessa variedade. Trata-se de segmentos complexos que constituem grupos consonânticos que envolvem o elemento nasal (/N/), que é homorgânico às consoantes orais com as quais co-ocorre (no caso específico dos exemplos anteriores, as oclusivas vozeadas (/b, d, g/)).

São consoantes cuja presença no PA ocorre em posição inicial absoluta das palavras de origem banta integradas nesta variedade do português, quer do uso formal, sobretudo antropónimos (e.g., *Ngola*, *Ndala*, *Ndunduma*, *Ndunguidi*, *Nzinga/Njinga*, *Nvunda*), quer do uso informal (e.g., *mbica*, ‘o.m.q. “quizaca” (esparregado de folha

21 As consoantes pré-nasalizadas, incomuns em muitas línguas do mundo, mas presentes nas línguas da África Subsariana, são foneticamente sequências complexas, por envolverem duas características articulatórias: nasal e oral (Childs 2003; apud Xavier s/d.: 2).

de mandioqueira), *mbongue* ‘cargo de chefia; emprego’, *nguma* ‘inimigo’). Por outro lado, há também registo de palavras desse tipo, criadas no português local, fruto da dinâmica interna, e usadas particularmente no registo de calão ou gíria (e.g., *mbila*, ‘camisa’ (atestadas em Chavagne 2005: 97); *nduta*, ‘condutor (de viatura)’, *ngunga* ‘igreja’ (esta como empréstimo do kimdudu NGUNGA (‘sino’)), *ngapa* ‘feiticeiro; pessoa maldosa’).

A manutenção das consoantes pré-nasalizadas nas palavras em questão implica a presença, no PA, de um segmento estranho ao sistema fonológico do português e consequentemente de palavras com a sílaba inicial NCV (nasal-consoante-vogal), restringida obviamente a essa subvariedade. Consequentemente, as consoantes pré-nasalizadas passam a fazer parte do inventário das consoantes do PA (cf. a proposta da tabela 2), configurando uma tendência ou um dos traços peculiares da variedade do português falado em Angola.

A tabela da página seguinte representa as consoantes do PA, destacando-se a *bold* aquelas que constituem alguns dos seus traços intrinsecamente diferenciadores.

A partir desta deste inventário, infere-se que se atestam no PA 23 consoantes que constituem o sistema consonântico dessa variedade, que se diferencia do sistema do PE pelo facto de se adoptarem mais quatro consoantes das LB, das quais três pré-nasalizadas e uma glotal. A consoante /ɲ/ também existe em português, mas no qual se realiza apenas em posição medial (intervocálica) e a novidade no PA é o facto de a sua função se estender também à posição inicial. Então, nesta posição, o português falado em Angola dispõe de mais uma consoante, além das pré-nasalizadas e a glotal. No entanto, num inventário mais alargado, que não está no escopo do presente trabalho, é possível identificar mais consoantes “emprestadas” das línguas locais.

2.1.3. Aspectos supra-segmentais

Este tópico focaliza exclusivamente alguns traços fonológicos do PA que se situam no domínio da sílaba, definida na tradição gramatical portuguesa como “Uma só vogal, ou diferentes associações de fonemas em que entre pelo menos uma vogal, proferidos numa só emissão de voz, numa só expiração” (Gonçalves Viana 1973:178); e modernamente, como “uma construção perceptual, isto é, criada no espírito do ouvinte, com propriedades específicas que não decorrem da simples segmentação fonética das sequências de segmentos. Na realidade, a sílaba tem uma estrutura interna organizada hierarquicamente” (Mateus, Frota & Vigário 2003: 1038).

Tabela 2: Sistema consonântico do PA

	Bilabiais	Labio-dentais	Linguo-dentais	Alveolares	Palatais	Velares	Uvular	Glotal
Oclusivas	p b		t d			k g		
Nasais	M		N		ɲ			
Fricativas		f v	s z		ʃ ʒ			h
Líquidas				L	ʎ			
Vibrantes				r			R	
Pré-nasalizadas	^m b		ⁿ d			ⁿ g		

Fonte: Elaborado (com adaptações) a partir da abordagem de Duarte (2000: 225-226)¹

¹ Os símbolos fonéticos que não fazem parte do sistema consonântico do português foram adotados do inventário das consoantes do kimbundu (cf. Mingas 2000; Xavier 2010, retomados por Miguel 2019: 180).

Tal como o acento, a entoação, o ritmo e o tom, a sílaba é um elemento supra-segmental e/ou prosódico, uma vez que se situa num nível acima dos segmentos, os fonemas (Barbosa 1994; Freitas & Santos 2001; Andrade 2007; Veloso 2007). Trata-se de estruturas sonoras que vão além de sons individuais e que estão envolvidos numa cadeia da fala. O estudo da sílaba enquadra-se modernamente no domínio da fonologia supra-segmental, pois, como explica Veloso (2007: 88), é “o domínio da aplicação de regras e processos fonológicos, por um lado (...), e, por outro, de restrições fonotácticas”.

Fica evidente que, mesmo determinados fenómenos morfo-fonológicos, como, por exemplo, a inserção ou supressão de um elemento morfemático e a selecção ou restrição de um segmento fonológico, actuam principalmente no domínio da sílaba, dependendo da sua estrutura interna.

Em termos estruturais, na maioria das línguas do mundo, estabelecem-se determinados padrões silábicos, em função das suas características ou propriedades morfo-fonológicas, que permitem definir “o número máximo e o mínimo de elementos que uma sílaba permite numa determinada língua” (Filho 2004: 23). Em línguas como o português, uma sílaba pode ser constituída basicamente por uma vogal (V) e uma consoante (C), que configuram a sílaba CV (*e.g.*, **ca**.sar, par.**do**), e, no mínimo, por apenas uma vogal (*e.g.*, *o.lho*; *sa.ú.de*), como ilustram as estruturas destacadas a *bold* nos exemplos. A vogal é sempre o núcleo ou centro silábico, à direita e à esquerda do qual se posicionam facultativamente as consoantes. No entanto, o português é uma língua que apresenta uma diversidade de estruturas silábicas, num universo de dez (cf. Barbosa 1994: 136-137), enquanto as línguas bantas tendem a privilegiar comumente a estrutura CV, sobretudo no nível de superfície das palavras ou expressões frásicas aglutinadas.

Considerando a sua estrutura interna propriamente dita, assente em abordagens linguísticas modernas, uma sílaba simples é basicamente constituída por Ataque, que é sempre uma consoante situada facultativamente à margem esquerda; e Núcleo, que é sempre uma vogal.²² Em sílabas complexas, a estrutura silábica é constituída por Ataque, e Rima, que por sua vez é formada por Núcleo e Coda (este elemento é também uma consoante, que ocorre facultativamente à direita do Núcleo).

22 Esta é a sílaba básica (CV), considerada estrutura universal/canónica, por estar presente na maioria das línguas do Mundo.

Segue-se, portanto, a abordagem de quatro tópicos que configuram o conjunto de fenómenos que constituem os diferentes traços supra-segmentais que tendencialmente se atestam na variedade do PA: (i) supressão da consoante vibrante em posição de coda da sílaba final; (ii) introdução de vogal epentética ou paragógica; (iii) supressão da consoante em grupo consonântico; (iii) traço de nasalidade.

I. Supressão da consoante vibrante em posição de coda da sílaba final

No PA, alguns falantes tendem a suprimir a consoante vibrante que se realiza como alveolar simples (/r/), em posição de Coda da sílaba final, sobretudo dos verbos no infinitivo. Quer dizer que este fonema não é realizado foneticamente, marcando-se conotadamente como um segmento nulo [Ø]. Julga-se ser uma tendência resultante da necessidade de conformar as sílabas das palavras com a estrutura silábica CV, típica das línguas bantas:

- (24) a. *canta*[Ø]
 b. *comete*[Ø]
 c. *medi*[Ø]

Supra-segmentalmente, a supressão do segmento final, fenómeno conhecido como apócope, afecta a estrutura interna da sílaba em causa, que passa de uma sílaba fechada ou travada, terminada por consoante (CVC) a uma sílaba aberta ou livre, terminada por vogal (CV). Ou então, de uma sílaba com rima ramificada, isto é, constituída por Núcleo e Coda, passa-se a uma sílaba de rima não ramificada, que apresenta apenas o núcleo (cf. *canta*[r] → *canta*[Ø]). Mesmo com a supressão da consoante final, as palavras afectadas continuam a ser oxítonas.

Mas o apagamento da rótica final parece não se dever necessariamente à influência das línguas bantas, mas sim uma tendência universal em português, podendo ocorrer também nas variedades do PE, conforme discutido em Brandão, Mota & Cunha (2003), Brandão et al. (2017) e Oliveira (2018), entre outros autores.

II. Introdução de uma vogal epentética ou paragógica

Em alguma subvariedade do PA, ocorre a realização de uma vogal epentética (25a-b) ou paragógica (25c-d), isto é, a inserção da vogal /i/ ou /e/, no meio ou no fim da palavra, respectivamente, a seguir a sílabas terminadas em consoante (coda).

- (25) a. *p[i]neu ~ p[e]neu*
 b. *dificul[i]dade* (cf. Gonçalves 2013:163)
 c. *vir[i] ~ vir[e]* (cf. Mendes 1985:159)
 d. *beber[i] ~ beber[e]* (cf. Gonçalves 2013:163).

Provavelmente, trata-se também de uma estratégia de conformação das sílabas afectadas com a estrutura silábica das línguas bantas, tipicamente CV, por não admitirem consoantes em Coda (interna/final).

A inserção da vogal protética, sobretudo em palavras do tipo de *pneu*, *psicologia* e *ritmo* deve ser também entendida globalmente como estratégia de preenchimento de núcleos de sílabas vazios entre as duas consoantes de grupos consonânticos diferentes atestados em português (cf. Freitas & Santos 2001; Mateus 2004: 11), “o que leva a inferir que as duas consoantes fazem parte de Ataques diferentes” (Miguel 2019: 308); é, portanto, um fenómeno bastante frequente no PB, mas muito pouco notório no PE. Quanto à vogal paragógica, também presente, mais no PB do que no PE, ocorre como estratégia de eliminação de Coda, que passa a Ataque da nova sílaba (CV) que tem como núcleo a vogal inserida.

III. Supressão da consoante de grupos consonânticos

Um dos traços peculiares do PA consiste na supressão da consoante fricativa palatal oral /ʃ/ (Coda da sílaba precedente) em contiguidade com a consoante fricativa linguodental /s/ (Ataque da sílaba seguinte), segmentos que ortograficamente representam o grupo <sc> e foneticamente [ʃs].

- (26) a. *cre[s]er*
 b. *na[s]er*

A queda da consoante palatal desencadeia a desestruturação da sílaba anterior, que passa de sílaba fechada para sílaba aberta, ao perder o seu elemento da posição de Coda. Neste caso, verifica-se o processo de assimilação consonântica traduzida na reanálise da primeira consoante por influência da segunda.

Um pouco contrário ao fenómeno anterior, verifica-se uma tendência para a palatalização do grupo consonântico <sc>, em palavras do tipo das exemplificadas em (26) e aqui retomadas em (27).

- (27) a. *cre*[ʃ]er
 b. *na*[ʃ]er

Neste caso, ocorre a “reestruturação da sequência consonântica [ʃs], grafada <sc>” (Miguel 2019: 313), verificando-se fonologicamente a assimilação da consoante labiodental pela consoante palatal; ou seja, “em contextos de pronúncia normal, as duas consoantes pertencem a sílabas diferentes: a primeira é Coda da sílaba inicial e a outra, Ataque da sílaba seguinte. Com a supressão da fricativa /s/, a Rima remanescente (Núcleo e Coda) junta-se a Coda da outra sílaba /ʃ/, que passa para Ataque da sílaba reestruturada (*idem*), com a estrutura CVC.

Tanto num como noutro caso, trata-se, portanto, do processo fonológico de síncope de uma das consoantes do grupo consonântico, com implicações na estrutura das sílabas afectadas.

IV. Traço de nasalidade

As questões da nasalidade em descrição neste tópico têm a ver com o tratamento desse traço em empréstimos das línguas bantas no PA. Trata-se de analisar o aspecto da desnasalização da sílaba com consoante pré-nasalizada em algumas palavras adoptadas, uma estratégia de restrição da ocorrência do segmento nasal /N/, inexistente em português, neste contexto (Miguel 2019: 314). Ou seja, para a sua integração plena, essas palavras precisam de se reajustar ao sistema fonológico da nova língua, o que afecta concretamente as consoantes pré-nasalizadas do radical banto, além de desencadear outros efeitos, como, por exemplo, a nasalização da vogal precedente do prefixo nominal (PN) adjungido.

Seguindo a abordagem assumida no trabalho anteriormente referido, analisam-se, a seguir, os processos da desnasalização consonântica e nasalização vocálica ocorridos em empréstimos integrados com o acréscimo de PN bantos ou com vogal protética (cf. 28 e 30) e com uma vogal protética (cf. 29) aos radicais nominais, iniciados por consoantes pré-nasalizadas:

(i) empréstimos integrados com o acréscimo de PN bantos:

Os empréstimos em questão apresentam como Ataque da sílaba inicial do radical a estrutura NC (nasal-consoante) ao qual se juntou um PN com a estrutura CV (consoante-vogal). Entende-se que a presença do prefixo na palavra já integrada em

português desestrutura a sílaba inicial do radical banto, afectando a vogal do elemento adjungido à esquerda do radical e o segmento nasal do Ataque da sílaba pré-nasalizada, em posição inicial absoluta, torna-se flutuante; este elemento desgarrado da sua estrutura inicial NCV nasaliza o Núcleo da sílaba do prefixo. Em consequência, verifica-se simultaneamente a desnasalização da consoante pré-nasalizada e nasalização da vogal precedente, como se ilustra nos exemplos seguintes:²³

- (28) a. *c/[ãʒ]ica* < **caN.jica** < *kà-njìkà*
 b. *j/[ĩq]uba* < **jiN.guba** < *jì-ngùbà*

Nestes casos, a estrutura NCV na segunda sílaba passa a CV e a primeira sílaba CV transforma-se em sílaba CVN. O traço de nasalidade da sílaba inicial do radical banto é interpretado como não podendo estar presente na estrutura portuguesa e é reanalisado como /N/ que, nesta língua, se vai ligar à vogal disponível, o Núcleo da primeira sílaba (alterando, assim, a configuração do prefixo de origem).

(ii) inserção de uma vogal protética

Este é um dos poucos casos de inserção de uma vogal no início da palavra (que não é necessariamente um prefixo banto), um fenómeno de evolução fonética conhecido por “prótese”. A junção de um segmento vocálico precisamente do português ao radical banto provoca efeitos semelhantes aos descritos anteriormente. A sílaba NCV desaparece e reestrutura-se para CV, enquanto o traço nasal se aloja na vogal precedente, formando a sílaba VN (vogal-nasal), sílaba nasal, típica em português, mas inexistente em LB.

- (29) a. *[ã]gola* < **aN.gola** < *ngólà*
 b. *[ĩ]bondeiro* < **iN.bond[eiro]** < *Ø-mbóndù*

Trata-se igualmente de uma estratégia para restringir a ocorrência da sílaba NCV, proibida em português, tal como o caso discutido anteriormente.

23 Os diacríticos (ˀ) e (ˁ) nos exemplos de étimos bantos representam a marcação de tom alto e tom baixo, respectivamente, que é um dos traços fonológicos das LB, que até podem apresentar função distintiva sobre o assunto, ver Miguel (2019: 190-192) e considerar a bibliografia aí mencionada.

A desnasalização consonântica e a nasalização vocálica também afectam os segmentos consonânticos e vocálicos que ocorrem em posição medial da estrutura do radical banto dos empréstimos já integrados, mesmo sem a presença do PN.

- (30) a. *ff[ũz]e* < *fuN.je* < Ø-*fúnjì*
 b. *kun[ãg]a* < *ku.naN.ga* < *kù-nángà*

Pode falar-se em “nasalização das vogais orais e perda das consoantes semi-nasais do Kimbundu” (Mingas 2000: 61-62). Este traço passa a constituir uma tendência comum entre os falantes da variedade do português falado em Angola, principalmente para aqueles locutores que têm o português como língua materna e sem domínio de uma língua local, vivendo sobretudo nas cidades, dos quais se destacam os jovens. No entanto, este é um aspecto que carece de uma testagem acústica, com ferramentas laboratoriais, mas que não está ao alcance do trabalho.

2.2. Caracterização morfológica

Conforme tem sido definido em muitas gramáticas e textos especializados, a Morfologia estuda a estrutura interna das palavras e as regras de formação de palavras, mais concretamente a “descrição dos processos morfológicos de formação de novas palavras” (Villalva 2007: 10): modificação (prefixação), derivação e composição.

É no âmbito destes dois domínios fundamentais da Morfologia que se insere a abordagem da presente secção, ou seja, o foco incide na análise da estrutura interna dos empréstimos bantos no PA, procurando aferir os traços morfológicos das línguas africanas transpostos para a variedade do português em estudo. Ficam de fora os aspectos da morfologia flexional, por carecerem de um estudo preliminar e atento. Para o efeito, há que considerar dois aspectos fundamentais:

- (i) Implicações dos prefixos bantos presentes nos empréstimos adoptados em português: genericamente, verifica-se a transposição de estruturas bantas para português e, conseqüentemente, (a) os prefixos bantos perdem os seus traços morfológicos de origem e passam a integrar o radical da nova palavra; (b) reanálise da classe temática dos nomes e verbos bantos em índice ou vogal temática

em português (VF>IT/VT), **às quais se associa** a marcação de valor de Género e flexão em Número, no caso dos nomes (marcado à direita do radical nominal, como é típico em português).

- (ii) Sufixos portugueses adjungidos a radicais ou bases bantas, já aportuguesados, através dos processos de formação de palavras (nomes e verbos) disponíveis em português: derivação sufixal, parassíntese, conversão e composição.

Muitos aspectos a abordar nesta secção foram tratados por Miguel (2019), no âmbito dos processos de integração morfológica dos empréstimos lexicais bantos na subvariedade do português oral de Luanda e agora são retomados extensivamente como traços do PA no domínio da morfologia, como herança daquelas línguas nesta variedade.

2.2.1. Traços morfológicos ligados à presença de prefixos bantos

A presença de prefixos nominais e verbal em estruturas de alguns empréstimos lexicais bantos integrados no PA, que decorre da manutenção e inserção destes elementos, constitui um dos traços evidentes das LB na variedade em descrição. Os prefixos constituem uma das características fundamentais das LB e de grande importância na estruturação morfo-sintáctica destas línguas, pois são usados para indicar o número e o género gramatical dos nomes e dos pronomes, o local das acções, assegurando também a concordância frásica, ao estabelecerem diversas relações de dependência entre os constituintes da frase (Katamba 2003: 121; Ngunga & Simbine 2012: 91).²⁴

24 Para uma noção das classes dos prefixos nominais em LB, considere-se a descrição sucinta dos prefixos nominais da língua kimbundu, retomados de Miguel (2019: 199; tabela 20): Classes (cl.) 1 e 2 (**mu-** e **a-**: *mu-sonyi* / *a-sonyi*, ‘visita / visitas’); cl. 3 e 4 (**mu-** e **mi-**: *mu-kolo* / *mi-kolo*, ‘corda / cordas’); cl. 5 e 6 (**di-** e **ma-**: *di-jina* / *ma-jina*, ‘nome / nomes’); cl. 7 e 8 (**ki-** e **i-**: *ki-monya* / *i-monya*, ‘preguiçoso / preguiçosos’); cl. 9 e 10 (**Ø-** e **ji-**: *ngoma* / *ji-ngoma*, ‘batuque / batuques’; os nomes da classe 9 não exibem o PN, daí o símbolo de morfema zero); cl. 11 (**lu-**, cujo plural é feito com o prefixo da classe 6: *lu-solo* / *ma-lusolo*, ‘corrida / corridas’); cl. 12 e 13 (**ka-** e **tu-**: *ka-sende* / *tu-sende*, ‘calcanhar / calcanhares’); cl. 14 (**u-**, cujo plural também é feito com o prefixo da classe 6: *u-bika* / *ma-ubika*, ‘escravatura / escravaturas’); cl. 15, nominal-verbal (**ku-**, como PN forma plural com o prefixo da classe 6: *ku-dya* / *ma-kudya*, ‘comida / comidas’; como prefixo verbal (PV), é indicador dos verbos no infinitivo: *ku-dya*, ‘comer’); cl. 16 (**bu-** *bu-oxi*, ‘em (o) chão = no chão’); cl. 17 (**ku-** *ku ngiji*, ‘em (o) rio = no rio’); e cl. 18 (**mu-**: *mu hongá*, ‘em (a) horta = na horta’).

Tanto a manutenção como a presença desses tipos de morfemas consistem na transposição de elementos estruturais de uma língua para outra, podendo ou não ter implicações na estrutura da palavra adoptada. Este facto é possível em qualquer língua, sobretudo quando existem factores internos e externos propícios, como, por exemplo, a proximidade tipológica e cultural das duas línguas em contacto (Thomason & Kaufman 1988: 32), tal como acontece com as LB e o PA, pelo menos em termos socioculturais.

I. Manutenção de prefixos nominais do singular

Os exemplos de (31) representam uma amostra de empréstimos que mantiveram os PN de origem aquando da sua integração no PA. As duas palavras exibem nas suas estruturas respectivamente os prefixos nominais do singular das classes 3 e 5 (destacados em *bold*).

(31) a. **musseque** (‘tipo de bairro periférico de Luanda...’) < **MU**-SEKE
N(PA) PN-BN(BT)

b. **dikanza** (‘instrumento musical: reco-reco’) < **DI**-KANZA
N(PA) PN-BN(BT)

Verificam-se as seguintes transformações morfológicas: (i) transposição da estrutura banta em PA; (ii) perda dos traços morfológicos de origem do PN, que passa a fazer parte como primeira sílaba do radical da palavra aportuguesada; (iii) reanálise da vogal (VF) da base em índice temático (IT), que fica disponível para receber os elementos marcadores de número e género em português (p.e., os exemplos acima exibem tema em -e e -a, respectivamente).

II. Manutenção de prefixos nominais do plural

Muitos empréstimos lexicais bantos foram integrados no PA com PN do plural mas com valor de singular. Trata-se da lexicalização formal dessas palavras, que consiste na perda do traço do plural do PN banto a favor do traço do singular.

(32) a. **marimbondo** (‘inseto da família dos Vespídeos’) < **MA**-RIMBONDU
N(PA) PN-BN(BT)

b. **jinguba** (‘amendoim’) < **Ji**-NGUBA
N(PA) PN-BN(BT)

Os prefixos em causa nos empréstimos perderam o seu traço de pluralidade, a “sua função gramatical de partícula pluralizadora/determinante e de concordância” (López 2013:19), passando apenas a integrar o radical da nova palavra ao qual se fundem numa estrutura única Angenot & Jacquemin (1976:13, *apud* López 2013:14).

Para Mingas (2000:84), trata-se, a respeito do kimbumbundu, da singularização dos traços plurais (*e.g.*: “*ambundu, imbamba, jindungo, jinguba, mabanga, malamba, mabeco, massango, missanga*”, que passam a “*ambundos, imbambas, jindungos, jingubas, mabangas, malambas, mabecos, massangos, missangas*”, respetivamente). Quer dizer, todos esses itens lexicais estão no plural, mas entram no português como se estivessem no singular, fazendo, por conseguinte, o plural como qualquer outra palavra portuguesa: com sufixação do morfema plural /-s/.

III. Manutenção do prefixo verbal

O prefixo verbal (PV) em muitas línguas bantas é *ku-*, classe 15, e é o que aparece em muitos empréstimos integrados em PA, como os exemplificados em (33). Este elemento liga-se ao radical para marcar a forma infinitiva de todos os verbos, independentemente das suas propriedades sintático-semânticas. Mas, no PA, foram identificados alguns empréstimos que mantiveram este elemento, incorporado no radical da nova palavra como uma das sílabas:

(33) a. *cupapata* (‘mototaxista; serviço de moto-táxi’) < KU-PAPATA
N(PA) PV-BV(BT)

b. *curibota* (‘traícoeiro; bisbilhoteiro; alcoviteiro’) < KU-DIBOTA
N(PA) PV-BV(BT)

A presença deste prefixo em estruturas aqui expemplificadas resulta da reinterpretação do *mu-*, que é típico de nomes que designam entidades humanas. “Neste caso, por extensão metonímica, o estado de coisas expresso pelo verbo passa agora a designar a entidade detentora dessa faculdade, mas sem alteração da estrutura formal do referido termo” (Miguel 2019: 248), um aspecto semelhante ao processo de conversão em português.

Deste processo interessa reter as seguintes transformações morfológicas: (i) incorporação do PV banto reinterpretado no radical da palavra aporтуguesada; (ii) reanálise

da VF da base (verbal) em IT em português; (iii) recategorização lexical do empréstimo: de verbo para Nome; e (iv) indicação da classe temática em -a, em ambos os exemplos; e (v) marcação de Número: *cupapata* (sg) / *cupapatas* (pl); *curibota* (sg) / *curibotas* (pl); e Género: comum de dois (entidades humanas).

IV. Manutenção de sequências de prefixos nominais

Um dos traços morfológicos do PA consiste no facto de alguns empréstimos integrados nesta variedade exibirem na sua estrutura final mais de um prefixo banto. Estes elementos aglutinados, de classes e tipos diversos, depois do reajustamento estrutural passam a fazer parte do radical nominal da palavra adoptada, conforme ilustram os exemplos seguintes:

- (34) a. **caluanda** ('luandense; pertencente / nativo de Luanda') < **KA-LU-U-ANDA**
N(PA) PN-PN-PN-BN(BT)
- b. **muangolé** ('angolano; pertencente / nativo de Angola') < **MU-KU-A-NGOLA**
N(PA) PN-PN-PN-BN(BT)

Na adaptação destes empréstimos ao sistema do PA, intervieram vários processos morfológicos, mas com destaque para a “metanálise”, que é o processo de decomposição mental de uma palavra de maneira diferente da determinada pela sua origem, segundo Câmara Jr. (1984:166, *apud* Villalva 2008: 21). No caso específico dos exemplos acima, houve aglutinação de prefixos e/ou palavras diferentes em estrutura única e a supressão de outros elementos, dando origem a palavras novas.

Verifica-se, como transformações interessantes, a transposição da estrutura banta em PA; incorporação dos prefixos no radical da nova palavras, conservando parcialmente a sua função semântica locativa (lu-; mu-; ku-) e atributiva (ka-; u-; a-), assegurando a interpretação da relação entre a entidade designada e o respectivo lugar de pertença; reanálise da da VF em IT, ditando classes temáticas distintas: uma em -a (e.g. *caluanda*) e outra atemático (e.g., *muangolé*); e classificando ambas as palavras, em termos de género, como nome comum de dois, enquanto a marcação de plural é feita com o acréscimo do -s ao tema nominal.

VI. Formação de hibridismos nominais

Um aspecto interessante que ocorre no PA é o processo de criação de hibridismos nominais, formados pela adjunção dos prefixos *ka-* (ca-) e *ki-* (qui-) a palavras portuguesas, resultando em novas unidades lexicais. Estes PN apresentam uma produtividade considerável na formação de produtos lexicais como os do exemplo (36):

- (36) a. *caponteira* ('primeira porção de aguardente, mais forte') < KA-PONTEIRA
N(PA) PN(BT)-N(PT)
- b. *quitia* ('solteirona') < KI-TIA
N(PA) PN(BT)-N(PT)

Este tipo de hibridação constitui um dos processos de formação de palavras bastante produtivo, envolvendo elementos de línguas locais e do português.²⁶

Diferentes dos casos descritos anteriormente, estes empréstimos são marcados pelos seguintes aspectos estruturais: (i) estrutura constituída pelo PN banto e base portuguesa, que assegura a classificação temática da nova palavra (e.g., *caponteira* e *quitia* são dois nomes de tema em -a); (ii) o género depende sempre do valor da palavra portuguesa, pois “os elementos bantos envolvidos perdem o valor de marcador de género, ao integrarem o radical da nova estrutura” (Miguel 2019: 292), tal como ocorre noutros casos (p.e., nos casos acima, os dois nomes apresentam o traço feminino); e (iii) a marcação da variação de Número gramatical é feita com o morfema -s, à direita, como é típico em português (e.g., *caponteira* (sg) / *caponteiras* (pl); *quitia* (sg) / *quitias* (pl)).

Os hibridismos lexicais aqui analisados, como novas criaturas, são caracterizados, portanto, por traços morfológicos das duas línguas em contacto de que são produto (cf. Winford 2005: 53-54), estão também associados a valores gradativos (positivo ou depreciativo) e usam-se com maior frequência em contextos informais (domínio coloquial e particular), podendo ser classificadas como regionalismos.

26 Vejam-se, por exemplo, outros empréstimos desta natureza, atestados no contexto angolano: *cabocado*, *cacarne*, *caloja*, *caminino/caminina*, *camiúdo/camiúda*, *capequeno*, *capeixe*, *capequeno*, *carrapaz*, *cassaco*, *quiferro*, *quipessoa*, *quitia*, *cavelha* ~ *caveia*, etc.

2.2.2. Formação de nomes e adjectivos por derivação sufixal

Esta subsecção trata da formação de novas palavras a partir de radicais das palavras das LB já plenamente integradas no PA, com recurso aos critérios morfológicos disponíveis em português. Este tipo de palavras é formado por elementos morfológicos bantos e portugueses, isto é, “exibem, na sua estrutura, uma base ou radical banto e um sufixo do português” (Miguel 2019: 267).

Um assunto largamente discutido na gramática portuguesa, sob diferentes perspectivas teóricas, a derivação sufixal é um processo de bastante produtividade em termos de formação de novas palavras do qual resultam diferentes produtos: nomes (nominalização), adjectivos (adjectivalização), verbos (verbalização) e advérbios (adverbialização em *-mente*). Apenas a formação das duas primeiras classes de palavras merecem atenção neste tópico, conforme enuncia o próprio título e segundo a descrição que a seguir se desenvolve.

I. Empréstimos nominais formados com sufixos nominalizadores do português

Para a formação destas unidades lexicais no PA, recorre-se a sufixos derivacionais do português que são adjungidos a radicais ou bases das LB, tendo em conta os critérios da língua de acolhimento. Como postulado para o português, “os sufixos derivacionais seleccionam determinadas bases morfológicas, determinam propriedades sintáticas e sintático-semânticas dos derivados e determinam ainda o tipo de operação semântica que se produz sobre a base à qual se associam (Miguel 2019: 265, com base em Villalva 2007: 110-112). É assim que as bases bantas, uma vez plenamente integradas passam a reunir as condições de estruturas seleccionáveis para a criação de novos produtos derivacionais, conforme se ilustra com os exemplos seguintes.

(37) a. ***quimbandeiro*** (‘curandeiro, mago, advinho’) < QUIMBAND-eir-o
N(PA) RNOM(PA)-SN-IT

b. ***quilapista*** ‘caloteiro’ < QUILAPI-íst-a
N(PA) RNOM(PA)-SN-IT

c. ***xinguilamento*** (‘entrar em transe; ritual tradicional’) < XINGUILA-ment-o
N(PA) TEMAVERB-SN-IT

Nestes exemplos, constata-se duas situações: (i) os sufixos *-eiro/-eira* e *-ista*, independentemente dos respectivos valores gerais em português, juntaram-se a radicais nominais de matriz banta em palavras já aportuguesadas (QUIMBANDA e QUILÁPI, respectivamente) formando nomes denominais (*quimbandeiro*; *quilapista*); e (ii) o sufixo *-mento* ligou-se a uma base verbal banta igualmente de um verbo já aportuguesado (XINGUILAR), resultando num nome deverbal (*xinguilamento*).

Apesar das possíveis restrições morfológicas (não exploradas neste trabalho) a que estas estruturas de origem banta venham a estar sujeitas no âmbito dos critérios do português, a verdade é que elas podem também ocorrer com outros sufixos derivacionais, garantindo assim um grau de produtividade considerável. Em consequência, o PA é caracterizado pela presença de muitas palavras formadas pelo processo derivacional descrito nos parágrafos anteriores, marcado pela diversidade de elementos sufixais afins (e.g. *mufet-ada* ‘refeição farta à base de mufete’; *xinguila-dor* ‘praticante de xinguilamento’, *mulemb-eira* ‘figueira africana’; *fung-ismo* ‘hábito de consumir funge’; *mujimb-ice* ‘bisbilhotices’, *jindug-aço* ‘prato típico feito bastante apimentado com jindungo’, *zungu-eiro/a* ‘vendedor/a ambulante’, *bungula-ção* ‘acto de amaldiçoar’; *cassumbul-agem* ‘ato de cassumbular’, etc.).

II. Empréstimos nominais formados com sufixos adjectivalizadores do português

Neste tópico, analisam-se alguns adjectivos presentes no PA que foram formados de bases nominais, aos quais se juntaram sufixos adjectivalizadores do português, mais concretamente : *ada*, *ense* e *ino*. Os exemplos seguintes permitem julgar que se está perante adjectivos denominais, inseridos nos paradigmas da formação de palavras em português:

- (38) a. Benguelense (‘habitante ou originário de Benguela’) < BENGUEL-ens-e
ADJ(PA) RNOM-SADJ-IT
- b. *malangino* (‘habitante ou originário de Malange’) < MALANJ-in-o,a
ADJ(PA) RNOM-SADJ-IT
- c. *xidiado* (‘azarado, desastrado; desafortunado’) < XIDI-ad-o
ADJ(PA) RNOM-SADJ-IT

Os dois primeiros adjectivos pertencem à classe dos gentílicos ou adjectivos pátrios (também conhecidos como *etnónimos*), *para alguns também nomes pátrios e designam a relação entre um indivíduo e o seu lugar de origem/nascimento ou residência (país, cidade, bairro, região, etc.)*. Ou seja, os sufixos *-ense* e *-ino* formam adjectivos de nomes e indicam uma relação entre entidades (sobretudo humanas) e a sua procedência ou origem. Neste caso, juntaram-se respectivamente aos radicais nominais de BENGUELA e MALANGE, formando-se os adjectivos exemplificados em (38a-b). Com efeito, apesar de muitos nomes das localidades angolanas terem nomes de base africana, para a designação dos seus habitantes recorre-se habitualmente a formas sufixais portuguesas (e.g., *luandense* ‘relacionado a Luanda’; *uigense* ‘relacionado a Uíge’; *cabindense/cabindiano* ‘relativo a Cabinda’; *huilano* ‘relativo a Huíla’, etc.).

Já o adjectivo *xidiado* formou-se do nome *xídi* (atemático), já aportuguesado, ao qual se acrescentou o sufixo *-ado*, que entra na formação de adjectivos a partir de nomes, tal como no exemplo (38c). Com este sufixo, formam-se adjectivos que expressam situações ou estado de coisas, indicando, por exemplo, a noção de um indivíduo ou entidade “ser, estar ou ter” certa propriedade abstracta ou concreta que lhe é inerente. No caso particular de *xidiado*, entende-se que o seu significado está associado à noção de ‘azar, desgraça’, que é inerente ao indivíduo, quer naturalmente quer provocada. Tal como nos casos anteriores, este tipo de adjectivo é frequente na variedade do PA partindo de étimos bantos, em foco no presente trabalho (e.g., *bauc-ado* ‘ter pele seca por exposição a poeira ou calor (ao ponto de criar assadura branda) na pele, *fubul-ado* ‘empoeirado’, *cacimb-ado* ‘furioso, nervoso’, *futuc-ado* ‘entristecido, enfurecido’, *buam-ado* ‘apalermado, atarantado’, *tund-ado* ‘escorraçado’, *atotal-ado* ‘*amachucado*’, etc.).

2.2.3. Formação de nomes por composição

Neste ponto, analisam-se os produtos lexicais que constituem palavras complexas formadas pelo processo morfológico de composição que estão presentes no PA. Classificadas como “compostos híbridos”, no quadro da temática em abordagem, por envolverem elementos das línguas em contacto (cf. Mbangale 2005:180; Isquierdo 2006:19). Trata-se de palavras que basicamente “integram na sua estrutura elementos do banto e do português ou simplesmente constituintes bantos já aportuguesados” (Miguel 2019: 277).

A descrição das características de compostos aqui em análise segue a perspectiva classificatória adoptada para o PE, com base em investigações contemporâneas, que subdivide estas estruturas em três tipos: (i) **compostos morfológicos**, que são formados pela junção de dois ou mais radicais, envolvendo sempre uma vogal de ligação (e.g., *vermicida*, *cronómetro*, *ortopédico*, *afro-pessemismo*, *sino-luso-brasileiro*); (ii) **compostos morfo-sintácticos**, formados por mais de uma palavra (as palavras envolvidas ocorrem de forma independente na frase) e apresentam uma estrutura interna constante e fixa.²⁷ São compostos que resultam da concatenação de duas palavras da mesma classe lexical (e.g., *pombo-correio* (N-N), *surdo-mudo* (Adj-Adj), *vaivém* (V-V), *rói-e-sopra* (V-e-V)); e (iii) **compostos sintácticos**, estruturas formadas por sequências sintácticas que se organizam segundo as regras e princípios da gramática do português, podendo “ser vistos como expressões sintácticas lexicalizadas, isto é, como unidades multilexicais” (Bacelar do Nascimento 2013: 216). Estes compostos envolvem como constituintes elementos de diversas classes lexicais (e.g., *condomínio fechado* (N-Adj), *má-fé* (Adj-N), *bem-estar* (Adv-V), *quinta-feira* (Num-N), *abre-latas* (V-N), *lua-de-mel* (N-de-N)).

Segue-se, com efeito, a descrição de alguns casos de formação de nomes compostos no PA:

I. Compostos morfológicos

Conforme descritos em gramáticas diversas e textos especializados de morfologia sobre a língua portuguesa, “os compostos morfológicos resultam da concatenação de radicais das línguas clássicas (grego e latim) ou de radicais/bases do português” (Miguel 2019: 283). Embora esse aspecto pareça estar reservado mais para as línguas europeias, também é possível encontrar no PA empréstimos em cujas estruturas estão envolvidos elementos neoclássicos e bantos a exemplo dos termos *sambódromo* (Villalva 2003:973) e *umbandadolatria* (Gonçalves 2012: 24), atestados no PB (respectivamente, *sambódromo* < SAMB-O-DROMO e UMBAND-a-DOLATRIA, com a VF banta reanalisada como VL).

Embora este tipo de compostos não seja frequente no PA, consideremos os exemplos seguintes:

²⁷ Para Villalva 2003:978), este tipo de compostos possui “uma estrutura híbrida, exibindo algumas das propriedades das estruturas sintácticas e algumas das propriedades das estruturas morfológicas”.

(39) a. *ndenguelândia* ('programa radiofónico de música infantil') < NDENG-e-LANDIA
 CM(PA) R(BT)-VL-R(NC)

b. *pseudocamba* ('falso amigo') < PSEUD-O-KAMBA
 CM(PA) R(NC)-VL-R(BT)

Analisando as estruturas destes dois exemplos, pode considerar-se que se está perante compostos morfológicos, com os seguintes constituintes: (i) em (39a), radical banto (RBT) e radical neoclássico (RNC) e (ii) contrariamente, em (39b), radical neoclássico e radical banto. As transformações interessantes ocorridas resumem-se em concatenação dos RBT e RNC, reanálise da VF banta como vogal de ligação (VL), em (39a), da estrutura composta, marcação do traço de plural à direita do composto, como acontece noutros compostos atestados em português. Em (39b), a VF do constituinte banto é reanalisado como IT da palavra composta.

II. Compostos morfo-sintácticos

Este tópico agrupa os empréstimos que são considerados como compostos morfo-sintácticos atestados no PA, sendo alguns formados exclusivamente por elementos bantos e outros por constituintes bantos e palavras vernáculas do português. Conforme os exemplos que se seguem, trata-se de palavras complexas que envolvem nas suas estruturas elementos da mesma classe lexical, no caso particular nomes.

(40) a. *bessangana* ('mulher típica luandense') < BESA-NGANA
 N(PA) N(BT)-N(BT)

b. *farinha musseque* 'farinha de mandioca fina (torrada)' < FARINHA + MUSEKE
 N(PA) N(PT)-N(BT)

Nestes exemplos, os produtos resultantes desse processo de composição são nomes: em (40a), dois nomes bantos (o nome BESSA resulta do empréstimo do termo "bênção" em kimbundu), e em (40b), um nome português e outro banto.

Como transformações significativas, assinalam-se as seguintes: (i) transposição da estrutura composta banta aglutinada em estrutura de nome simples com a consequente perda da característica de composicionalidade, no caso de *bessangana*. Já em *farinha musseque*, verifica-se também a transposição do radical banto do segundo constituinte (*musseque*) justaposto ao constituinte de português (*farinha*),

formando uma estrutura complexa; e (ii) a VF banta do nome *ngana* reanalisa-se a IT em *-a* na nova palavra, que passa a pluralizar à direita (cf. *bessangana* / *bessanganas*, a exemplo deste tipo de compostos típicos em português, como por exemplo *aguardente* / *aguardentes*). Quanto ao exemplo de (40b), neste traço específico, as duas palavras dos compostos conservam os seus IT em *a* e *e* (este último transposto da VF banta), fazendo com que pluralizem os dois constituintes na marcação do traço de número (cf. *farinha musseque* / *farinhas musseque*), tal como ocorre em palavras de português (cf. *navios escola* / *navios escola* ou *palavra passe* / *palavras passe*).

III. Compostos sintácticos

A partir da abordagem feita em português, o tipo de compostos aqui em análise caracteriza-se formalmente como estruturas sintácticas que, uma vez lexicalizadas, se comportam como unidades lexicais plenas, com uma autonomia e fixidez semântica, referindo entidades ou realidades novas, diferentes das de partida. Muitos destes compostos, como por exemplo, *palanca negra*, *mata cassumuna* e *mãe de quixiquila*, correspondem a decalques das LB no PA e semelhantes a estruturas *condomínio fechado*, e *cadeira de rodas* (cf. Bacelar de Nascimento 2013: 16) ou *corta unhas*, atestadas em português europeu.

De acordo com a classe lexical dos elementos envolvidos, independentemente das línguas de base, consideram-se neste texto três tipos de compostos sintácticos resultantes do contacto entre as LB e o português, mais frequentes no contexto angolano.

(i) Compostos de estrutura Nome + Adjectivo:

Este tipo de compostos envolve na sua constituição um Nome e um Adjectivo (N + Adj), independentemente da posição deste último elemento na estrutura. Conforme os exemplos que se seguem, o adjectivo comporta-se como modificador do nome ao qual está associado.

(41) a. *palanca negra* ('mamífero *Hippotragus Niger Variani*') < PALANCA+NEGRA
N(PA) N(BT)-ADJ(PT)

b. *monandengue* ('criança, miúdo; o.m.q. *candengue*') < MONA+NDENGE
N(PA) N(BT)-ADJ(BT)

Em (41a), o composto *palanca negra* é constituído por uma palavra banta (BT), concretamente do kimbundu, sendo a sua estrutura idêntica à de *urso pardo*, por exemplo, em português vernáculo. Já no outro exemplo (41b), existem duas palavras bantas aglutinadas cuja estrutura é decalcada do banto para o português, aproximando-se à estrutura de palavras como *vinagre* (<cast. < lat. *vinum acre*), intervindo nela processos fonológicos específicos na sua evolução.

Em termos das transformações ocorridas, interessa destacar a transposição das bases das palavras constituintes para a estrutura do composto e a reanálise das VF bantas para IT em português, permitindo a marcação dos traços de Número (no primeiro exemplo, os dois nomes pluralizam, estabelecendo a concordância entre o Nome e o Adjetivo; no segundo, apenas o Adjetivo) e Género (em 41a, a VF do nome é reinterpretada como marca de feminino, condicionando consequentemente o traço do adjetivo, classificando-se globalmente um nome epiceno: *palanca negra macho / palanca negra fêmea*; *monandengue* é um nome comum de dois, em termos de género, cuja oposição masculino-feminino é estabelecida com recurso a elementos lexicais).

(ii) Compostos de estrutura Verbo + Nome:²⁸

Estes compostos caracterizam-se como estruturas constituídas por um verbo (que se apresenta na forma marcada para as suas categorias, i.e., flexionado) e um nome que se comporta como OD do verbo, com o papel temático de Paciente/Tema; isto é, “Nestas construções institui-se uma relação temática predicador-objeto/tema entre ambos os constituintes” (Rio-Torto 2016: 498).

(42) a. *mata cassumuna* (‘desempregado, desocupado’) < MATA+CASSUMUNA
 N(PA) V(PT)-N(BT)

b. *banga sumo* (‘designação de um antigo mercado de Luanda’) < BANGA+SUMO
 N(PA) V(BT)-N(PT)

Independentemente da ordem dos elementos na estrutura, nos compostos V+N “entre o verbo [transitivo] e o nome estabelece-se uma relação agentiva, marcada

28 Existem vários compostos deste tipo criados internamente, mas envolvendo apenas palavras de português: *acaba molho* ‘enteado’, *espera cunhado* ‘espécie de feijão de fácil cozedura’, *parte braço* ‘chulador(a)’, *corta cabeça* ‘malfeitor, assassino’.

pela noção veiculada pelo verbo em relação ao seu objeto [argumento interno]” (Miguel 2019: 2018), tal como ocorre em compostos como *limpa-chaminés*, *abre-latas* ou *quebra-nozes* (cf. Rio-Torto 2016: 498). Semanticamente, no caso particular dos compostos anteriormente exemplificados, referem entidades humanas que são os agentes cuja actividade/acção veiculada pelo verbo afecta o nome, o objecto subcategorizado.

(iii) Compostos de estrutura Nome + de + Nome

Os compostos sintácticos aqui em análise consistem em unidades lexicais caracterizadas pela estrutura N+PREP (*de*)+N cujo respectivo processo é bastante produtivo não só em português, mas também em LB, daí que se observe esta tendência no PA. Como já enfatizado acima, alguns são verdadeiros decalques das línguas locais na variedade em questão, mas cujos elementos de origem banta já foram aportuguesados (43a), enquanto outros são estruturas formadas por uma palavra banta (também já aportuguesada) e outra portuguesa (43b). Os compostos do tipo que a seguir se exemplificam são estruturas lexicalizadas e que semanticamente se comportam como uma única unidade de significação.

(43) a. *funje de bombó* (‘funje feito de farinha de bombó’) < FUNGE+DE+BOMBO
N(PA) N(BT)-PREP-N(BT)

b. *muzongué da tradição* (‘evento musicocultural e recreativo típico de Luanda, onde é servido tradicionalmente caldo de peixe’) < MUZONGE+DE+TRADIÇÃO
\N(PA) N(BT)-PREP-N(BT)

Em termos morfo-sintácticos que podem afectar a estrutura frásica, por exemplo a concordância, quer em número quer em género, seguem os mesmos paradigmas do português, pluralizando apenas o primeiro nome e cujo género depende da interpretação da VF banta em IT (nos dois casos, trata-se de nomes de género masculino).

No conjunto de compostos sintácticos com estrutura N+de+N, no quadro da presente abordagem, há que distinguir os que abaixo se exemplificam em (44). A grande diferença com os casos anteriores reside no facto de apresentarem como núcleo um nome português, modificado por um termo banto, igualmente já plenamente integrado em PA.

- (44) a. *gelado de múcua* (‘sumo feito de múcua, fruto do imbondeiro’)
- < GELADO+DE+MUCUA
- N(PA) N(PT)-PREP-N(BT)
- b. *mãe de quixiquila* (‘mulher que coordena o processo da *quixiquila*’)
- < MÃE+DE+QUIXIQUILA
- N(PA) N(PT)-PREP-N(BT)

Sobre os compostos descritos ao longo desta subsecção, resta rematar que se trata de estruturas constituídas, genericamente, tanto só por elementos bantos como pela junção de palavras bantas e portuguesas, e uma vez integrados plenamente na variedade, funcionam como material de inovação e enriquecimento lexical. O fundo banto presente nestas unidades lexicais confere-lhe a função de uma das marcas peculiares que caracteriza o português falado em Angola.

2.2.4. Formação de verbos

Nesta secção, focaliza-se a formação de novos verbos no PA a partir do material banto já aportuguesado, mas usando-se os processos morfológicos, mormente os da afixação, disponíveis em português, tal como ocorre com os nomes e adjetivos derivados, tratados em 3.2, acima. Em português, pelo menos, são três os processos de formação de novos verbos a partir de bases nominais e adjectivais (sufixação, conversão e parassíntese). Como se descreve nos tópicos subsequentes, os empréstimos verbais das LB presentes no PA foram formados basicamente por estes processos afixais, embora o da derivação sufixal esteja ligado a adopção de radicais bantos.

I. Adopção de radicais bantos

Muitos empréstimos bantos no PA resultam da adopção de radicais verbais destas línguas em português (já desprovidos do PV). Uma vez que a eles se adjungem a VT, reanalisada da VF banta, e o elemento flexional dos verbos na LA, *-r*, passam a comportar-se como verbos portugueses, capazes de derivar outros produtos, ou seja, conforme Miguel (2019: 274), as tais bases verbais já são

tratadas pelos falantes como se fossem portuguesas, integradas na 1.^a conjugação verbal, como acontece com os neologismos, em geral. Uma

vez adaptados à morfologia do português, pode considerar-se que passam a ser radicais portugueses, dando origem a derivados típicos desta língua (cf. *lembamento*, *xingamento*, *xinguilamento*).

Para a análise deste material, consideremos os exemplos seguintes:

(45) a. **lembar** (de *alembar*: ‘dar dote ou oferta de casamento à família da noiva’)

RV(PA)-VT-FLEX < **LEMB-a-r** ← **KU-LEMB-a**
PV-RV(BT)-VF

b. **xingar** (‘injuriar, insultar, ofender’) < **XING-a-r** ← **KU-XING-a**

RV(PA)-VT-FLEX PV-RV(BT)-VF

Conforme esta ilustração, diferente dos casos de conversão de radicais, analisados no tópico seguinte, está-se perante radicais verbais bantos que são transpostos para radicais verbais no PA (RV(PT) ← RV(PB)); isto é, não se altera a classe de base, mas apenas a vogal final banta que passa à vogal temática em verbos já aportuguesados (VT < VF), cuja forma do infinitivo (FLEX) é assegurada pelo seu marcador típico em português (-r), uma vez anulado o marcador deste tipo em LB, o PV (*ku-*).

II. Conversão de radicais nominais para radicais verbais

Os empréstimos aqui em análise constituem o conjunto de verbos formados a partir de radicais bantos já adaptados ao português de Angola através da conversão. Trata-se de um processo interno que, neste caso particular, consiste na transformação de radicais nominais para radicais verbais, sem qualquer alteração estrutural evidente ou aparente, como é característica deste mecanismo de formação de palavras.

(46) a. **cunangar** (‘passar o dia sem ocupação; entregar-se ao ócio’)

RV(PA)-VT-FLEX < **KUNANG-a-r** ← **KUNANG-a**
RN(PA)-IT

b. **zungar** (‘vaguear, andar sem destino; praticar venda ambulante pela cidade’)

RV(PA)-VT-FLEX < **ZUNG-a-r** ← **ZUNG-a**
RN(PA)-IT

Estes verbos são todos de 1.^a conjugação, na variedade do PA, tal como os que foram descritos no tópico anterior e resultam da conversão de radicais nominais (de matriz banta) em radicais verbais.

A conversão é entendida como “um processo não afixal” (Rio-Torto *et al.* 2016: 268-269), uma vez que, para a criação de uma palavra nova, basta um dado radical passar a pertencer a outra classe, salvaguardando os critérios de restrição próprios da língua. No caso particular de verbos formados por este processo, são caracterizados como produtos verbais que “não apresentam qualquer afixo derivacional acoplado à base (Xb)”, sendo, por isso, “produtos verbais não prefixados e não sufixados” (Pereira 2007:38).

Além da transformação que afecta o radical, como já descrito acima, um aspecto morfológico interessante a reter na integração morfológica dos produtos analisados neste tópico tem a ver com a reanálise do IT nominal para VT dos novos verbos. Para Matras (2009: 175-181), a presença de uma vogal temática da LA é um dos critérios para determinar a integração de empréstimos verbais numa nova língua, sendo extensivo aos casos de adopção de radicais, anteriormente.

III. Formação de verbos por parassíntese com sufixo zero (\emptyset)

A parassíntese é também um processo de formação de verbos em português e, neste tópico, constitui também um dos mecanismos de integração morfológica de empréstimos bantos no PA. Os exemplos seguintes tipificam um dos produtos resultantes dessa estratégia de adaptação do material lexical de outras línguas, disponível em português, ao sistema desta língua.

(47) a. *ajindungar* (‘pôr jindungo, apimentar’)

PREF-RV(PA)-SUF-VT-FLEX

< a-**JINDUNG- \emptyset** -a-r ← **JINDUNG-a**
RN(PA)-IT

b. *assanzalar(-se)* (‘adquirir hábitos da sanzala’²⁹; tornar(-se) rude (sanzaleiro)’)

PREF-RV(PA)-SUF-VT-FLEX

< a-**SANZAL- \emptyset** -a-r ← **SANZAL-a**
RN(PA)-IT

29 Cf. *O Angolense* – Dicionário da Linguagem Angolana (online) – 3.^a edição revista e aumentada.

Em princípio, a parassíntese ou derivação parassintética é definida como um processo de derivação afixal também denominado circunfixação (...), o qual implica a presença de um afixo descontínuo, com radical intercalado (daí, um circunfixo), para se formarem novos verbos, que tipificam estruturas verbais como $PODR]_{RADADJ}$ e $aPODRec]_{RAD VERB}$ *apodrecer*; $COLER]_{RAD NOM}$ e $enCOLERiz]_{RAD VERB}$ *encolerizar* (Miguel 2019: 276).

Mas sem se recorrer a explicações teóricas mais aprofundadas sobre este processo, interessa apenas explicar que a formação destes verbos segue o mesmo paradigma daqueles formados em português, que “não integram qualquer sufixo derivacional” (Villalva 2003: 952), mas adquirem a VT *-a* para se adaptarem a esta língua. Ou seja, os elementos derivacionais do português, que constituem um afixo descontínuo, ligam-se ao radical banto, com parte sufixal zero (\emptyset) e parte prefixal *a-*; a vogal temática e a marca desinencial (*-r*) são elementos que indicam, respectivamente, a classe de conjugação a que pertence o verbo (a primeira conjugação) e a sua forma infinitiva.

Por fim, vale dizer que os casos de parassíntese aqui discutidos não devem confundir-se com novos produtos lexicais, também atestados no PA, como *afuquilar* (‘apresentar-se mal física e psicologicamente, vestir-se sem cuidado’), *alembar* (‘o.m.q *lembar*: dar dote’), *atotolar* (‘amachucar, quebrar’), que resultam da adjunção da vogal protética a radicais/bases verbais bantos já adaptados em português (cf. EUFUKIM (UMB), KU-LEMBA (KMB), KU-TOTOLA (KMB), processo semelhante ao “que ocorre em palavras do tipo de *amandar*, *amostrar*, *assoprar*, em PE” (Miguel 2019: 256). Estes estão relacionados, portanto, aos casos de adopção de radicais bantos em português, já que resultam de radicais da mesma classe lexical (V>V) e marcados pelo fenómeno fonológico da prótese (vocálica).

O português de Angola, uma variedade emergente, apresenta algumas características gramaticais específicas que permitem distingui-lo de outras variedades do português falado em várias partes do Mundo. Além de novos traços decorrentes da sua evolução interna, fruto das pressões de uma sociedade dinâmica e complexa em que se insere, reconhece-se o contributo das línguas locais, mormente as línguas bantas, com as quais está em contacto longo e permanente. Embora não se assuma uma perspectiva contrastiva ou comparativa, dentre os diferentes domínios da gramática afectados, o presente trabalho centrou-se na descrição dos aspectos fonológicos e morfológicos, duas áreas que têm recebido pouca atenção em estudos sobre variedade em foco.

Fonologicamente, destacam-se os aspectos articulatório-funcionais das LB presentes no PA, nomeadamente: (i) maior grau de abertura das vogais, que provoca a neutralização do traço de contraste “médio-aberto” de alguns segmentos vocálicos (e; ɐ; o/ vs. /ɛ; a; ɔ/) em posição tónica, como acontece no PE, a favor das vogais abertas ([ɛ; a; ɔ]). Consequentemente, no PA não se atestam as vogais médias, tanto orais como nasais, na referida posição, ocorrendo apenas em posição átona, nesse grupo as vogais (/ɛ; o/); (ii) reanálise de um conjunto de vogais, pronunciadas de maneira diferente, como consequência das variações alofónicas geográficas e socio-culturais, ditadas essencialmente pela influência das LB; (iii) reanálise de determinadas consoantes, traduzida na oscilação da pronúncia ou substituição do referido tipo de fonemas, através de diferentes processos fonológicos; (iv) incorporação de consoantes das LB estranhas ao sistema consonântico do português, aspecto que se pode considerar como um dos contributos notórios daquelas línguas no PA; e (v) o comportamento de alguns segmentos vocálicos e consonânticos afeta a estrutura interna da sílaba, ditando a sua desestruturação e depois a sua reestruturação. Destaca-se a desnasalização do Ataque silábico (consoante pré-nasalizada) das sílabas com traço nasal /N/, herança das LB, e a consequente nasalização da vogal presedente, do prefixo ou radical banto, originalmente não nasal.

As características fonológicas descritas ao longo do trabalho têm implicações no PA, que afectam os próprios sistemas vocálico e consonântico, com a ausência de determinados fonemas e a presença de outros (estes últimos que não são típicos do português, mas que passam a fazer parte do inventário fonológico da variedade em estudo).

Em relação às características morfológicas relevantes, discutidas ao longo do presente capítulo, têm a ver com os traços resultantes da integração dos empréstimos bantos nesta variedade do português falado em Angola. Os vários processos de adaptação/integração de elementos bantos no PA visaram conformar as estruturas das novas palavras ao sistema gramatical do português. Para o efeito, sublinham-se os seguintes aspectos: (i) transposição de estruturas bantas, se compatíveis com as do português, em termos formais, que consistiu na adopção de radicais /bases e prefixos bantos no PA; (ii) reanálise de componentes morfológicos bantos para elementos do português, como por exemplo a transformação da VF banta para IT e VT do português, permitindo a variação dos nomes em género e número, à direita, como é típico em português, diferenciando-se das LB, com a marcação à esquerda; (iii) uso

de diferentes mecanismos morfológicos disponíveis em português, para a formação de novas palavras de radicais/bases bantos já plenamente integrados no PA, com realce para os da derivação sufixal, parassíntese, composição e conversão operadas em português, resultando na criação de nomes, adjetivos e verbos.

A presença de traços das LB no PA são, portanto, uma realidade inquestionável, que o tornam diferente de outras variedades do português. Assim, a caracterização fonológica e morfológica feita ao longo do capítulo constitui um modesto contributo para a descrição sistematizada da variedade do português angolano, tendente à sua futura padronização/normatização que já é necessariamente urgente.

CAPÍTULO 3. CARACTERÍSTICAS SINTÁCTICAS DO PORTUGUÊS DE ANGOLA

PAULINO SOMA ADRIANO | DAVID SUELELA

3.1. Sintaxe

Com interfaces e enfoques de abordagens variáveis ao longo do pensamento linguístico ocidental, a sintaxe pode ser definida como estudo sistemático e funcional da frase. Os primeiros trabalhos sobre a delimitação do seu objecto formal foram desenvolvidos na Antiguidade Clássica. Nas *Categorias* de Aristóteles (1985), é encarada como um processo de combinação de palavras para a formulação de asserções afirmativas ou negativas e verdadeiras ou falsas.

A concepção aristotélica da sintaxe como arte combinatória de palavras foi, a partir do século XV, retomada e alargada pelas primeiras gerações de gramáticos espanhóis, portugueses e franceses. Antonio de Nebrija (1492), autor da primeira gramática publicada na Península Ibérica – *Gramática de la Lengua Castellana* –, chegou a sublinhar que a sintaxe tinha como objecto a **ordem** das palavras na frase. Assim, cabia à sintaxe a tarefa de ordenar entre si as palavras e as partes da oração. Para o autor espanhol, na dinâmica funcional de uma língua viva, há uma ordem ou posição natural das palavras na frase determinada pela razão das coisas e uma “perturbación” da ordem natural das palavras na frase que de “alguna manera sea tolerable” (Nebrija 1492: 176).

Quarenta e oito anos depois da publicação da gramática de Nebrija, João de Barros (1540) introduziria, na tradição gramatical portuguesa, a noção de sintaxe como processo de construção de frases, subdividindo-a em dois principais domínios: **concordância** e **regimento**. A concordância era assim definida como o estudo da “conveniência” ou conformidade entre palavras (“dições”) correspondentes em número, género, pessoa e caso. Regimento, expressão que no domínio da romanística viria a ser designada por sintaxe de regime ou sintaxe de regência, era visto como o domínio da sintaxe que se ocupava estritamente do processo natural de construção de frases dentro de uma cadeia de relações de palavras:

Concordância é hũa cõueniencia de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em género: em caso, pessoa, ou em algũa destas cousas. Regimento é quando hũa diçãm se construe com outra diuêrsa a ella, per género ou per numero caso ou pessoa: sómente per hũa espeçial natureza, cõ que obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos casos que temos, como se uerá ao diante (Barros 1540: 59).

No âmbito da tradição gramatical francesa seiscentista, com realce para a *Grammaire de Port-Royal*, de Arnault & Lancelot (1660), a sintaxe também é definida como construção de palavras e subdividida em dois domínios temáticos: concordância e sintaxe de regime. Aqui, a concordância é um fenómeno gramatical universal a todas as línguas. De forma contrária, era vista a sintaxe de regime cujas regras são peculiares a cada língua natural: i) “La premiere, por plus grand partie, est la mesme dans tous les Langues [...]” (Arnault & Lancelot 1660: 140); ii) “La syntaxe de regime au contraire est presque tout arbitraire, & par cette raison se trouve tres – diferente dans toutes les Langues” (Arnault & Lancelot 1660: 141).

As influências de Port-Royal não tardariam a chegar a Portugal. Na *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Reis Lobato, a sintaxe, concebida como a “recta composição das partes da oração” (Lobato 1770: 191), subdivide-se em sintaxe simples (ou regular) e em sintaxe figurada. A sintaxe regular é a composição de frases segundo as regras naturais da língua, contrariamente à sintaxe figurada cujo objecto são as orações construídas através do uso de figuras de estilo. Do ponto de vista estrutural, a sintaxe regular subdivide-se em sintaxe de concordância – união de duas ou mais partes da oração – e sintaxe de regência, mecanismo por meio do qual certas partes da oração, que necessitem de especificação ou delimitação semântica, seleccionam um nome cujo caso (função sintáctica) é determinado pela parte regente.

Em inícios do século XIX, Moraes Silva (1806), também na senda das gerações de gramáticos anteriores, sublinhou que o objecto da sintaxe era “a boa composição” das partes da oração para a formação de sentença. Nesse gramático português, a sentença, usada como sinónimo de frase e oração, é a unidade linguística com a qual o falante poderia emitir declarações. Fazendo recurso a uma terminologia gramatical mais próxima ao português do que ao latim, Moraes Silva (1806: 82-85) considerou que, em todas as sentenças, podem ocorrer vários constituintes:

- i) **Sujeito**, “de que se afirma, o qual deve ser um nome só, ou modificado por articulares, e attributos; [...] ou por nomes com preposições”;
- ii) **Attributo**, “que se declara por adjectivos attributivos; [...] outras vezes por nomes com preposições”;
- iii) **Verbo**, “que afirma, e ajunta os attributos aos sujeitos; ou exprime a vontade, e mando”;
- iv) **Paciente**³⁰, a “acção que se emprega no paciente” e **termo**³¹, a acção que “termina em alguém”;
- v) **Modificadores verbais**: “O verbo, ou acção, que elle significa, talvez é modificada, e acõpanhada de circumstancias de lugar, tempo, modo, instrumento, fim [...]”;
- vi) **Complemento determinativo**: “dizemos: “Templo do Senhor” onde a preposição do indica, que o Senhor é o possuidor do templo”;
- vii) **Vocativo**, quando “dizemos chamando, invocando, exhortando, apostrofando”.

Em Moraes Silva (1806), a expressão “attributo” faz referência ao predicativo do sujeito, argumento interno do predicado que, tradicionalmente, é seleccionado por verbos de cópula (1a-b), e não ao adjunto adnominal ou modificador nominal, um constituinte oracional não seleccionado (1c):

- (1) a. Este homem virtuoso foi **infeliz** (Silva 1086: 85).
- b. Pedro é **sujeito de verdade, de honra** (Idem).
- c. [...] O ritmo do Ngola Ritmos” (1978), de António Ole, um documentário **musical**, também produzido pelo então LNC no período áureo da cinematografia **nacional** [...] (JA. “Cacuaco alberga ciclo de cinema nacionalista”. 20 de Novembro de 2016).

Paraphraseando Reis Lobato (1770) para quem a sintaxe se subdividia em regular e figurada, Moraes Silva (1806) introduz uma terceira área temática e estrutural no estudo da frase, a sintaxe figurada, a complementar a sintaxe de concordância e a sintaxe de regência. A sintaxe de concordância passou a ser vista como “[a]s regras,

30 Complemento ou objecto directo na actual terminologia gramatical luso-brasileira.

31 Complemento ou bjecto indirecto na actual terminologia gramatical luso-brasileira.

que ensinão a mostrar as conñexões entre os nomes, e os adjectivos e os verbos” (Silva 1806: 84). A sintaxe de regência ocupa-se das “regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação” (Silva: 86). No capítulo sobre a sintaxe de regência, são descritos os valores sintácticos dos pronomes pessoais – distinção entre pronomes pessoais de sujeito, pronomes passivos de paciente ou de objecto directo e pronomes pessoais de termo ou de objecto indirecto –, bem como os valores sintácticos e semânticos das preposições.

A sintaxe figurada estuda a frase (sentença) do ponto de vista estilístico. Nesse domínio da sintaxe, exploram-se os efeitos expressivos e a pertinência da supressão, da inversão ou do reforço significativo-estrutural de sentenças formadas por meio do uso de figuras de estilo (ellipse, hyperbató, pleonasmó, zeugma). No estudo “figurado” ou estilístico da frase, trabalha-se com o conceito de «inorreccção aparente» (Silva 1806: 108), em vez de inorreccção, vício ou erro. Com a noção gramatical de “inorreccção aparente”, a estilística, em Moraes e Silva (1806), aparece definida, em entrelinhas, como a “linguística dos efeitos da mensagem, do rendimento do acto de comunicação, da função da imposição que esta exerce sobre nossa atenção” (Riffatere 1971: 139), conforme entendemos hoje no âmbito da Estilística Funcional.

Na *Epítome da Grammatica da Lingua Portugueza* de Moraes Silva (1806), a sintaxe da ordem, estudo da posição ou colocação dos constituintes na frase, é, respectivamente, objecto da sintaxe de regência e da sintaxe figurada. Outro aspecto presente em Moraes Silva (1806) digno de realce são as noções gramaticais de conexão, relação e correlação que tornam a sintaxe uma disciplina relacional, para além de combinatória conforme teorizada ao longo do segundo quartel do século XX (1959) por Lucien Tesnière (1994) na sua *Syntaxe structurale*:

Géralmente falando em todas as sentenças tratamos de coisas connexas com seus atributos, ou de coisas, que tem algũa relação, ou dizem respeito a outras coisas. Todo o artificio pois de compor sentenças consiste em mostrar as connexões, ou correlações entre os nomes de coisas, e seus atributos significados polos adjectivos» (Silva 1806: 84).

Depois de Reis Lobato (1770) e Moraes Silva (1806), a tradição gramatical portuguesa continuou bastante produtiva em ideias sintácticas. Em 1822, Soares Barboza seria um dos mais inovadores. Relativamente à análise e descrição da frase, o autor

da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* viria a proceder à distinção entre **sintaxe** e **construção**, antes vista como objecto formal da primeira. Assim, para este gramático filosófico português, **sintaxe** é a coordenação ou processo de composição de palavras na frase e **construção** é a disposição (“arranjos”) ou colocação de palavras na frase.

São igualmente reconhecidas na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* dois tópicos centrais no estudo de estruturas sintácticas: **sintaxe de concordância** e **sintaxe de regência**. A primeira, a sintaxe de concordância, estuda a identidade ou conformidade das unidades discursivas na frase. A segunda, a sintaxe de regência, estuda a relação de determinação entre as unidades discursivas na frase. Na cadeia de estruturação frásica, há sintagmas cuja ocorrência e significação são determinados por outros sintagmas, pois, entendia Soares Barboza, reger significa “determinar, e demandar alguma couza” (Barboza 1822: 392).

Se em Moraes Silva (1806) a ordem dos constituintes na frase poderia ser cumulativamente objecto da sintaxe de regência e da sintaxe figurada, em Soares Barboza é objecto da construção por ser nesse domínio em que se faz a oposição funcional entre ordem directa e ordem inversa: “Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que he a Direita, e a Invertida” (Barboza 1822: 412). Relativamente ao número de constituintes, Soares Barboza (1806) refere que a frase é formada por três constituintes principais: sujeito, atributo e verbo. Tal como em Moraes Silva (1806), o atributo é um argumento regido por verbos de cópula ou ligação:

- (2) a. Eu sou **amante** (Barboza 1822: 363).
 b. O homem he **mortal** (Barboza: 364).

Das relações de determinação sintáctica, da sintaxe de regência, resultam mais quatro constituintes, sendo dois complementos e dois modificadores (Barboza 1822: 395):

- i) complementos: **complemento objectivo**, denominado complemento ou objecto directo na actual terminologia gramatical luso-brasileira; **termo** ou **terminativo**, denominado complemento ou objecto indirecto na actual terminologia gramatical luso-brasileira;
- ii) modificadores: **complemento restritivo**, o genitivo latino ou complemento nominal/determinativo da actual terminologia gramatical luso-brasileira;

complementos circunstanciais, o ablativo latino ou o adjunto adverbial da actual terminologia gramatical luso-brasileira.

As orações subordinadas (completivas, relativas e adverbiais) também fazem parte do quadro de funções sintácticas descrito acima por serem complementos ou modificadores de um constituinte argumental da oração principal. Considerando que nas relações de determinação sintáctica com o núcleo da predicação só o sujeito é de «não-omissibilidade incondicional e absoluta» (Fonseca 2013: 77), o número de constituintes principais da frase viria a ser reapreciado pelas gerações de gramáticos do século XX (Bechara 1961; Lima 1957; Cunha & Cintra 1984; Mateus et al. 1989) e mais tarde pelas gerações de gramáticos do século XXI (Raposo et al. 2013) por influência dos estudos desenvolvidos no âmbito da então “ciência social emergente”, a linguística. Assim, de três constituintes (Silva 1806; Barboza 1822), a frase passou a ser constituída por dois constituintes principais: o sujeito e o predicado. O predicativo do sujeito (atributo em Silva 1806 e Barboza 1822) é um complemento ou expansão lexical do predicado. O mesmo pode ser dito em relação ao objecto directo, indirecto, oblíquo (denominado objecto relativo na terminologia gramatical brasileira) e ao predicativo do objecto directo, indirecto e oblíquo. O aposto, o vocativo, o modificador nominal, adjunto adnominal ou atributo e os adjuntos adverbiais situam-se num nível periférico e não argumental da frase, visto que não são constituintes seleccionados por um sintagma verbal ou nominal.

A noção de frase também foi reavaliada: de conceito lógico-filosófico – “composição de palavras, com que de huma cousa se afirma, ou nega outra” (Lobato 1770: 191); “qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras” (Barboza 1822: 363) – ao actual conceito lógico-gramatical, i.e., um conjunto de palavras, que organizadas à volta de um verbo no modo finito, expressa um conteúdo proposicional.

Com o surgimento da linguística como ciência no século XX, a sintaxe tornou-se objecto de uma disciplina mais ampla: a sintagmática, que estuda as unidades categoriais e sintácticas da frase. As unidades categoriais, palavras ou signos lexicais estabelecem relações internas a si e externas à frase. As unidades sintácticas, signos funcionais ou sintagmas estabelecem relações externas a si e internas à frase. Por isso, em “substituição” da palavra, o sintagma, que “se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas” (Saussure 2006: 142), passou a ser o elemento mínimo de análise e descrição de fenómenos sintácticos.

Assim sendo, e teorizada com base no princípio de “[n]a língua, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos” (Saussure 2006: 149), a sintaxe contemporânea apresenta três principais interfaces: i) combinatória de inspiração da tradição gramatical clássica antiga; ii) relacional (Tesnière 1959; Martinet 1985; Alarcos Llorach 1982) e iii) gerativo-transformacional (Chomsky 1995) cujo objecto é a construção de um número infinito de frases com base num número finito de frases através de mecanismos de adjunção, substituição, apagamento ou inserção estrutural. Na sua interface relacional, a sintaxe é o estudo das relações de hierarquia, conexão, determinação, dependência e interdependência entre os sintagmas de uma frase. Os falantes concretizam a função finalista da linguagem (a pertinência comunicativa) por meio das relações de hierarquia e determinação entre os sintagmas que compõem a frase. Foi sob esse prisma que se desenvolveu a sintaxe funcional, como a interface europeia da sintaxe gerativo-transformacional, cujo objecto é a descrição sintagmática das línguas naturais segundo o realismo e dinamismo dos sistemas linguísticos.

Herdeiro do princípio da “solidariedade conceitual” entre forma e função da linguística estrutural – “[...] a morfologia não tem objecto real e autónomo; não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe” (Saussure 2006: 157), Tesnière (1959) reapreciou o valor da “palavra” (unidade morfológica) no domínio da descrição de enunciados, colocando-a a um nível idêntico ao do sintagma (unidade sintáctica). Dessa oposição/solidariedade conceitual, Tesnière subdividiu a sua sintaxe estrutural em sintaxe estática ou categorial e sintaxe dinâmica ou funcional:

El estudio de las categorías gramaticales y el de las funciones constituyen, según todos los indicios, las dos divisiones esenciales de la sintaxis. Llamaremos sintaxis estática a la que tiene por objeto el estudio de las categorías, y sintaxis dinámica a la que tiene por objeto el estudio de las funciones (Tesnière 1994: 84).

A sintaxe é, portanto, uma disciplina transversal a vários domínios das ciências da linguagem; a descrição do seu objecto (a frase) pode requerer o concurso de outras disciplinas internas e externas da linguística como a morfologia, semântica ou a estilística.

3.1.1. Sintaxe de regime: regência e valência

Além dos trabalhos de autores gregos (Aristóteles, Dioniso de Trácia) e latinos (Varrão, Quintiliano) relativos à frase, as primeiras ideias sobre a sintaxe de regime ou de regência da língua portuguesa terão sido desenvolvidas por influência da *Gramática de la Lengua Castellana* de Antonio de Nebrija (1492). As aproximações conceituais e terminológicas, entre João de Barros (1540) e Nebrija (1492), sobre a natureza categorial e funcional dos verbos parecem inferir a hipótese ora enunciada:

- i) «Los verbos personales, o passan en outra cosa, o no passan. Los que passan en outra cosa, llámanse transitivos [...]. Los que no passa en outra, llámanse absolutos» (Nebrija 1492: 178-179).
- ii) «Estes uérbos pessoáes, ou pássa a sua auçám em outra cousa, ou nam. Os que pássam chamãlhe os latinos trãsiituios. [...]. Os uérbos pessoáes cuia auçã ñã pássa ã outra cousa, sam os que própriamente se pódem chamar neutros (Barros 1540: 62-63).

Nos dois autores ibéricos, e a julgar pela oposição entre “verbos passadores” (transitivos) e verbos não passadores (intransitivos, absolutos ou neutros), a sintaxe de regime constitui a arquitectura funcional das línguas naturais; o estudo dos processos de relação, selecção e restrição de funções sintácticas e semânticas. Entende-se, assim, a regência como o mecanismo gramatical intrínseco às línguas naturais determinante para a construção de enunciados e para a coesão e coerência discursivo-textual.

Complementando a proposta de Moraes Silva (1806) que considerava a existência de uma “palavra regida” e de uma “palavra antecedente” no domínio da sintaxe de regime da língua portuguesa, Soares Barboza fez a distinção entre partes regentes (palavras regentes) e partes regidas (palavras regidas) na cadeia de determinação sintáctica – “Onde ha regencia, necessariamente hade haver Partes Regentes, e Partes Regidas” (Barboza 1822: 394)–. As partes regentes são as unidades determinadas que seleccionam argumentos e são delimitados semanticamente pelos argumentos seleccionados. As partes regidas são as unidades ou sintagmas determinantes das partes regentes, ou seja, argumentos que especificam a significação das partes regentes. Na versão francesa da gramática de dependência:

El término superior recibe el nombre de regente. El término inferior recibe el nombre de subordinado. Se expresa la conexión superior diciendo que el subordinado depende del regente, y la conexión inferior diciendo que el regente manda o rige al subordinado (Tesnière 1994: 25).

As palavras destacadas nos enunciados do exemplo (3) são as partes regentes ou superiores, que seleccionam argumentos internos; as destacadas nos enunciados do exemplo (4) são as partes regidas, inferiores ou subordinadas:

- (3) a. [...] Mbanza Kongo **reúne** todos os requisitos para ser inscrita na Lista do Património Mundial (JAAL. “De capital do Kongo a Mbanza da humanidade”. 22 de Novembro de 2016).
- b. [...] **endereço**u uma informação à Federação Angolana de Futebol (FAF) (JD. “Lundas apostam no ataque”. 13 de Novembro de 2016).
- (4) a. [...] Mbanza Kongo reúne **todos os requisitos** para ser inscrita na Lista do Património Mundial (JAAL. “De capital do Kongo a Mbanza da humanidade”. 22 de Novembro de 2016).
- b. [...] endereçou **uma informação à Federação Angolana de Futebol** (FAF) (JD. “Lundas apostam no ataque”. 13 de Novembro de 2016).

A classificação das partes regentes ou superiores segundo a classe gramatical também não é nova nos estudos linguísticos sobre a língua portuguesa. Em João de Barros (1540), estão as bases da moderna classificação categorial da regência em nominal, adjectival, verbal, preposicional e adverbial. A regência nominal é constituída por um nome ou sintagma nominal (5) e a adjectival por um adjectivo ou sintagma adjectival (6):

- (5) a. Por outro lado, garante o direito do jornalista de **acesso** às fontes de informação e ao sigilo profissional (JA. “Jornalismo e responsabilidade”. 19 de Novembro de 2016).
- b. **O combate** à imigração ilegal e ao contrabando de mercadorias proibidas tem merecido um controlo cerrado (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvu”. 20 de Novembro de 2016).

- (6) a. Além de Cacuo, o Ciclo do Cinema Nacionalista vai ser **extensivo** aos bairros Maianga, Kikolo, Golfe 2 (JA. “Cacuaco alberga ciclo de cinema nacionalista”. 20 de Novembro de 2016).
- b. Assim, por volta de 1800 surgiu uma secção **dedicada** à cultura a que hoje chamamos suplemento cultural (JAAL. “A nossa crítica literária”. 14 de Novembro de 2016).

A regência verbal é formada por um verbo ou núcleo verbal (3-4) e a preposicional por uma preposição (6c):

- (6) c. Os filmes seleccionados abordam as principais conquistas ao nível político, económico e social do período imediatamente **após** a Independência **até** à actualidade (JA. “Cacuaco alberga ciclo de cinema nacionalista”. 20 de Novembro de 2016).

A regência verbal é constituída por um verbo ou sintagma verbal, como as unidades destacadas em (3). Da produção gramatical portuguesa que vai de João de Barros (1540) às produções dos séculos XX (Bechara 1961; Cunha & Cintra 1984; Vilela 1992) e XXI (Neves 2000; Castilho 2010; Bagno 2011; Raposo et al. 2013), sublinha-se as seguintes classes de verbos:

- (i) transitivos directos, activos ou de regência directa, que seleccionam complemento directo, como as subclasses dos verbos avaliativos ou apreciativos (*avaliar, achar, considerar, apreciar*); declarativos (*falar, dizer, narrar, enunciar, contar, referir, afirmar*); sensitivos (*sentir, ouvir, ver, olhar, apalpar, ouvir, tocar*); epistémicos ou cognitivos (*conhecer, saber, aprender, reconhecer, entender*); psicológicos ou emotivos não pronominais (*lembrar, recordar, esquecer, aborrecer, emocionar*); deonticos e volitivos (*mandar, ordenar, impedir, pediu, solicitar, querer, requerer*); causativos (*deixar, fazer, causar*) e outras subclasses verbais de dois lugares que requerem delimitação ou especificação semântica;
- (ii) transitivos indirectos ou de regência indirecta, que seleccionam complemento indirecto, como as subclasses dos verbos *dandi*, dativos ou de transferência (*entregar, oferecer, dar, enviar, doar, distribuir, vender, emprestar, alugar*); deonticos ou volitivos (*pedir, ordenar, recomendar, exigir, obrigar*); *dicendi*

- ou declarativos (*informar, dizer, escrever, comunicar, referir, narrar, contar*); deônticos ou volitivos (*desejar, exigir, ordenar, pedir*), *rogandi* (*rogar, suplicar*);
- (iii) transitivos directos e indirectos, ditransitivos ou bi-regenciais, que podem seleccionar simultaneamente complemento directo e indirecto, como as subclasses verbais enunciadas no tópico anterior (*dandi, dicendi, rogandi*, deônticos ou volitivos) quando forem de três lugares;
- (iv) transitivos directos, que seleccionam complemento oblíquo ou relativo não preposicionado, como as subclasses dos verbos que designam medida, peso, duração, tempo e preço (*medir, pesar, custar, durar, perdurar, demorar*);
- (v) transitivos indirectos, que seleccionam complemento oblíquo preposicionado, como as subclasses dos verbos intrinsecamente pronominais (*lembrar-se, recordar-se, aborrecer-se, esquecer-se, compadecer-se, envergonhar-se, maravilhar-se, arrepende-se, entristecer-se*); situativos ou locativos (*viver, morar, residir*); direccionais (*vir, ir, chegar, regressar*), deônticos ou volitivos precisoados (*necessitar, desejar, gostar*); doxáticos ou de crença (*acreditar, confiar*) e outras subclasses de verbos que regem preposição;
- (vi) intransitivos ou transitivos de zero lugar, que não seleccionam argumento interno;
- (vii) copulativos, de ligação ou predicativos, que seleccionam predicativo do sujeito, como os verbos *ser, estar, ficar, andar, parecer, permanecer*.

No domínio da sintaxe funcional, a regência é um princípio gramatical análogo à valência, conceito introduzido na linguística estrutural por Lucien Tesnière em 1959. Nesse modelo gramatical, a valência é o valor sintáctico-estrutural de um signo lexical, sendo, por isso, a valência de um verbo constituída pelo “número de ganchos que presenta un verbo, y, por consiguiente, el número de actantes que es susceptible de regir” (Tesnière 1994: 411).

Na proposta sintáctico-estrutural de Tesnière (1994), os verbos i) transitivos directos são denominados bivalentes; ii) os transitivos indirectos, que regem complemento indirecto ou oblíquo, também são denominados bivalentes; iii) os ditransitivos ou bi-regenciais são designados trivalentes e iv) os intransitivos são denominados monovalentes. Os verbos com uso impessoal, que marcam sujeito expletivo, são denominados aivalentes ou zerovalentes porque “no tienen ninguna valencia” (Tesnière 1994: 413).

A valência é, por conseguinte, um conceito semântico e axiológico quando designa as restrições funcionais dos signos lexicais ao nível da significação. Daí a oposição

em português entre unidades gramaticais de valência factual, [+] mundo real ou [-] dubitativo e unidades gramaticais de valência hipotética, [+] mundo irreal ou [+] dubitativo como nomes, adjectivos, verbos ou advérbios. Nas relações de complementação oracional, os nomes e adjectivos epistémicos (*consciência, certeza, evidência, dúvida; consciente, ciente, convicto*) são de valência factual e, por isso, seleccionam o modo indicativo (7a-b); os verbos volitivos (*esperar, desejar, querer*) são de valência hipotética, [+] mundo irreal e, por isso, o modo conjuntivo (7c-d):

- (7) a. Portanto, o escritor deve ter **consciência** de que a informação na era das TIC *tornou-se* portátil. (JAAL. “A Webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura”. 19 de Dezembro de 2016).
- b. Estamos **conscientes** de que a criação de valores necessários para o desenvolvimento do país se *concretiza* com os homens [...] (JA. “Forte investimento na formação é prioridade na vida das pessoas”. 04 de Dezembro de 2016).
- c. **Queremos** que *haja* correspondência entre as forças policiais de Angola e do Congo (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de Novembro de 2016).
- d. [...] e **espera** que os empregos existentes na economia se *mantenham* estáveis e que se criem novas oportunidades, tendo em conta as intenções de investimentos públicos (JA. “Salários vão ser reajustados”. 24 de Novembro de 2016).

As construções de conjuntivo independente são, geralmente, marcadas à esquerda por um advérbio de valência hipotética, dubitativa ou [-] evidencial, como *talvez, provavelmente, possivelmente*. Não obstante, a dinâmica interna da língua portuguesa tem dado amostras de que o quadro de regência verbal (e de outras classes gramaticais) ora descrito é apenas referencial, e não categórico por causa do processo de reconversão / reanálise da valência sintáctica ou semântica inerente à dinâmica dos sistemas das línguas naturais. O presente capítulo visa precisamente isso: descrever casos de reconversão da valência sintáctica ou semântica de certas estruturas gramaticais no PA.

3.2. Da sintaxe do português de Angola

Conforme referido no Capítulo 1 do presente livro, Angola é um país de alta diversidade linguística e cultural, factor determinante para o enriquecimento dos sistemas das línguas em contacto e em coabitação. Partindo desta variável linguística externa, um corpo considerável de trabalhos, produzidos ao longo das últimas duas décadas, tem dado conta de que a sintaxe do português de Angola é caracterizada pela existência de estruturas gramaticais de origem das línguas bantu. Num dos trabalhos mais recentes, considera-se que:

Determinados factores, como o contacto linguístico entre as línguas bantu e a LP, podem justificar a tendência que se observa na generalização, quer do dativo em detrimento do acusativo e a sua extensão sintática, quer da predominância da próclise em detrimento da mesóclise. De facto, nas línguas bantu, não existem pronomes clíticos especiais (Undolo 2014: 167).

Se redireccionarmos as variáveis de análise e de descrição gramaticais – de externos a factores linguísticos internos ao português –, concluiremos que os fenómenos aludidos na citação *supra* são arcaísmos funcionais³² ou formas cristalizadas de estádios anteriores da língua portuguesa. A oposição funcional entre clíticos pronominais acusativos e dativos em Angola, apesar de ser um traço da sintaxe das línguas bantu³³, não é um fenómeno novo na história da língua portuguesa por ter sido corrente ao longo do português medieval (arcaico e arcaico médio). A actual tendência da predominância da próclise em relação a outros padrões posicionais dos clíticos pronominais em Angola e no Brasil também não é um fenómeno externo à língua portuguesa, uma vez que se trata do fenómeno da variação livre entre anteposição e posposição que predominou durante o período arcaico e arcaico médio cuja estabilização, nas palavras de Martins (1994), ocorreria no português clássico. Quer dizer que a variação livre entre anteposição e posposição foi um fenómeno predominante

32 Expressão usada por Eugenio Coseriu (1979: 21) para designar fenómenos gramaticais de outros estádios de uma língua, mas que se mantêm actuais, ou seja, funcionais.

33 Em kimbundu, não se observa distinção entre clíticos pronominais acusativos e dativos pelo facto de os complementos directo e indirectos pronominais serem expressos pela mesma partícula gramatical (*mu*).

nos últimos três períodos da história interna da língua portuguesa: galego-português, português arcaico médio e português clássico.

Tal como os casos que têm sido atestados na norma do português de Angola (8), há registos de ocorrência do clítico dativo *lhe* com verbos transitivos directos no português clássico (9):

- (8) a. Ao falar no acto central do Dia Nacional da Pessoa Idosa, Gonçalves Muandumba frisou que [...] e pediu às famílias para darem maior atenção à pessoa idosa, dando-lhe mais carinho, alimentação [...], ao invés de acusá-lo de feiticeiro e *levar-lhe* a um lar de terceira idade (JA. “Autoridades preocupadas com o abandono de idosos”. 1 de Dezembro de 2016).
- b. Caçule apaixonou-se pela Esperança da Graça que, na verdade, era Marta Domingas, uma mulher que carregava uma paralisia que não *lhe ajudava* a fazer muita coisa que gostaria de fazer [...]. (JAAL. “Resumo literário da obra “a última ouvinte” de Gociante Patissa”. 17 de Janeiro de 2017).
- c. O nosso interlocutor informou que Ernesto Antunes insurgiu-se contra o actual treinador do FC Bravos do Maquis, por *considerar-lhe* culpado da não efectivação do contrato [...]. (JD. “Natural do Bié sonha jogar num clube de referência a nível nacional”. 21 de Dezembro de 2016).
- d. Luiz Bosselli esclareceu que os países faltosos no Africano de boxe da região IV nada *lhes impede* de estar em qualquer prova (JD. “Angola e África do Sul disputam o Zonal IV”. 29 de Abril de 2017).
- (9) a. [...] e o Meestre *lhe* deffemdeio que o nom fezesse; e ell nom curou em esto de sua defesa (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).
- b. [...] e passamdo per amte a porta dhuu~ alfageme, *violhe* teer huu~a espada muito limpa e bem corregida, e Tomouha na mão e pregumtoulhe se *lhe corregeria* assi huu~a sua (*Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I*, XVI).
- c. [...] pardos todos nuus sem nhuu~a cousa que *lhes cobrise* suas vergonhas (*Carta de Pêro Vaz de Caminha*, 1500).

Outra presença da sintaxe das línguas bantu na norma angolana do português é o uso de verbos dinâmicos com a preposição estática *em*. Em três das quatro línguas

bantu mais faladas em Angola (kimbundu, kikongo e cokwe), não há distinção formal entre preposições dinâmicas e preposições estáticas: as preposições *a*, *para*, *em*, *com* e *de* são expressas por uma única partícula gramatical (*ku*). Na língua umbundu, a partícula (*ku*) expressa as preposições *a* (dativa) e *com*. Assim, se por um lado, a regência dos verbos destacados nos enunciados (ocorrência de verbos dinâmicos com a preposição *em*) do exemplo (10a-b) é uma influência da sintaxe das línguas bantu; por outro, é uma vestígio da gramática histórica (medieval) da própria língua portuguesa conforme se observa nos enunciados de (10c-d) extraídos da *Crónica Geral de Espanha* (séc. XIV)³⁴:

- (10) a. Ajudamos a criar condições para que não **chegássemos** *nos locais de jogo* com tranquilidade. (JD. “Ivo Trança crucifica direcção”. 20 de novembro de 2016)
- b. **Chegamos** quinta-feira *no Lubango*, no sábado realizamos o segundo dia de treino. (JD. “Kabuscorp prepara “duelo” com Libolo em terras da Chela”. 28 de março de 2017)
- c. E outras gentes **vehoron** *en Espanha* que chamaron Vandalos (Título Fólio 4 3c).
- d. Depois que el rey Rotas esto fez, veosse vindo de terra en terra ataa que **chegou** *en Espanha* e andou toda a terra (Título Fólio 12 9c).

Desta feita, a sintaxe do português falado e escrito em Angola caracteriza-se pela existência de estruturas gramaticais internas e externas à língua portuguesa, .i.e., por estruturas das línguas bantu e da gramática histórica da própria língua portuguesa. A elaboração de mais trabalhos descritivos da língua portuguesa em Angola sob um ponto de vista da **sincronia dinâmica** – nenhuma língua é falada da mesma maneira num dado estágio da sua história – e da **pancronia** – a convivência de estruturas antigas e estruturas novas num dado estágio da história de uma língua – será, certamente, imprescindível para a distinção entre aspectos gramaticais internos e externos à sintaxe do português da norma angolana do português.

34 Os documentos históricos citados (*Crónica Geral de Espanha*, *Crónica del Rei dom Joham da boa maneira parte I* e *Carta de Pêro Vaz de Caminha*) foram obtidos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM) da Universidade Nova de Lisboa.

3.3. Aspectos da sintaxe da oração subordinada no português de Angola

No século XIX, foram estabelecidos dois processos de estruturação sintáctica: a parataxe e a hipotaxe. A primeira incluía todos os tipos de justaposição; a segunda, todos os tipos de dependência. No século XX, os estudos de Hopper & Traugott (1993) estabeleceram um terceiro processo – a subordinação.

Na perspectiva da articulação de orações para a formação de frases complexas, a parataxe implicaria independência relativa, em que o vínculo entre as orações depende apenas do sentido e da relevância da relação entre elas; a hipotaxe implicaria dependência entre um núcleo e margens, mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo; a subordinação implicaria dependência completa entre núcleo e margens, observando-se o encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo (cf. Rodrigues 2007: 226-227).

A tradição gramatical reconhece, na generalidade, duas operações principais para a organização da frase complexa: a coordenação e a subordinação. No primeiro caso, as orações são sintacticamente independentes umas das outras, ou seja, uma não é constituinte da outra; no segundo, uma oração subordina-se a outra de que é constituinte e em relação à qual desempenha uma função sintáctica. Há, porém, estudos que reconhecem, além das duas operações anteriores, uma terceira operação – a correlação – proposta inicialmente por Oiticica (1942), em que as orações são formalmente interdependentes, como é o caso, por exemplo, das orações tradicionalmente classificadas como comparativas e consecutivas, nas quais ocorrem formas correlativas.

A presente descrição limita-se a alguns aspectos ligados às orações subordinadas no português falado em Angola cujo *corpus* foi gravado de programas televisivos e radiofónicos, entre 2012 e 2013, privilegiando-se falantes escolarizados desde o ensino médio ao superior. Mais concretamente, são analisadas construções possíveis na variedade em estudo, embora desviantes da norma padrão europeia, relativamente a orações subordinadas substantivas e a orações subordinadas adjectivas.

3.3.1. Orações subordinadas sem complementador subordinativo e construções com complementador subordinativo supérfluo

As orações subordinadas substantivas são normalmente introduzidas pela conjunção integrante *que* (e mais raramente *se*). No contexto de Angola, é possível atestar construções nas quais não se realiza lexicalmente o referido complementador subordinativo ou nas quais esse complementador é empregado de forma supérflua. Este fenómeno acontece mais regularmente com predicadores verbais introdutores de orações subordinadas substantivas objectivas directas (11a), (11b), nas quais o complementador subordinativo é uma conjunção integrante; mas também, mais raramente, com orações subordinadas adjectivas cuja função sintáctica é a de modificador do nome, sendo o complementador subordinativo um pronome relativo (11c):

- (11) a. Estamos em crer [-] quando nós formos governo, estaremos comprometidos com os senhores, estaremos comprometidos com o povo angolano e queremos fazer o melhor. [Rádio Nacional de Angola, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]
- b. Eu disse [-] eu sou livre. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 26.08.2012]
- c. Vi que há muitas mães [-] estão a sofrer. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 13.08.2012]

Nos casos em que o complementador subordinativo é uma conjunção integrante, há registos da sua omissão na literatura portuguesa e brasileira, sendo *que*, em conformidade com Cunha & Cintra (2014:745), a língua portuguesa permite a referida omissão depois de certos verbos que exprimem uma ordem, um desejo ou uma súplica.

Além do fenómeno da não realização do complementador subordinativo, é, também, possível atestar, muito raramente no discurso de falantes escolarizados, construções em que esse complementador é realizado de forma supérflua na categoria de pronome relativo (11d), (11e):

- (11) d. Nada de mal **que** vai nos acontecer. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 13.08.2012]
- e. [...] para quem **que** não sabe ler, pode vir para estudar. Ainda há tempo. [TPA1. Angola Magazine. 22.08.2012]

No entanto, esse emprego supérfluo do complementador subordinativo com a categoria de pronome relativo parece ser mais frequente com o advérbio relativo *onde*, nos casos em que introduz orações subordinadas adjectivas com a função sintáctica de modificador do nome (12a), (12b):

- (12) a. Já sei **onde que** vou trabalhar. Na Escola Primária n.º 76 [...].
 b. Já sei **onde que** vou votar. Perto da minha casa, **onde que** tem a tenda [...].

Gonçalves (2013:173-174), ao descrever o português de Angola e Moçambique, refere-se a construções semelhantes às precedentes, ou seja, à formação de locuções conjuncionais não canónicas em Português Europeu (13a):

- (13) a. Havia tudo isso, **embora que** houvesse uma administração portuguesa.

3.3.2. Dequeísmo e queísmo em orações subordinadas substantivas

No português falado em Angola, verbos transitivos directos podem ser complementados por sintagma preposicional (SP) encabeçado pela preposição *de*. Ao que parece, a preposição *de* antecede comumente orações subordinadas finitas integrantes objectivas directas (14a), (14b). Há, também, casos em que o verbo transitivo directo é complementado por uma oração subordinada infinitiva antecedita da preposição *de* (14c):

- (14) a. Caros compatriotas, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a vossa presença aqui. [...] É que aoirmos todos aqui, estamos a dizer todos em uníssono **de que** nós queremos eleições livres, transparentes. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 27.08.2012]
 b. É uma grande satisfação saber que os nossos militantes são realmente disciplinados, patriotas sobretudo, e são capazes de viver neste âmbito da democracia numa forma intensiva e **mostrar de** que realmente o nosso país é um país democrático e de direito. [RNA. Jornal da Noite. 25.08.2013]
 c. [...] tu **aceitas de** passar comigo uma noite? [TPA1. Encenação, Campanha Eleitoral. 20.08.2012].

Este fenómeno ocorre igualmente na norma europeia³⁵, persistindo ainda na língua castelhana e é designado por dequeísmo, definido como a inserção supérflua da preposição *de* antes da conjunção-complementador *que*. A sua supressão, que tratamos mais adiante, tem sido designada por queísmo. Estes termos, queísmo e dequeísmo, são da autoria de Rabanales (2005: 25-26).

Ainda segundo Barbosa, a inserção supérflua da preposição *de* antes de uma oração completiva finita – o fenómeno dequeísmo – é um fenómeno bastante marginal para a maioria dos falantes, no caso da norma europeia (cf. Barbosa, 2013:1896). Com efeito, considerando que a função sintáctica de objeto directo, que desempenham as orações finitas das construções aludidas, implica o não emprego da preposição, este fenómeno é igualmente estranho para muitos falantes cultos em Angola, mas é muito frequente no discurso de falantes de diferentes graus de escolaridade, incluindo o superior (cf. Adriano 2015).

Além de construções dequeísticas, é, também, possível registar construções queísticas no português oral de Angola, sendo o queísmo a omissão da preposição *de* antes de conjunção-complementador *que*, conforme já assinalado. Observando atentamente as construções (15a) e (15b), verifica-se que em ambas se suprime a preposição *de* antes das orações finitas introduzidas por nomes; já na construção (15c), por um adjetivo:

- (15) a. Há informações [-] **que** o senhor é reincidente. [TPA1. Telejornal. 05.09.2012]
 b. No sábado, tomámos conhecimento [-] **que** ele encontrava-se algures, portanto, na área do Cazenga. [TPA1. Telejornal. 05.09.2012]
 c. [...] estamos certos [-] **que** saímos airosos. [TPA1. Angola a Caminho das Eleições. 21.08.2012]

Como se pode observar, a preposição *de*, que falta nas frases acima, não é seleccionada pelos verbos, mas antes pelos nomes *informações*, *conhecimento* e pelo adjetivo *certos* que demonstram casos de reconversão da valência da subclasse dos nomes e adjetivos epistémicos na sintaxe do português de Angola.

35 “De um modo geral, os falantes dividem-se quanto à obrigatoriedade ou opcionalidade do uso da preposição, encontrando-se, inclusivamente, variação no mesmo falante, por vezes idiossincrática, por vezes dependendo do registo de uso mais ou menos formal” (cf. Barbosa 2013:1888).

Importa salientar que no *corpus* foram atestados sobretudo casos em que a oração é introduzida por um nome, comparativamente com casos em que é introduzida por um adjectivo.

3.3.3. *Permitir e evitar* + orações subordinadas antecedidas da expressão *com que*

O verbo *permitir*, nos casos em que este é transitivo directo, introduz, naturalmente, orações subordinadas substantivas objectivas directas [cf. *Permiti que o João saísse/ Permitti isso*]. Quando o mesmo verbo é transitivo indirecto, em português europeu rege apenas a preposição *a* [cf. *Permitti ao João que saísse/ Permitti-lhe isso*]. Contudo, em Angola, quando esse verbo introduz uma oração subordinada substantiva, é frequentemente regido pela preposição *com*, o que se pode observar, a título ilustrativo, nas construções (16a) e (16b), numa clara analogia com a expressão *fazer com que*, que marca um sentido causativo:

- (16) a. Não é difícil notar os progressos que nos últimos dez anos foram alcançados neste domínio e que **permitiram com que** a maior parte das capitais de província e sedes municipais tivesse energia as vinte e quatro horas do dia. [RNA. Campanhas Eleitorais. 24.08.2013]
- b. [...]É um edifício imponente que vai valorizar esta cidade, vai **permitir com que** a população de Menongue possa usufruir de um edifício com muitos serviços [...]. [TPA1. Telejornal. 24.08.2013]

De igual modo, o verbo *evitar*, em português europeu, é transitivo directo [cf. *Evitar o cigarro/ Evitá-lo*]. Permite, contudo, ser regido pela preposição *a* [cf. *Os conselhos evitaram a ruína ao João/ Os conselhos evitaram-lhe isso*]. Luft (2010:286) observa que “quando o objeto é infinitivo, pode aparecer a prep. de” [cf. *Evitou de tocar em qualquer particularidade da viuvez* (Alencar: Jucá)]. Esta regência é, também, confirmada por Casteleiro (2007:449) [cf. *Por que motivo evitas de falar comigo?*]. No entanto, no discurso oral de falantes angolanos não é raro detectar a construção *evitar+com+que*, como se pode confirmar através da construção (17a):

- (17) a. [...] e também vai **evitar com que** as pessoas fiquem demoradamente a suportar bichas até chegar a sua vez. [TPA. Angola a Caminho das Eleições. 30.08.2012].

No *corpus* analisado, esta construção *evitar+com+que* parece ocorrer muito menos se comparada à construção *permitir+com+que*. Num eventual estudo de regência verbal, no contexto de Angola, sem que os verbos *permitir* e *evitar* introduzissem orações, a inserção da preposição *com* não se verificaria [cf. *permitir aglomerações* /**permitir com aglomerações*; *evitar aglomerações* / **evitar com aglomerações*].

3.3.4. Orações subordinadas relativas de estratégia cortadora

As orações subordinadas relativas são, normalmente, introduzidas por um pronome relativo. Para a gramática tradicional, tais orações exercem a função sintáctica de adjunto adnominal, que equivale a modificador do nome para o *Dicionário Terminológico* [cf. *O livro que tu compraste está ultrapassado*].

Há orações relativas que integram verbos regidos por preposições. Nestes casos, os pronomes relativos surgem associados a constituintes introduzidos por preposições. Em português, a preposição acompanha o movimento do pronome relativo, como se exemplifica em (18a) e (18b):

- (18) a. Assisti ao filme [de que me falaste].
b. Falaste-me do filme [a que assisti].

No exemplo (18a), o verbo *falar* selecciona como complemento a preposição *de*. O verbo *assistir*, que selecciona a preposição *a*, selecciona a mesma preposição quando é este que integra a oração relativa em (18b), antecedendo sempre o pronome relativo.

A estratégia de relativização presente nos exemplos acima tem sido designada por canónica, pois é aceite pela norma-padrão europeia. Contudo, algumas vezes a preposição não acompanha o movimento do pronome relativo, permanecendo na sua posição original³⁶, o que resulta nas orações relativas resumptivas, como as que se exemplifica em (18c) e (18d).

36 Estando *in situ*, a preposição não pode ficar sem complemento, sendo introduzido nesta posição um pronome resumptivo. Neste caso, o *que* perde a sua função sintáctica de complemento

- (18) c. **Assisti ao filme que me falaste dele.*
 d. **Falaste-me do filme que assisti a ele.*

Outras vezes, suprime-se simplesmente a preposição que acompanha o movimento do pronome relativo, originando as orações relativas cortadoras, como se exemplifica em (19a) e (19b):

- (19) a. *Assisti ao filme [-] que me falaste.*
 b. *Falaste-me do filme [-] que assisti.*

Resumindo, têm sido estudadas três tipos de orações relativas: (i) canónicas, (ii) resumptivas³⁷ e (iii) cortadoras, sendo que as duas últimas são marginais à norma-padrão europeia. No português falado em Angola, é possível registar construções com orações relativas cortadoras, atestadas no *corpus* a que recorreremos, não tendo sido possível observar casos de orações relativas resumptivas que, com base nas observações feitas, ocorrem muito raramente, sobretudo na fala de pessoas pouco ou nada escolarizadas.

Note-se que as orações de estratégia cortadora consistem na simplificação do constituinte relativo, mais concretamente (i) na eliminação de qualquer preposição, e não apenas a preposição *de*, e (ii) no uso sistemático do pronome relativo *que* (cf. Veloso 2013:2128). Vejamos alguns exemplos ilustrativos retirados do *corpus*:

- (20) a. [...] quais são as áreas [-] que há mais quadros? [RH, Jornal Provincial, 13.06.2012]
 b. Há muitas coisas [-] que as pessoas às vezes se irritam. [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Conforme se pode notar, as construções acima correspondem a orações relativas que devem ser antecidas por uma preposição. Assim, na construção interrogativa

oblíquo, passando apenas a funcionar como elemento de ligação entre as duas orações (Arim, Ramilo & Freitas, 2005:68).

37 Em Peres & Mória (1995), estas construções designam-se *orações relativas com duplo preenchimento*, enquanto Veloso (2013), na *Gramática do Português*, chama-lhes *orações relativas com estratégia de pronome de retoma*.

(20a), temos um constituinte relativo que corresponde a um sintagma preposicional com valor locativo, seleccionando, por isso, a preposição *em* [cf. **Há mais quadros as áreas/ Há mais quando nas áreas/ Quais são as áreas em que há mais quadros?*].

Já na construção (20b), é a preposição *com* que falta. O verbo *irritar* + *se* exige, neste contexto, a selecção da preposição *com* cujo valor é de (co)presença de duas entidades. Confronte-se a agramaticalidade da estrutura profunda do fragmento (20b) e o enunciado considerado canónico [cf. **as pessoas irritam-se muitas coisas/ as pessoas irritam-se com muitas coisas/ há muitas coisas com que as pessoas se irritam*].

3.4. Aspectos sobre cliticização no português de Angola

A palavra *clítico* não se refere apenas à classe de pronomes, mas a qualquer monossílabo átono subordinado, por meio de elemento prosódico, a um dado vocábulo no qual se acha inserido. É neste âmbito que Crystal define clítico como “um termo usado na gramática com referência a uma forma que se assemelha a uma palavra, mas não pode aparecer sozinha em um enunciado normal, sendo estruturalmente dependente da palavra vizinha na construção” (Crystal 1997:49-50 *apud* Vieira 2011:40).

Os clíticos de que aqui nos ocupamos são os pronominais, que correspondem prototipicamente às formas átonas do pronome pessoal. Ocorrem associados à posição dos complementos do verbo. Neste sentido, os clíticos são hospedeiros dos verbos. Podem ser reflexos e não-reflexos, como se espelha no quadro que se segue (cf. Brito, Duarte & Matos 2003:827):

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Clíticos reflexos
	Acusativo	Dativo	Acusativo / Dativo
1. ^a singular	Me	Me	Me
2. ^a singular	Te	Te	Te
3. ^a singular	O/a	Lhe	Se
1. ^a plural	Nos	Nos	nos
2. ^a plural	Vos	Vos	vos
3. ^a plural	Os/as	Lhes	Se

A tradição gramatical prevê três posições possíveis dos clíticos: (i) antes do verbo (próclise), intercalado ao verbo (mesóclise) e depois do verbo (ênclise), sendo que esta última, a ênclise, é considerada como sendo a posição normal lógica em português padrão europeu.

Com efeito, em conformidade com a tradição gramatical luso-brasileira no que respeita à colocação dos clíticos, “a posição enclítica é o padrão básico, não marcado, e que a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintáctico-semântica ou prosódica» (Brito, Duarte & Matos 2003:849-850). Assim, daqui podemos inferir que a distribuição dos clíticos na frase não se traduz, na maioria dos casos, em variação livre na norma padrão do português europeu contemporâneo. Obedece a critérios específicos.

Nesta perspectiva, os contextos frásicos em que a próclise se torna obrigatória são aqueles nos quais ocorrem vocábulos atractores dos clíticos. Nas formas finitas do verbo, são considerados contextos obrigatórios da próclise os seguintes:

- i) Orações negativas [cf. *Nunca me quer por perto.*];
- ii) Orações exclamativas parciais [cf. *Quanto dinheiro se gastou neste projecto!*];
- iii) Orações interrogativas parciais [cf. *Quem o chamou?*];
- iv) Orações subordinadas (cf. *Espero que me procures logo te seja possível*);
- v) Pronomes indefinidos e numeral *ambos* [cf. *Nada se perde; tudo se transforma.*];
- vi) Construções com alguns advérbios – *ainda, já, aqui, bem*, etc. – [cf. *Já te desculpei.*].

Quando há uma pausa entre o vocábulo atractor e o verbo, normalmente ocorre a ênclise [cf. *Já revigorado, pôs-se a caminhar.*] As formas do infinitivo e do gerúndio exigem, regra geral, a ênclise, embora se admita, no caso do infinitivo, a próclise se o verbo for precedido de preposição ou de palavra negativa. [cf. *Estou aqui para ouvi-lo vs. Estou aqui para o ouvir.*]

Contudo, no caso do gerúndio, é obrigatória a próclise quando o verbo é precedido pela preposição *em* ou por advérbio que modifique directamente o pronome [cf. *Em se tratando de leitura, conte sempre conosco.*]. No caso do infinitivo regido da preposição *a* associado ao clítico *o/a*, a ênclise é preferencial [cf. *Este livro vale a pena. Continuarei a escrevê-lo.*].

Nas locuções verbais, são observadas as seguintes possibilidades (cf. Cunha & Cintra 2014:397-400):

Nas locuções verbais com o verbo principal no infinitivo ou no gerúndio pode ocorrer:

- a. Sempre a ênclise ao infinitivo ou ao gerúndio [cf. *O roupeiro veio interromper-me. / Que poderá dizer-nos aquele rato da biblioteca? / (...) ia desenrolando-se a paisagem.*];
- b. Próclise ao verbo auxiliar quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do clítico pronominal a um só verbo [cf. *Ninguém o havia de dizer. / Que é que me podia acontecer? / Como se vinha trabalhado mal! / O sufrágio que me vai dar será para mim uma consagração*];
- c. Ênclise ao verbo auxiliar quando não se verificam as condições que aconselham a próclise. [cf. *Vão-me buscar... / A cidade ia-se perdendo...*].

Com o verbo principal no particípio, o clítico pronominal não pode ocorrer depois dele. Ocorrerá, por isso, em posição proclítica ou enclítica ao verbo auxiliar, de acordo com as regras para os verbos na forma simples [cf. *Tenho-o trazido sempre... / ... Tudo lhe será perdoado.*].

Nas gramáticas descritivas, particularmente na de Mateus *et al.* (2003), apresenta-se uma descrição que se aproxima, em muitos aspectos, da que é proposta nas gramáticas tradicionais. Para o contexto de posição inicial de frase, as autoras estabelecem, como regra geral, que os clíticos pronominais europeus se seguem ao verbo, ou seja, observa-se a ênclise como padrão básico, não marcado.

Quanto às perífrases verbais, destaca-se o fenómeno conhecido como “subida de clítico”, que consiste na selecção de um verbo do qual o clítico pronominal não é dependente para hospedeiro verbal (cf. Brito, Duarte & Matos, 2003:857). Nesses casos, ocorre obrigatoriamente a ênclise ou a próclise ao verbo auxiliar [cf. *O João tinha-a já convidado várias vezes. / O convite foi-lhe finalmente enviado. / O João não a tinha convidado. / O convite não lhe foi nunca enviado. / O João não se ia esquecendo do convite.*].

Para as autoras, a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintáctico-semântica ou prosódica. Nesse sentido, funcionam como atractores de próclise, no português europeu, os seguintes elementos:

- i) Operadores de negação frásicos e sintagmas negativos [cf. *O João não/nunca me telefonou.*];
- ii) Sintagmas-Q interrogativos, relativos e exclamativos [cf. *Quem te disse que eu ia hoje jantar contigo?*];
- iii) Complementadores simples e complexos [cf. *Sei que o João a viu no cinema ontem.*];
- iv) Advérbios de focalização [cf. *Só/Apenas o João as cumprimentou.*], de referência predicativa [cf. *A Maria também nos viu*], confirmativos [cf. *O João sempre te convidou para a festa.*], de atitude proposicional [cf. *Talvez / oxalá ele lhe telefone.*], e aspectuais [cf. *O João já / ainda se lembra desse incidente*];
- v) Quantificadores distributivos e grupais³⁸ como *todos*, *ambos* e *qualquer* [cf. *Qualquer colega / qualquer um te empresta esse programa.*], quantificadores indefinidos³⁹ como *alguém* e *algo* [cf. *Alguém / algo te enganou.*], quantificadores generalizados como *bastantes* e *poucos*⁴⁰ [cf. *Poucas pessoas / poucos se importam com isso.*].
- vi) Conjunções correlativas com um elemento de polaridade negativa (*não só ...mas / como também, nem... nem...*) [cf. *Não só a Maria o insultou como (também) o Pedro lhe bateu*] e de conjunções correlativas disjuntivas (*ou...ou, ora... ora, quer ...quer, seja ... seja*) [cf. *Ou a Maria lhe faz todas as vontades, ou o Pedro se zanga.*].
- vii) Construções apresentativas iniciadas por um constituinte ligado discursivamente e em que o sujeito tem o estatuto de foco informacional, como constituintes locativos [cf. *Aqui se assinou a paz.*] e dêiticos demonstrativos [cf. *Isso te dissemos todos.*].

3.4.1. A colocação dos clíticos pronominais no português de Angola

Os clíticos pronominais no português de Angola já têm sido alvo de alguma descrição (cf. Miguel 2014; Adriano 2014, 2015; Undolo 2014). Na generalidade, o padrão de colocação é o proclítico mesmo quando não haja elementos proclisadores [cf.

38 O quantificador *cada* admite, mas não exige a próclise.

39 Quantificadores indefinidos e existenciais como *um* e *algum* não são proclisadores.

40 O quantificador *muitos* admite, mas não exige a próclise.

Me empresta o lápis]. A mesóclise é quase inexistente no discurso oral de falantes angolanos. A ênclise pode ocorrer em contextos de próclise pronominal [cf. *Foi ele quem fez-me o favor*]. O dativo *lhe*, conforme já notado, está generalizado com verbos transitivos directos [cf. *Encontrei-lhe no mercado/ Lhe encontrei no mercado*]. O *corpus* com que trabalhamos atesta tais construções no discurso oral de falantes escolarizados⁴¹, como se descreve logo de seguida:

3.4.1.1. Possibilidade de próclise em frases declarativas afirmativas

Como já assinalado, a tradição gramatical condena o emprego do clítico em posição proclítica quando se trata de frase afirmativa declarativa na qual não figure um proclisador. Contudo, o *corpus* que transcrevemos encerra casos que contrariam esta regra, ou seja, no português de Angola é corrente haver frases que iniciam com um clítico:

- (21) a. **Me** sinto regozijado nesses aspectos porque já não farei a trajectória que fazia antes. [RNA. Jornal. 23.08.2012]
 b. **Se** intoxicou com o medicamento das plantas. [TPA1. Encenação, Publicidade. 23.08.2012]

Estas construções são comuns na fala de pessoas pouco escolarizadas, mas chegam também a ser proferidas por falantes cultos, sobretudo em situações de comunicação informal, isto é, no registo popular e familiar. Nas mesmas, a ordem que se observa é [Clítico + Verbo] em vez de [Verbo + Clítico].

No estudo de Adriano (2015), a maior parte dos professores de Língua Portuguesa não aceitou igualmente frases afirmativas declarativas que comecem com o clítico, o que permite julgar que as construções desviantes neste aspecto normalmente não fazem parte do registo escrito e cuidado.

Apesar disso, e como observado nos exemplos precedentes, na realidade angolana não se pode generalizar a *Lei de Tobler-Moussafia* segundo a qual “as formas clíticas não podem ocupar a posição inicial da frase” (cf. Brito, Duarte e Matos 2003:849).

41 Fenómeno igualmente presente na imprensa de maior circulação nacional: *Jornal de Angola, Jornal dos Desportos e Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras* (cf. Suelela 2019).

O *corpus* apresenta muitos outros casos em que, havendo uma pausa bastante evidente entre uma frase e outra, se começa a segunda por um clítico, como nos casos subjacentes:

- (22) a. [...] enviei uma mensagem pelo número da Unitel. **Me** falaram que eu vou votar na mesa número cinco. [RNA. Jornal. 23.08.2012]
 b. O voto correu muito bem. **Nos** atenderam muito bem. [TPA1. Programa Especial: Eleições Gerais 2012. 01.09.2012]

Sintagmas nominais (com a função sintáctica de sujeito) não figuram entre os atratores de próclise. Contudo, as frases iniciadas por estes sintagmas, seguidos de clítico, são, na generalidade, mais aceites e produzidas por falantes cultos.

- (23) a. O governo **nos** brindou, esse ano, com uma escola de três salas de aula com capacidade de sessenta estudantes. [RNA. Jornal das 13h00. 25.08.2012]
 b. Eu **me** sinto muito feliz, muito feliz por ter votado. [TPA1. Programa Especial: Eleições Gerais 2012. 31.08.2012]

Por outro lado, no período composto por coordenação, o clítico pronominal pode vir em posição enclítica na primeira frase coordenada, mas figurar em posição próclítica na segunda, geralmente copulativa:

- (24) a. Eu acheguei-me a Deus e **me** lembro como se fosse hoje. Fui lutando pela vida, mas tudo o que fazia naquela fase dava errado. [RH. Cantinho do Amor. 16.09.2012]

3.4.1.2. Possibilidade de ênclise em contextos de próclise pronominal

No discurso oral de falantes cultos, é igualmente muito frequente a posição enclítica do clítico em presença de proclisadores, isto é, são muito evidentes construções frásicas com a ênclise quando a estrutura sintáctica das mesmas exigiria, canonicamente, a próclise. É o que se dá nos contextos frásicos que se seguem:

- (25) a. O corpo de bombeiros e a polícia empenharam-se durante duas horas para retirar os sinistrados **que encontravam-se** presos no veículo. [TPA1. Telejornal. 23.08.2012]
- b. Nesta altura **também dava-se** conta das portas de algumas casas que estavam totalmente encerradas. [TPA1. Programa Especial: Eleições Gerais 2012. 31.08.2012]
- c. **Todo e qualquer militar sabe-o** perfeitamente. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 25.08.2012]

Como se pode notar, o complementador *que*, pronome relativo, na frase (25a), o advérbio *também* na frase (25b) e os quantificadores *todo* e *qualquer* na frase (25c) são atractores da próclise. Contudo, nas frases apresentadas, apesar da sua presença, ocorre a ênclise. No *corpus* constituído da imprensa oral angolana, o complementador *que*, quer com a categoria de pronome relativo, quer com a de conjunção integrante, foi o que mais ocorreu sem induzir a próclise.

3.4.1.3. A posição do clítico pronominal em complexos verbais

Um primeiro fenómeno a destacar é o que consiste na inserção do clítico em perífrases verbais cujos verbos auxiliares requerem a preposição *a*, isto é, [Verbo auxiliar + Preposição *a* + Verbo pleno]. É o que acontece nas frases em (26 a, b, c). Este caso ocorreu sobretudo com o verbo *estar*:

- (26) a. Nesta altura em que **estamos a vos falar**, consideramos o balanço desta atividade, sendo preliminar, como positivo [...] [TPA1. Programa Especial: Eleições Gerais 2012. 31.08.2012]
- b. Conhecemos vários casos de violência doméstica em que as vítimas **ten-dem a se calar**, com medo de represália. [TPA1. Publicidade. 04.09.2012]

Estas construções são muito frequentes em Angola, sobretudo na fala de pessoas pouco ou não escolarizadas, mas extrapolam também para a fala de pessoas cultas. A norma europeia não contempla estes casos. Contempla, sim, a posição enclítica [cf. *Nesta altura em que estamos a vos falar... vs. Nesta altura em que estamos a falar-vos...*]. Segundo Martins:

a variação entre ênclise e próclise em infinitivas preposicionadas é independente da distinção entre orações infinitivas completivas e orações infinitivas adverbiais e quase abrange a generalidade das preposições. Ficam, contudo, fora do padrão de variação as preposições *a* e *com*, que se associam sempre à ênclise [...] (Martins 2013:2280).

Os exemplos precedentes (26 a, b) encerram verbos que funcionam como auxiliares de perífrases verbais nas quais o clítico ocorre claramente em próclise ao verbo principal. Mas a construção em foco parece ser igualmente possível com verbos que seleccionam uma oração infinitiva, como no enunciado (27a) cuja estrutura alternativa na norma europeia é a que se apresenta em (27b):

- (27) a. [...] e **aprendi a me integrar** na sociedade fazendo parte de grupos. [RH. Bué Pausado. 27.06.2012]
 b. [...] e aprendi **a integrar-me** na sociedade fazendo parte de grupos.

Quando os complexos ou as perífrases verbais não requerem a preposição *a* entre o auxiliar e o verbo pleno, é igualmente frequente a inserção do clítico entre um e outro verbo, como acontece nos exemplos que se seguem:

- (28) a. Ele **vai te dar** alguns toques. [RNA. Clube Angola. 28.07.2012]
 b. [...] ele **quer me conhecer** e quer saber mais coisas. [RH. Cantinho do Amor. 16.09.2012]

Como se pode notar, neste grupo de enunciados, e tendo em conta que nos baseámos em dados orais, torna-se difícil determinar se os clíticos figuram em posição enclítica ao verbo auxiliar [cf. *vai-te dar* / *quer-me conhecer*], fenómeno designado por “subida de clítico” e aceite no português europeu, ou se figuram em posição proclítica ao verbo principal (*vai te-dar* / *quer me-conhecer*). Note-se que situação idêntica ocorre no português de Moçambique (cf. Gonçalves 2013:172).

Apresentamos, abaixo, algumas construções com complexos verbais nos quais ocorrem proclisadores, que destacamos com toda a estrutura verbal:

- (29) a. [...] a fim de escolhermos os nossos deputados e o presidente, as pessoas **que vão nos representar**. [TPA1. Angola a Caminho das Eleições. 30.08.2012]
 b. **Nunca vêm nos chamar** nem nada. [RNA. Jornal. 23.08.2012]
 c. Já tenho homens **que poderão me tirar** isso. [RNA. Jornal. 17.09.2012]

Nestes casos em que se está em presença de complexos verbais, mas que o verbo principal está no infinitivo, mesmo com a presença de proclisadores, duas são as alternativas possíveis na norma europeia: uma é colocar o clítico em posição enclítica ao verbo principal e a outra é colocá-lo em posição proclítica ao verbo auxiliar (cf. [...] *as pessoas que vão representar-nos / as pessoas que nos vão representar; Nunca vêm chamar-nos [...] / Nunca nos vêm chamar [...]; [...] homens que vão ajudar-me / homens que me vão ajudar*).

Por último, importa notar que, no português de Angola, é também possível a próclise em estruturas que comecem com complexos verbais, como na primeira oração do enunciado (30 a), no qual o primeiro verbo introduz uma oração não finita. No mesmo, o falante emprega o dativo *lhe* pelo acusativo *o*, o que se repete nas orações que se seguem. A proposta alternativa na norma europeia é a que se apresenta em (30 b).

- (30) a. **Lhe deixa experimentar**, não **lhe** deixa? Vou *lhe* queimar a boca. [RH. Encenação, Publicidade. 10.09.2012]
 b. **Deixa-o** experimentar, **não o** deixas? Vou-*lhe* queimar a boca (ou *vou queimar-lhe a boca*).

3.4.1.4. A inserção supérflua e a omissão dos clíticos pronominais

No discurso oral de falantes pouco ou nada escolarizados, é, ainda, possível detectar construções frásicas nas quais se insere superfluamente clíticos pronominais a verbos que não os exigem:

- (31) a. Ouvimos queixas, como partido político que somos. Muitos **recorrem-se** a nós para saber como é que fica a sua situação. [TPA1. Campanhas Eleitorais. 14.08.2012]
 b. [...] é através desta campanha que também estamos a aproveitar a simular a população como **se votar**. [TPA1. Telejornal. 27.08.2012]

É possível reparar que os clíticos realçados têm valor reflexo, mas têm como hospedeiro verbos que, na norma europeia e nos contextos apresentados, dispensam esses clíticos. Assim, parece haver uma diversidade de verbos que, na variedade angolana e, sobretudo, no registo popular, tendem a construir-se com os pronomes do paradigma reflexo.

Se, por um lado, há verbos que superfluamente se combinam com clíticos, por outro, há também verbos nos quais se suprimem os clíticos do paradigma reflexo, sendo estes necessários para uma estrutura gramatical da frase no português europeu. É o que ocorre nos enunciados que se seguem:

- (32) a. [...] Angola não vai **desenvolver**. [TPA1. Campanha Eleições. 12.08.2012]
 b. [...] **sinto** muito orgulhoso, **sinto** muito orgulhoso mesmo porque amanhã poderei falar aos meus filhos [...] que eu participei / pus a minha pedra na reabilitação deste país. [TPA1. Telejornal. 15. 07.2012]
 c. Há bastante tempo, **deslocávamos** em sítios distantes à procura de tratamento de várias doenças. [TPA1. Telejornal. 21.08.2013]
 d. A minha filha veio **acompanhar** para votar [...]. [TPA1. Programa Especial: Eleições Gerais 2012. 31.08.2012]

Como se pode reparar, o fenómeno não se restringe às construções intransitivas de natureza incoativa que normalmente alternam com uma construção transitiva de natureza causativa (cf. *Angola vai desenvolver um projeto* vs. *Angola vai desenvolver-se*), mas ocorre igualmente com outras classes semânticas de verbos que, no Português Europeu, se constroem com o clítico *se* (quando na terceira pessoa). Observe-se o caso da frase (32 d) em que o falante omite um clítico argumental, isto é, com a função de complemento ou objeto directo, que remete para a pessoa que fala (cf. *A minha filha veio acompanhar* vs. *a minha filha veio acompanhar-me*). Além disso, para se evitar a ambiguidade nesta construção, torna-se necessário realizar foneticamente o pronome forte sujeito na segunda oração (cf. *para votar* vs. *para eu votar*).

CAPÍTULO 4. CONTACTO LINGUÍSTICO EM ANGOLA: O CASO DO UMBUNDU E DO PORTUGUÊS

CONTRIBUTOS PARA UMA DESCRIÇÃO LEXICOGRÁFICA

TERESA COSTA

Qualquer língua tem uma função primordial numa dada sociedade, constituindo a comunicação privilegiada pela qual o indivíduo expressa ideias, pensamentos, enfim, tudo o que lhe vai à alma. Com o decorrer do tempo, essa expressividade ganha conotações várias, em consequência do meio e da realidade circundante em que esse indivíduo vive. Queremos, então, sublinhar que, desde os primeiros contactos linguísticos entre os Portugueses e os nativos (1482) até à actualidade, o português sofreu transformações a vários níveis. Esse é um fenómeno normal, nas línguas vivas, que deve encorajar os investigadores, no sentido de “acompanhar” e aprofundar mais a questão, de forma a descrever e sistematizar essas transformações, pois a língua reflecte, antes de tudo, a realidade cultural de um povo.

De facto, a realidade e as culturas angolanas são muito próprias e diferentes da realidade e cultura do país de que a língua portuguesa é originária. Daí a crescente angolização do português, como reflexo da nossa especificidade, sendo concreta e palpável a vários níveis linguísticos; ela vai desde o léxico, propriamente dito, passando pela fonologia, morfo-sintaxe até à semântica.

Seríamos muito ambiciosas se tratássemos de todos esses campos. Assim, a nossa escolha limitou-se ao campo do léxico, especificamente na área daquilo que passámos a chamar de “Umbundismos” (Costa 2015) presentes no português que se fala em Angola, sobretudo na zona Centro-Sul. Tal léxico tem origem na língua umbundu. Foram longos anos de convivência entre o português e as línguas nacionais. Esse contacto ocasionou interferências a nível do léxico e também a nível fonético, pois o autóctone não consegue pronunciar certas palavras da língua portuguesa com a mesma espontaneidade de um nativo português e vice-versa, como veremos, mais adiante, na descrição e análise dos termos.

Ao longo da nossa reflexão, apresentaremos essas interferências no Português de Angola, das quais resultaram fenómenos de empréstimos lexicais: os “Umbundismos”. Estamos em crer que esse intercâmbio lexical aconteceu e continua a acontecer por não existir em cada uma das línguas em contacto, Umbundu/ Português, unidades lexicais que expressem exactamente a realidade sociocultural presente numa dessas línguas. Assim, em relação ao intercâmbio lexical das línguas em contacto, Mendes (1985: 61) afirma que “[...] quando duas línguas estão em contacto tem de haver também, inevitavelmente, interinfluência, mudanças numa e noutra”.

4.1. Contacto do português com as línguas bantu de Angola

Em muitas regiões e muitos contextos de Angola, há casos de multilinguismo, em consequência da distribuição linguística das várias línguas nacionais, do contacto entre estas línguas e do contacto destas línguas com o português. Depois de vários séculos de convivência linguística, entre o português e as línguas nacionais, hoje, o português em Angola transformou-se numa “língua nova”, com sotaque próprio, diferente do português de Portugal e do Brasil; recorre constantemente a unidades lexicais e a expressões do kimbundu e de outras línguas nacionais, sobretudo quando quer expressar factos ou realidades socioculturais que o português não possui e, às vezes, em determinados tipos de discursos, quando quer produzir efeitos estilísticos, dando ênfase a uma determinada expressão.

Em Angola, quase todos os nomes tradicionais têm um significado e estes são postos em harmonia com certas circunstâncias ocorridas antes, durante ou depois do nascimento da criança. Tais circunstâncias têm a ver com a família ou até com a sociedade em que a criança nasce e vive. Um exemplo muito curioso é o que aconteceu depois da independência e com a implantação do Comunismo. Nessa altura, muitos pais atribuíram aos seus filhos nomes ligados a essa ideologia ou a figuras de relevo no país, como por exemplo: Marx, Lenin, Fidel Castro, Agostinho Neto, Ngangula e outros nomes míticos da Angola independente.

Voltando ao assunto anterior, muitos dos antropónimos utilizados pelos autóctones, no dizer do autor supracitado, são nomes de luxo, que se usam por ostentação, concomitantemente com os nomes indígenas, porém outros perderam esse carácter e passaram a ser considerados como nomes tipicamente nativos. Por exemplo, entre os

kikongo, encontramos o antropónimo “Ndomanuelo” que, claramente, é uma aglutinação de “Dom Manuel”. Portanto, trata-se de uma “africanização”/ “bantuização” do título “Dom” mais o nome “Manuel”.

Na cultura africana, em geral, e em Angola, em particular, o nome tradicional que se atribui à criança vai moldá-la ao longo da sua educação. É de referir que, a título de exemplo, na Idade Média e Clássica, se usou muito o título de Dom. Segundo a grafia portuguesa, este título era, normalmente, separado do nome próprio, o que não acontece na adaptação à língua Kikongo. Tal como em Portugal, na sociedade kikongo, esses nomes aglutinados eram, inicialmente, reservados às famílias ligadas à soberania, hoje denominadas “autoridades tradicionais” (sobas). O cidadão comum podia utilizar outro nome de origem portuguesa, também africanizado, muitas vezes, na oralidade.

Neste contexto, encontramos, entre muitos, alguns antropónimos:

Quadro 1: Alguns nomes próprios em português e LN

Antropónimo	Língua Nativa	Português
Bafe/ Mbaxi	Kikongo/ Kimbundu	Sebastião
Lumingu Ndjepele	Umbundu	Domingos Isabel
Madiya/ Madya	Kikongo/ Kimbundu	Maria
Matesu	Kikongo/ Kimbundu	Mateus
Mbele	Kikongo	Abel

4.1.1. Contactos entre o português e o umbundu: umbundismos e portuguesismos

O contacto entre as duas línguas não origina apenas interferências a nível do discurso em indivíduos bilingues e plurilingues, mas também origina:

- empréstimos (umbundismos) estabilizados (unidades lexicais do sistema linguístico);
- empréstimos (umbundismos) que são ainda sentidos como neologismos e portuguesismos, isto é, empréstimos do Português que sofreram processos de adaptação.

O contacto entre o português e o umbundu, durante o processo de colonização, resultou em aportuguesamento e na umbundização de algumas unidades lexicais. Por exemplo, o aportuguesamento de **nharea** (de *nhalehã* que advém do verbo umbundu *okunhalehã* = estender) e na umbundização de **omesa** (do substantivo mesa, em português). Na palavra aportuguesada (*nharea*), encontramos o som [r], inexistente na língua umbundu.

Segundo Chicuna (2000: 45), aportuguesamento é o “[...] processo que consiste em dar forma portuguesa às palavras estrangeiras, isto é, acomodar ao gosto ou uso português”. Tendo em conta que os nomes em umbundu, quer gentílicos, quer topónimos, são dados segundo as circunstâncias envolventes, ao aportuguesá-los o seu valor semântico inicial perde-se tanto na língua de origem como na língua de chegada, neste caso, o português. Este fenómeno também se estende à língua umbundu, formando o fenómeno por nós (Costa 2015) denominado de “umbundização”. Todos esses nomes, quer por *aportuguesamento*, quer por *umbundizamento*, constituem neologismos na língua de hospedagem.

4.1.1.1 Umbundização de unidades lexicais do português

Esse é o caso de algumas unidades lexicais de origem portuguesa que, por interferência, entraram na língua umbundu:

- CAMISA; n. f. s.
(*ombindja*); n. s. cl. 9

Com base no processo de aglutinação, à palavra camisa antepôs-se o /o/, tendo esse culminado em “ocamisa”. Num segundo processo de aglutinação e, tendo em conta a algumas características dos falantes do umbundu de que já fizemos referência, a sílaba “mi” foi transformada em “mbi”, criando, assim, o termo “ocambisa”.

Ora, insistindo no uso desse termo, cairíamos naquilo que Malumbu (2007: 48) chama de *neologismos intoleráveis*, como é o caso das unidades lexicais “oparede”, em vez de “ocimano” e “Isabele”, em vez de “Ndjepele”, etc. Nesses casos, ainda segundo o autor, estaríamos a fazer uma adaptação forçada dos termos, o que seria inapropriado. Voltando ao vocábulo “ocambisa”, podemos verificar que, pela necessidade própria dos falantes, em se evitar a cacofonia do som [za] que é inexistente em

umbundu, tal som foi substituído por [ndja], culminando o processo no substantivo “ombindja”, pertencente também à classe 9.

- CHAVE; n. f. s.
(*osapi*); n. s.cl. 9

Analisando a unidade lexical em causa, o som “cha”, em umbundu, é inexistente. Logo, para uma adequação linguística, esse som foi substituído por “sa”, criando assim o substantivo “sapi”. Recorrendo ao sistema de classes, o termo “sapi” acabou por se enquadrar na classe 9, originando, em definitivo, o substantivo “osapi”.

Para a criação de neologismos linguísticos, Malumbu (2007) afirma que devemos evitar a anarquia na hora de “buscarmos” unidades lexicais equivalentes, fruto de contacto de línguas:

A anarquia, na tradução e na criação de neologismos, leva ao perigo da crioulização de uma língua. A crioulização linguística, por sua vez, desnatura toda e qualquer língua da sua essência, ao fazer desaparecer as raízes da mesma e os traços da evolução semântica das palavras, o que não significa enriquecimento de uma língua, mas sim a aglutinação e colonização destrutiva da mesma e da cultura a que pertence (Malumbu 2007: 48).

Nesta ordem de ideias, segundo o autor, foram introduzidas, na língua umbundu, unidades lexicais do português pelos mesmos processos de interferência, respeitando sempre “[...] as leis gramaticais da evolução semântica das línguas bantu na sua adaptação à evolução das ciências modernas” (Malumbu 2007: 48). Apresentamos, no quadro seguinte, algumas dessas unidades portuguesas que foram umbundizadas:

Quadro 2: Umbundização de unidades lexicais do português

Em umbundu	Em português	Em umbundu	Em português
Ekalu	Carro	Olusendu	Centavo
Ekolowa	Coroa	Olwoso	Arroz
Elasola	Lençol	Omakalâu	Macarrão
Elesu	Lenço	Omassa	Massa = Sparguet
Elola	Roda	Omaletelo	Martelo
Elivulu	Livro	Omangu	Banco
Elyapu	Diabo	Ombalâu	Avião
Etambo	Templo	Ombaile	Baile
Etapwa/ Evaya	Tábua	Ombatata	Batata rena
Etelusu	Terço	Ombindja	Camisa
Kalolo	Carlos	Ombolu	Bolo
Kapatasi	Capataz	Omesa	Mesa
Kapitamolo	Capitão-Mor	Omisola	Camisola
Kapitango	Capitão	Ondjapãw	Sabão
Kaluvayu	Carvalho	Ondjipela	Algibeira
Katapila	Caterpillar	Ondona	Dona = Senhora
Mesene	Mestre	Ongayeta	Gaita
Ocalumingu	Domingo	Opekalo	Pecado
Ocasapalo	Sábado	Osapato	Sapato
Ocikalasaw	Calção/ Calça	Osapi	Chave
Ocikonde	Condenado	Osemana	Semana
Ocindalatu	Contratado	Osikaleta	Bicicleta
Ocipato	Biscato	Osikata	Escada
Ocitanda	Exposição; Mercado; Stand	Osikola	Escola
Ofesita	Festa	Osindiyyu	Gentio
Ofumbelo	Fumbeiro	Osipayu	Cipaio
Ofwofwo	Fósforo	Osola	Zorra
Ohalupa	Harpa	Osuka	Açúcar
Ohama	Cama	Otelefhone	Telefone
Okalyavoso	Calabouço	Ovela	Vela
Okasaku	Casaco	Ovenda	Venda = Loja
Okatisimu	Catecismo	Owalende	Aguardente
Okupulukâla	Purgar	Manu	Mano
Okutalavaya	Trabalhar	Naseketa	Secretária
Olalyu	Rádio	Noha	Noé
Olupale	Cidade	Satana	Satanás
		Ukonde	Condenação

4.1.1.2. Bantuização de portuguesismos em umbundu

Sublinhámos que a interinfluência verificada entre a língua portuguesa e as línguas nacionais se processa sobretudo nos nomes comuns, mas também em nomes próprios “importados”, isto é, trazidos pelos colonizadores. O quadro seguinte apresenta alguns exemplos de bantuição das unidades lexicais do português para a língua umbundu, organizados em campos léxico-semânticos (antropónimo e factos sociais):

Quadro 3: Bantuição de portuguesismos por campos lexicais

Factos sociais e antropónimos	
Português	Língua nacional (Umbundu)
Afonso	Afosu
Anel	Onelã
Caneca	Oneka
Carro	Ekalu

4.1.1.3. Umbundização e aportuguesamento de topónimos

Em todo este processo, quer do aportuguesamento, quer da umbundização, os elementos mais afectados foram os topónimos. Os topónimos, que foram aportuguesados de alguma forma, acabaram por perder o seu valor, ficando sem o seu sentido próprio original, tanto na língua de partida quanto na de chegada (umbundu – português).

Antes da independência, a divisão administrativa era semelhante à de Portugal (em concelhos e distritos), pois ela era chamada Província Portuguesa Ultramarina de Angola. Isso significa que os habitantes de Angola podiam ser considerados portugueses, porém, com uma estratificação: os Portugueses de 1.^a classe (os nascidos em Portugal), os de 2.^a classe (Portugueses nascidos em Angola) e os de 3.^a classe (os autóctones assimilados). Esses últimos, segundo Neves (1974: 80), “[...] já não dominavam bem a língua materna e ainda não são senhores da língua portuguesa. [...] Falam e compreendem as duas línguas, mas nem uma nem outra lhes serve perfeitamente como meio de expressão”.

Presume-se que esses nunca foram considerados Portugueses de facto, embora, politicamente, fizessem parte de Portugal. Com a referida estratificação, podemos imaginar que os demais Angolanos, não assimilados, os chamados indígenas, não

eram reconhecidos administrativamente. Segundo Mingas (2000: 47), a ascendência ao estatuto de assimilado dependia de vários factores, como por exemplo, o exame feito pelo administrador do bairro. Esse exame consistia na verificação do domínio ou não da língua, a forma de se sentar à mesa, o aspecto geral da pessoa em si, entre outros.

A toponímia angolana sofreu grande influência portuguesa na época colonial. Aliás, partindo mesmo da configuração geográfica, Angola pré-colonial não é a mesma do período colonial e muito menos do período pós-colonial. Antes da chegada dos Portugueses, Angola era constituída por vários reinos cuja designação estava ligada a grupos étnicos que habitavam uma certa região.

A presença portuguesa vem, de certo modo, desestabilizar esses reinos com as sucessivas ofensivas de ocupação. A partir daí, cada região ocupada acabava por ser “rebaptizada” pelo nome, em geral, do dirigente da ofensiva de ocupação ou pelo nome do seu descobridor. Assim, apresentamos um quadro com as designações portuguesas de topónimos do período colonial e o restabelecimento dessas designações autóctones depois de 1975:

Quadro 4: Topónimos antes e depois da independência

ANTES Cidade	Província	DEPOIS Cidade
Bengo		
- Vila General Freire		- Kibaxe
Benguela		
- Vila Norton de Matos - Vila Sousa Lara - Vila Mariano Machado		- Balombo - Bocoio - Ganda
Cabinda		
- Vila Amélia - Vila Guilherme Capelo		- Cabinda - Lândana
Cunene		
- Santa Clara - Vila Pereira d'Eça - Roçadas		- Namakunde - Ondjiva - Xangongo

ANTES Cidade	Província	DEPOIS Cidade
Huambo		
<ul style="list-style-type: none"> - Bela Vista - Nova Lisboa - Robert Williams - Teixeira da Silva - Vila Nova - Vila Flor 		<ul style="list-style-type: none"> - Katchiyungo - Huambo - Kaála - Bailundo - Tchikala Tcholohanga - Ekunha
Huíla		
<ul style="list-style-type: none"> - Vila Arriaga - Vila João de Almeida - Vila Artur de Paiva - Sá da Bandeira - Vila Paiva Couceiro - Olivença a Nova - Folgares 		<ul style="list-style-type: none"> - Bibala - Tchivia >Chibia - Kuvangu - Luvango >Lubango - Cipungu >Kipungu - Kapunda Kavilongo - Kapelongo

4.1.1.4. Processos morfológicos utilizados nos processos de umbundização

Analisados os nomes comuns (portuguesismos) que sofreram processos de umbundização, podemos observar que quase todos eles foram prefixados (processo mais comum nas línguas bantu), tendo em conta a sua classe. Como podemos observar, são neologismos oriundos do português que entraram na língua umbundu, ocorrendo, assim, o fenómeno de umbundização. Logo, esses não se enquadram em qualquer classe de formação de nomes na língua umbundu. Para sermos mais explícitas, tomaremos alguns termos:

- ETAMBO; n. s. cl. 5
(templo); n. m.s.

A umbundização do substantivo “templo” resulta da supressão de alguns morfemas (o caso do grupo consonântico /pl/) que foi substituído pelo morfema /b/, criando assim o substantivo “tambo”. Neste caso, criou-se um neologismo pelo processo de redução, semelhante ao processo de truncação no Português Europeu. Ora, sabe-se que o umbundu é uma língua desprovida de artigos/ determinantes, mas apesar de não

os utilizar, alguns prefixos funcionam como determinantes nessa língua em estudo. Assim, a colocação do morfema /e/, prefixado ao substantivo, vai funcionar como artigo e como determinante, formando assim o termo **etambo**.

- ETELUSU; n. s. cl. 5
(terço); n. m. s.

A unidade lexical acima descrita resulta da inexistência do fonema [r] na língua umbundu. Este fonema, na língua bantu em estudo, é sempre substituído pelo [l] e acrescentando mais alguns morfemas para apoio fonológico na pronúncia, resultando assim no neologismo **telusu**. Tal como acontece na palavra anterior, o morfema /e/, prefixado ao nome, tem a função de determinante. Quanto ao processo de formação desta unidade lexical, por se tratar de “recepção” vêm de uma outra língua para a língua de hospedagem, estamos diante de um decalque: a unidade lexical aparece tal como na língua de origem, sofrendo apenas algumas adequações ao nível da pronúncia.

- NASEKETA; n. s. cl.9
(secretária); n. f. s.

Esta unidade lexical é um substantivo comum. Na sua formação, encontramos uma base aportuguesada (**oseketa**) à qual se acrescenta um prefixo (**Na**), formando assim o substantivo *Naseketa*.

- OCALUMINGU; n. s. cl. 9
(domingo); n. m. s.

Lumingu resulta da umbundização de domingo prefixado com o afixo **oca**.

- OCASAPALO; n. s. cl. 9
(sábado); n. m. s.

A unidade lexical **ocasapalo** tem o mesmo processo de formação que o vocábulo **ocalumingu**.

- OCIKONDE; n. s. cl. 7
(condenado); n. m. s.

Esta unidade lexical, tal como a outra descrita anteriormente, resulta da redução do substantivo condenado = **konde**. A esta base foi acrescentada o afixo **oci** que funciona como um prefixo. O processo utilizado na formação desta unidade foi primeiro uma redução, em simultâneo com a prefixação, criando assim o neologismo **ocikonde**.

- OCINDALATU; n. s. cl. 7
(contratado); n. m. s.

A unidade lexical **ocindalatu** passa pelo mesmo processo de formação do anterior. Tal como afirmámos com o caso do **terço**, acontece o mesmo com esta unidade. Como já o afirmámos, na língua umbundu, todos os [r] são suprimidos ou velarizados, transformando assim o som [r] em [].

Com esse processo, a unidade **contratado** uma vez umbundizada, resulta em **ndalatu**, isso porque, em umbundu não existe o som [da], mas sim [nda]. Sendo assim, o processo usado na formação deste vocábulo é o de decalque, acrescentando apenas o afixo **oci** como prefixo.

- OCIPATO; n. s. cl. 7
(biscato); n. m. s.

A unidade **ocipato**, como é óbvio, resulta da adequação do **biscato** em **cipato**, eliminando alguns grafemas /s/ que, em umbundu, poderiam dificultar a pronúncia adequada do falante da língua nacional em análise. Neste caso, o morfema /o/ desempenha a função de prefixo. Assim, o termo **ocipato** é um decalque prefixado.

- OCITANDA; n. s. cl. 9
(stand = venda/ exposição/ mercado); n. m. s.

Ocitanda é um neologismo que vem do vocábulo inglês **stand** = **tanda**.

Tal como os demais vocábulos em umbundu, ele também incorpora, na sua formação, um afixo com a função de prefixo **oci**, passando a ser uma palavra prefixada.

- OWALENDE; n. s. cl. 9
(aguardente); n. f. s.

A unidade **owalende**, em umbundu, tal como em português, é aglutinada, pois no processo de umbundização, acabou por “aproveitar” uma sílaba do substantivo água (wa), eliminando o morfema /r/, inexistente em umbundu.

Como já referimos, o umbundu é uma língua nasalizada. Tendo em conta este pressuposto e analisando a formação da unidade em estudo, damo-nos conta de que, eliminado o fonema [r], o umbundu estaria ao lado de um “fenómeno” inexistente nessa língua (**wadente**). A sílaba sublinhada, em umbundu, é transformada numa sílaba nasal **ndente/ndende**. Daí a unidade lexical resultante ser **walende**, apoiada num prefixo **o**, (owalende).

O umbundu é uma língua que “adapta” os empréstimos. Aliás, essa é a característica de todas as línguas que, ao longo do tempo, enquadram unidades lexicais que vêm de outras línguas, adaptando-as fonética, morfológica e semanticamente. Como acabámos de verificar, em umbundu, a adaptação dos portuguesismos, isto é, empréstimos-neologismos resulta sobretudo de processos de prefixação. O aportuguesamento de algumas unidades lexicais da língua umbundu teve e tem as suas consequências no Português Angolano.

4.1.1.5. Umbundismos no português

Os umbundismos no português constituem um *corpus* de unidades provenientes de várias áreas conceptuais, como já fizemos referência: topónimos, antropónimos e/ou gentílicos, factos gerais da vida social e cultural, nomes de plantas, de animais e instrumentos musicais que entraram no português que, hoje, se fala em Angola. A respeito disso, Mingas (2000: 32) afirma que os empréstimos se verificam sobretudo ao nível lexical, pois esse nível constitui a parte menos rígida de uma língua.

O resultado do contacto de línguas, numa Angola multilíngue, em que a tendência em adaptar as estruturas das línguas nacionais ao português e vice-versa é muito forte, cria assim fenómenos de interferência e sobretudo de empréstimos interlinguísticos; estes últimos dão origem aos umbundismos e aos portuguesismos.

Apresentamos, em seguida, um pequeno quadro, com alguns umbundismos adaptados ao português:

Quadro 5: Umbundismos no português

Umbundu	Umbundismo na língua portuguesa	Breve explicação em português
Ekamba	Camba	Amigo
Kalunga	Calunga	Mar, morte
Kambuta	Cambuta	Anão, alguém de pequena estatura
Kota	Cota	Alguém que é mais velho
Okambuenha	Cabuenha	Peixe miúdo
Olambula	Lambula	Sardinha média e grossa
Ombulututu	Brotuto	Uma raiz medicinal para o tratamento da bÍlis
Ondende	Dendém	Fruto da palmeira para extracção do óleo de palma
Osoma	Soba	Regedor de uma aldeia
Ovimbamba	Imbamba	Bagagens, coisas

4.1.1.6. Aportuguesamento de umbundismos

Na língua portuguesa falada em Angola, encontramos bastante nomes de origem umbundu adaptados ao português, processo que resulta do contacto entre duas línguas e duas culturas diferentes. Neste caso, os Portugueses adoptaram unidades lexicais do umbundu para, mais ou menos, poderem, de alguma forma, perpetuarem, por um lado, o contacto com os indígenas e, por outro, efectuarem uma adequação à pronúncia portuguesa.

Dada a imposição unilingue do português e da situação em que a antropónimoia da língua umbundu esteve sujeita, durante a época colonial, esta originou maiores modificações, adaptadas às características fonológicas do português, provocando assim a deformação gráfica da antropónimoia e dos nomes em geral. Tal processo de deformação gráfica na antropónimoia, durante esse período, foi sistematizado e organizado e, como consequência, os antropónimos aportuguesados funcionam no vazio, pois já não são reconhecidos, nem na cultura umbundu, nem na portuguesa, apesar da sua adaptação à LP.

Como dissemos anteriormente, os antropónimos do umbundu estão quase sempre associados a certas situações das famílias ou da sociedade. Neste contexto, podemos

encontrar as mais variadas situações, de tal forma que, conhecendo um pouco da cultura do povo, podemos, através do antropónimo, chegar a interpretar toda uma situação que envolveu um certo indivíduo, naquela longínqua data da sua concepção e nascimento.

Segundo Martins, citado por Costa (2013: 44), hoje, em Angola, “[...] raros são os jovens... que, além do seu nome tradicional, não possuem também um nome português e até mesmo um, dois ou mais apelidos [...]”, embora algumas famílias, em nome da modernidade e talvez por influência da cultura alheia, rejeitem os sobrenomes africanos. Hoje, muitos Angolanos, pelos nomes, são confundidos com os Portugueses.

Em todos os contactos culturais, não é apenas a cultura *encontrada* que sofre influência da cultura que *chega*; a que chega também absorve elementos culturais daquela, desencadeando uma interpenetração cultural. Porém, na questão antroponímica, não houve uma interpenetração, pois a cultura angolana ficou com marcas muito mais profundas ao invés da portuguesa; é quase uma raridade, hoje, encontrarmos um Português com um nome típico angolano.

Conforme já referimos com Chicuna (2000: 45), o aportuguesamento é o “processo que consiste em dar forma portuguesa às palavras estrangeiras, isto é, acomodar ao gosto ou uso português”. Por isso, é evidente que o contacto de dois povos de culturas diferentes e o uso simultâneo de duas línguas (bilinguismo) foram e são potenciais factores do aportuguesamento.

No quadro seguinte, como exemplo, apresentamos algumas deformações gráficas, resultantes do aportuguesamento de antropónimos umbundu:

Quadro 6: Deformação gráfica de antropónimos umbundu

Nomes originais	Nomes aportuguesados
Kafeka	Cafeca
Kaholi	Caole
Kalitangi	Calitange
Kandjengo	Canjengo
Kange	Cange
Katihě	Catihe

Nomes originais	Nomes aportuguesados
Kasesa	Cassessa
Kasova	Cassova
Kulembi	Culembe
Mbandje	Banje
Ndacala	Dacala
Ndjinga	Jinga
Ndovala	Dovala
Nduva	Duva
Ndiyelo	Dielo
Vasovava	Vassovava
Visese	Vissesse

Como podemos observar, em alguns nomes, no quadro anterior, a adequação ortográfica utilizou várias regras para grafar nomes bantu. Essas regras partem desde a duplicação da consoante /s/, como é o caso do nome *Kaṣova* = *Caṣsova*, mantendo o som [S], passando pela eliminação da nasal inicial, no caso de *Nduva* = *ØDuva* e tantos outros processos que, passámos a descrever.

4.1.1.7. Adaptações fonológicas

Podemos afirmar que do contacto entre o português e o umbundu, surgiram novas unidades lexicais em consequência dos empréstimos para conceitos portugueses inexistentes no umbundu ou para conceitos umbundu inexistentes em português. Como podemos verificar, no contacto entre o português e o umbundu, surgiram, também, nas novas unidades lexicais (nos empréstimos interlingüísticos) fonemas, oriundos do português e vice-versa, inexistentes nessas línguas. Assim, o aportuguesamento provocou mudanças no sistema linguístico umbundu, por ter passado por vários processos, incidindo, sobretudo no sistema vocálico e consonântico, provocando assim a perda de sentido e do valor genuíno de muitos antropónimos.

De forma detalhada, apresentamos alguns fenómenos linguísticos a nível do sistema vocálico do umbundu originados pelo aportuguesamento.

I. Sistema vocálico

A língua umbundu é potencialmente nasalizada, sobretudo no seu sistema vocálico. Mas algumas unidades lexicais sofrem o aportuguesamento, perdendo essa nasalização e outros fenómenos, como a seguir demonstramos:

a) A perda da nasalidade (ã, ě, ĩ, õ, ù)

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Kalingulĩ	Calinguli
Kamelã	Camela
Ngulĩ	Guli
Nyalehã	Nhareia

b) Mudança da vogal final

Alguns nomes, na língua umbundu, por natureza própria dessa língua, têm a vogal final /u/. Com o aportuguesamento, passaram a terminar em /o/:

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Ndumbu	Dumb <u>o</u>
Ndul <u>u</u>	Andul <u>o</u>
Nekilu	Nequil <u>o</u>
Ngulungu	Golung <u>o</u>

c) Ditongação

Nas línguas africanas, em geral e na língua mbundu, em particular, não existem ditongos. Esta é uma das características próprias do português. Neste caso, temos os seguintes exemplos:

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Kamalaya	Camal <u>ai</u> a
Kamawiye	Camau <u>ie</u>
Kandyenge	Candi <u>en</u> ge
Kayombo	Cai <u>o</u> mbó

II. Sistema consonântico

Quanto ao sistema consonântico do umbundu, o aportuguesamento originou os seguintes fenómenos:

a) A perda da pré-nasalização

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Mbandwa	Bandua
Ndjamba	Jamba
Ndongwa	Dongua
Ndulu	Andulo
Ngandavila	Gandavira

b) Substituição da fricativa /v/ pela bilabial /b/

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Kata <u>v</u> ola	Cata <u>b</u> ola
Lú <u>v</u> ia	Lú <u>b</u> ia
<u>V</u> iye	<u>B</u> ié

c) Substituição da lateral /l/ pela vibrante /r/

Como dissemos, na língua umbundu não existe a consoante /r/. Assim, nenhuma palavra em umbundu é grafada com essa consoante:

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Canho <u>l</u> ã	Chanho <u>r</u> a
Gandavi <u>l</u> a	Gandavi <u>r</u> a
Nha <u>l</u> ehã	Nha <u>r</u> eia

d) Substituição da consoante /s/ pelo dígrafo /ss/

Em umbundu, o som [S] em nenhum momento é grafado com o dígrafo /ss/; apenas com o /s/:

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Cisamba	Chissamba
Hosi	Hossi
Sasenhe	Sassenhe

e) Substituição da consoante /c/ pelo dígrafo /ch/

Na língua umbundu, o fonema [tʃ] é representado pela consoante /c/. Com o aportuguesamento, o mesmo fonema passa a ser representado pelo dígrafo /ch/ ou /tch/:

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Canholã	Chanhora
Cingwali	Chinguari
Citembo	Chitembo

f) Substituição do fonema [ndʒ] pelo [ʒ]

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Kandjala	Canjala
Kandjimba	Canjimba
Sakwandja	Sacuanja

g) Substituição da consoante /k/ pela /c/ e pelos grafemas (qui e que)

Nomes em umbundu	Nomes aportuguesados
Cikala	Chicala
Kacekile	Cachequile
Kacipa	Cachipa
Kwitu	Cuito
Nekilu	Nequilo

A imposição unilingue do português, no contexto angolano, influenciou a ortografia dos nomes oriundos das línguas africanas, provocando mudanças profundas. Ao longo do período colonial, o processo de deformação da ortografia dos nomes, através do aportuguesamento, foi institucionalmente sistematizado e organizado, de tal forma que retirou tais nomes do seu contexto histórico e cultural.

De tudo quanto foi dito, podemos concluir que o contacto entre as línguas (português e umbundu e vice-versa) é inevitável, pelo facto de as duas línguas conviverem no mesmo espaço linguístico, proporcionando assim o desenvolvimento e enriquecimento das duas línguas.

O convívio entre as línguas estudadas produziu unidades lexicais novas, os neologismos, pelo processo de aportuguesamento e de umbundização, fruto do contacto linguístico. Assim, o léxico, no caso das línguas em estudo, acumula experiências de todos os falantes dessas línguas em contacto.

Do referido contacto linguístico, surgiram, por exemplo, as unidades lexicais: *ombutaũ* (de botão), *Djepele* (de Isabel), *ocikalasau* (de calção), *ombindja* (de camisa), *camba* (de ekamba), *brotutu* (de ombulututu), *Tramangola* (de *Talamangolo - Talama ongolo* = pára, ergue o joelho) e tantas outras palavras novas nas duas línguas. Estes exemplos, assim como que todas as unidades lexicais analisadas, foram afectados a nível fonético, fonológico, morfológico e semântico.

POSFÁCIO

MARGARIDA PETTER

USP (São Paulo, Brasil)

Há algum tempo, felizmente, estamos observando o crescimento do número de trabalhos sobre as diferentes variedades de português faladas na África. Nesse contexto, a iniciativa do Professor Paulo Osório de organizar este volume distingue-se das demais publicações por trazer jovens acadêmicos angolanos que assumem a tarefa de descrever aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais da variedade de português falada em Angola.

Muito embora o português angolano (PA) compartilhe traços linguísticos com outras variedades de português, em decorrência de terem todas emergido em um contexto de colonização, os autores deste livro deixam claro que estão descrevendo uma língua cuja identidade deve ser buscada na ecologia multilíngue local, em que línguas bantas, a maioria, interagem com o português europeu. Nessa perspectiva, antes de descrever o contexto sociolinguístico angolano, é apresentado o português que chegou a Angola em dois momentos, nos séculos XV e XIX, quando o Brasil independente levou Portugal a colonizar efetivamente as nações africanas. O português que chegou à África, portanto, não era o mesmo que aportou ao Brasil. Essa circunstância contribui para explicar algumas diferenças entre o português brasileiro (PB) e as demais variedades africanas de português. Um exemplo marcante desse fato é a conservação no PB de formas antigas do português europeu (PE), como o emprego do gerúndio (*estou falando*, por exemplo), em construções que o PE, num processo que se iniciou no final do século XVIII e se consolidou no século XX (Barbosa, 1999), passou a usar o infinitivo gerundivo (a+infinitivo: *estou a falar*), forma que se implantou nos países africanos de língua oficial portuguesa.

No primeiro capítulo, em que se apresenta a ecologia linguística angolana, os autores nos mostram como as línguas locais vêm interagindo com a língua oficial europeia. Nesse cenário, as línguas bantas e não bantas locais, mesmo que tenham tido um número maior de falantes durante o período colonial, sempre se mantiveram

numa situação assimétrica em relação ao português, língua de acesso aos benefícios do estatuto de “assimilado” no passado e, hoje, língua oficial e veicular do país. Os dados do censo de 2014 confirmam essa observação: há cerca de 71,15% de falantes de português em Angola. O contexto linguístico angolano fica mais explícito quando António Kingue e Paulo Osório apresentam em três quadros o levantamento sobre os domínios de uso de línguas nacionais, português e línguas estrangeiras no período pós-colonial (1987), feito por Amélia Mingas – saudosa professora homenageada nesta obra – e acrescentam a cada quadro uma nova versão em que expõem a situação moderna (2018). O português permanece em todos os momentos como a língua do meio oral e escrito nos diversos domínios de uso: “escola, emprego, igreja, família, administração, justiça, media, literatura”. As línguas nacionais/africanas, apesar de terem um uso oral e escrito nos períodos pós-colonial e moderno, não aparecem na escola; já as línguas estrangeiras, entre elas o lingala, aparecem nos diferentes domínios, incluindo a escola. O cenário delineado por esses quadros reflete a situação linguística local, mas deixa algumas dúvidas: quais são as línguas nacionais identificadas apenas como “quase todas” e, dentre essas, quais são as línguas que circulam no meio escrito “na igreja e na literatura”? Fica patente o predomínio da “língua nacionalizada”, do período pós-colonial (1987) ou “língua nacional/oficial” no período moderno (2018). Entende-se, também, que essa língua oficial seja nacional porque foi moldada pelo contato com falantes de línguas africanas locais. Hoje, essas línguas de herança estão perdendo seu espaço de uso e transmissão, o que torna mais urgente e necessário implementar políticas eficazes para que as línguas locais sejam introduzidas e valorizadas no ensino.

A autonomia do português angolano é demonstrada nos demais capítulos que descrevem sua fonologia, morfologia, sintaxe e léxico. O português europeu é uma referência para todas as transformações geradas pelo contato linguístico; do mesmo modo, semelhanças com outras variedades não nativas do PE são apenas lembradas. Tal atitude se justifica pela acertada escolha metodológica de tratar o PA como uma individualidade em construção, mesmo reconhecendo que sua natureza híbrida é compartilhada em parte por outras variedades linguísticas. As leituras que se fizerem deste trabalho, provavelmente, farão esse cotejo, como o que faço em alguns momentos.

Os traços fonológicos e morfológicos do PA, descritos no segundo capítulo, são investigados a partir as características que as línguas locais imprimiram ao português europeu. No que se refere ao sistema vocálico angolano, Afonso Miguel propõe um

quadro com 12 vogais (oito orais e quatro nasais) que se distingue pela restrição de fonemas: a vogal central fechada e as vogais médias. No nível vocálico, destaca-se a maior abertura do timbre das vogais, que aliada a outros traços resulta numa entoação própria, herdeira da musicalidade das línguas locais. No nível consonantal, observa-se a queda e a oscilação no uso de alguns segmentos, mas também se constata o acréscimo de consoantes, três pré-nasalizadas – herança das línguas bantas – uma glotal, além de /p/ em posição inicial, perfazendo 23 consoantes. No nível suprasegmental, o PA, como o PB, tende a suprimir a consoante vibrante em posição de coda da sílaba final, como nos infinitivos verbais (*canta[r]* → *canta[Ø]*) e introduzir vogal epentética para manter o padrão silábico CV das línguas bantas (p[i]neu ~ p[e]neu). O traço de nasalidade, caracterizado pelos processos da desnasalização consonantal e nasalização vocálica ocorridos em empréstimos integrados com o acréscimo de prefixos nominais bantos (*c[ãz]ica* < caN.jica < kà-njìkà) não encontram semelhança no PB. No estudo da morfologia, o autor focaliza a estrutura interna dos empréstimos bantos no PA, decorrente da incorporação dos prefixos nominais. No caso dos empréstimos lexicais, há reinterpretação do morfema de plural como primeira sílaba das palavras, como em *marimbondo*, que faz o plural como todos os demais nomes do português, *marimbondos*. Dentre os processos de derivação, destaca-se a formação de derivados híbridos, com prefixos bantos de valor gradativo (*ka-* e *ki-*) simultaneamente aos sufixos de mesmo valor do português, como em *cambutinha* < *cambuta*; *quilapinho* < *quilápi*, em que o prefixo banto já é parte do radical do empréstimo.

No nível sintático, Paulino Soma Adriano e David Jorge Lopes Suelela selecionam alguns tópicos para análise, dentro do universo extenso de questões para tratar. Tomando como um bom princípio de análise a citação de Undolo (2014), em que esse autor afirma que o contato do português com as línguas bantas resultou no uso generalizado do dativo em detrimento do acusativo e a predominância da próclise em detrimento da mesóclise, os autores trazem evidências históricas de usos do português arcaico em que esses fatos já ocorreram, o que poderia levar a concluir que o PA teria simplesmente conservado formas antigas do PE. Interessante que a mesma observação é feita com relação ao PB. No entanto, nos dois casos, deve-se reconhecer que os traços arcaicos devem ter permanecido porque o contato se deu entre línguas, com ou sem traços convergentes, que favoreceram a manutenção de formas antigas.

Parte substancial do capítulo é dedicada à investigação de aspectos ligados às orações subordinadas, tendo por base um corpus gravado de programas televisivos

e radiofônicos, privilegiando falantes escolarizados (ensino médio e superior). Esse dado é relevante, pois se fundamenta em evidências linguísticas que devem orientar a constituição de uma norma angolana de português. Fatos relativos à omissão de conjunção integrante e de pronome relativo são bem explicados pela interferência de línguas bantas. Casos rotulados como *queísmo* e *dequeísmo*, assim como a regência de verbos *permitir* e *evitar* seguidos de preposição *com* + *que* também se encontram no PB. A análise da colocação dos clíticos vem na sequência do uso de conjunções subordinativas, visto que estas exigiriam a colocação do clítico pronominal antes do verbo, situação de próclise referendada pela atual norma padrão europeia, que privilegia a posição enclítica do pronome. É instigante observar, mais uma vez, que tanto o PA quanto o PB apresentam um quadro de intensa variação no que se refere à posição do clítico pronominal. Embora, preferencialmente, ele anteceda o verbo, nos contextos em que o PE permite a próclise, as variedades africana e americana de português vêm preferindo o uso da ênclise. As explicações para esses fatos podem ser diferentes no PA e no PB, mas não deixa de ser intrigante que variedades não nativas de português que tiveram em contato com línguas bantas apresentem variação em aspectos semelhantes da gramática.

O capítulo que encerra o livro aborda o contato linguístico no nível lexical, aquele que tradicionalmente foi reconhecido como o responsável pela identidade de uma língua. A “língua nova” – nas palavras de Teresa Costa – falada em Angola contém um importante léxico de diversas línguas nacionais, pois estas não só expressam melhor muitos aspectos da realidade local como também, em certos discursos, produzem os efeitos estilísticos desejados pelo falante. Sua análise trata do umbundo, língua com maior número de falantes, falada no centro-sul do país. Ao investigar os empréstimos lexicais nas duas línguas em contato, ou seja, os umbundismos no português e os portuguesismos no umbundo, fica explícito que a mudança atinge todas as línguas em interação. Assim como o umbundo ajustou à sua fonologia e morfologia termos emprestados do português, essa língua também adaptou o léxico do umbundo à gramática do PA. Ao tratar do contato nos dois lados, evidencia-se, ainda, a vitalidade da língua africana, que continua a transformar-se pelos contatos, como fazem todas as línguas naturais. É verdade que vários empréstimos citados pela autora poderiam também ser atribuídos a outras línguas bantas locais, tendo em vista que as línguas do grupo banto compartilham muitos elementos gramaticais e lexicais. No entanto, é possível reconhecer a especificidade de cada língua quando

se observam mais de perto fatos de sua gramática, como a nasalidade, traço bem particular ao umbundo.

Os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais do português angolano apresentados nesta obra oferecem uma amostra significativa da emergência de “uma língua nova”, na expressão de Teresa Costa. Esses estudos, com certeza, vão inspirar outros trabalhos que darão continuidade à tarefa de descrever e explicar por meio de diferentes teorias a realidade multilíngue angolana, em que o português convive com línguas africanas que ainda carecem de descrição.

REFERÊNCIAS

- Adriano, Paulino Soma. 2014. *Tratamento morfosintático de expressões e estruturas fráscas do português em Angola. Divergências em relação à norma europeia* (Tese de Doutorado não editada). Évora: Universidade de Évora.
- Adriano, Paulino Soma. 2015. *A crise normativa do português em Angola. Cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda: Mayamba.
- Agualusa, José Eduardo. (1998). *A Conjura* (2.^a ed.) Lisboa: Dom Quixote.
- Alarcos Llorach, Emilio. (1982) [1970]. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos.
- Aleixo, Ramiro. (2011). *A Origem do Povo Ovimbundo: a hipótese mais próxima da realidade*. Artigo 2. Revista Benguela.
- Andrade, Ernesto d' & Celeste, Rodrigues (1999). Das escolas e das culturas: história de uma sequência consonântica. In: *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (1998)*. Lisboa: APL, 117-133.
- Andrade, Ernesto d'. (2007). *Línguas Africanas: breve introdução à Fonologia e Morfologia*. Lisboa: A. Santos.
- Angenot, Jean-Pierre. & Jean-Pierre Jacquemin. (1976). Identificação de critérios lingüísticos que permitem precisar a origem dos empréstimos bantos no Português do Brasil. In *X Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador, Bahia.
- Antoine, Arnauld; Claud, Lancelot. (1660). *Grammaire générale et raisonnée ou La grammaire de Port-Royal*. Source Gallica: Biblioteque Nationale de France.
- António, João & Osório, Paulo. (2018). História e variação morfosintática entre o quimbundo e o português na região de Kwanza Norte, em Angola: formação do plural, concordância de género e formação do diminutivo e do aumentativo dos substantivos. In: *Fórum Lingüístico* (vol. 15, n.º 4). Revista Eletrónica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 3289-3302. (DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2018v15n4p3289>).

- Aristóteles. (1985). *Organon. Categorias e Periérmeneias*. Trad. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores.
- Arquivo Dialetal do Centro de Linguística da Universidade do Porto. (2012). *Lista dos símbolos fonéticos e diacríticos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA 2005) usados nas transcrições do Arquivo Dialetal do CLUP*. Porto: Arquivo Dialetal do CLUP (disponível em: <https://pdfslide.net/documents/lista-dos-simbolos-foneticos-e-diacriticos-do-alfabeto-fonético-.html>; data de consulta: 17.08.2020).
- Bacelar do Nascimento, M. F. (2013). Processos de lexicalização. In Raposo, Eduardo B. P. et al. (Orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015-246.
- Bagno, Marcos. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Barbosa, Jorge. M. (1994). *Introdução ao estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Barbosa, Pilar. (2013). Subordinação argumental finita. In: *Gramática do Português (Vol. 2)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1821-1897.
- Barboza, Jeronymo Soares. (1822). *Grammatica Philosophica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Academia Real de Sciencias.
- Barros, João de. (1540). *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Versão online do *Corpus de textes linguistique fondamentaux*. Disponível em etlf.ens-lyon.fr/i-fiche.asp?
- Bechara, Evanildo. (2009) [1961]. *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna.
- Bergström, Magnus et al. (1990). *Prontuário Ortográfico e Guia de Língua Portuguesa*. (39.ª ed.). s/d e s/l
- Borba, Francisco da Silva. (2003). *Organização de Dicionários: Uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP.
- Brandão, Sílvia F. et al. (2017). Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 27(2). São Paulo, 293-315. Disponível em <http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2762/pdf>; data da consulta: 06.5.2020).
- Brandão, Sílvia. F., Maria A. Mota & Cláudia S. Cunha. (2003). Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o R final de vocábulo. In Brandão, Sílvia. F. & Maria A. Mota (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 163-180.
- Brito, Ana Maria, Duarte, Inês & Matos, Gabriela. (2003). Estrutura da frase simples e tipos de frases. In *Gramática da Língua Portuguesa* (7.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminhos SA, 433-506.

- Cabral, Lisender A. (2005). *Complementos verbais preposicionados do Português em Angola*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação Mestrado).
- Câmara Jr., Mattoso. (1984). *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petropolis: Vozes.
- Cambuta, José. (2014). *A Formação de Verbos no Português de Angola: Para um estudo comparativo entre o Português Europeu e o Português de Angola*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Casteleiro, João Malaca (Dir.). (2007). *Dicionário Gramatical de Verbos Portugueses*. Lisboa: Texto Editores Lda.
- Castilho, Ataliba T. (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Plátano.
- Chavagne, Jan-Pierre. (2005). *La Langue Portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais* (Tese de Doutorado). Université Lumière Lyon 2, Lyon.
- Chicuna, Alexandre Mavungo. (2015). *Portuguesismos nas Línguas Bantu: Para um Dicionário Português – Kiyombe* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Childs, George T. (2003). *An introduction to African languages*. Amsterdam / Philadelphia. John Benjamin Pub Co.
- Cipriano, Sony Kambol. (2004). *O Surgimento da Crise de Identidade Linguística*. Luanda: Editorial Nzila.
- Contente, Maria Madalena Dias Marques. (2008). *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*. Lisboa: Colibri.
- Correia, Margarita et al. (2005). *Inovação Lexical em Português*. Lisboa: Colibri.
- Coseriu, Eugenio. (1979). *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança linguística*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença.
- Costa, Teresa M. C. José. (2015). *Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um Dicionário de Umbundismos* (Tese de Doutorado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Costa, Teresa. (2013). *Os Empréstimos Lexicais no Português Falado em Angola – Um estudo lexicológico da variante angolana*. Luanda: Editora Grafvico.
- Chomsky, Noam. (1995). *O Programa Minimalista*. Trad. de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley. (2014) [1984]. *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (21.^a ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Decreto n.º 77 do Alto Comissariado da República, de 17 de dezembro de 1921. *Boletim Oficial da Província de Angola*.
- Diário da República de Angola n.º 3/ 5/ 87.

- Duarte, Inês. (2000). *Língua Portuguesa. Instrumento de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, Inês. (2003). Aspectos sintácticos da gramática do português. In: Mateus, Maria Helena Mira et al. (2003) [1989]. *Gramática da Língua Portuguesa* (7.ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Fernandes, João & Ntongo, Zavoni. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Filho, Everaldo da S. (2004). *Reflexão sobre ditongos e nasalidade no Português Brasileiro. Maceió/Brasil* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal de Alagoas, Alagoas.
- Fonseca, Maria do Céu. (2013). *Perspectivas para um estudo sintático*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- Freitas, Maria J. & Santos, Ana L. (2001). *Contar (histórias de) sílabas. Descrição e implicações para o ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri.
- Galisson, Rober. (1972). *Dictionnaire de Didactique des langues*, Hachette, Paris.
- Garmadi, Juliette. (1983). *Introdução à Sociolinguística*. Trad. Eugénio Cavalheiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Gonçalves Viana, Aniceto dos R. (1973). *Estudos de Fonética Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gonçalves, Carlos A. (2012). Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polémica. *Matraga*, vol. XIX, n.º 30. Rio de Janeiro, 142-167. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga30/arqs/matraga30a07.pdf>; data da consulta: 09.8.2020.
- Gonçalves, Perpétua. (2013). O português em África. In *Gramática do Português* (vol. 1.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 157-178.
- Guthrie, Malcom. (1948). *The Classification of the Bantu Languages*. London: University Press.
- Gutiérrez Ordóñez, Salvador. (1997). *Principios de sintaxis funcional*. Madrid: Arco/Libros.
- Gutiérrez Ordóñez, Salvador. (2002). *Forma y Sentido en Sintaxis*. Madrid: Arco Libros.
- Hagemeijer, Tjerk. (2016). O Português em Contacto em África. In: Martins, Ana Maria & Carrilho, Ernestina (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa* (vol 16). Berlim: De Gruyter, 43-67.
- Haugen, E. (1950b). The analysis of linguistic borrowing. In: *Language* (vol. XXVI, n.º 2, 210-231. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdf/410058.pdf>; data da consulta: 08.07.2020.
- Haugen, Enair. (1953). *The Norwegian language in America: the bilingual community* (Vols. I & II). Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Hernandez Alonso, Cesar. (1996). *Gramática funcional del español* (3ª ed.). Madrid: Gredos.

- Hopper, Paul J. & Traugott, Elisabeth Closs. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: University Press.
- INE. (2016). Resultados Definitivos. *Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola – 2014*. Luanda.
- Inverno, Liliana. (2008). *A Transição de Angola para o Português. Uma História Sociolinguística*. Coimbra: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Isquerdo, Aparecida N. (2006). Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. In: Alfa. São Paulo, 50 (2), 9-24. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1408>; data da consulta: 07.07.2020.
- Isso, Mbela. (2008). *A Origem dos Ovimbundu: a hipótese mais próxima da realidade*. S/ed, s/l.
- Katamba, Francis. (2003). Bantu nominal Morphology. In: Nurse, Derek & Gérard Philippson (Eds.). *The Bantu languages*. London / New York: Routledge, 103-120.
- Leech, Geoffrey. (1992). *100 millions words of English*. The British National Corpus (BNC), Language Research 28. London: Longman.
- Leiria, Isabel. (2006). *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu, Língua não materna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, Carlos Henrique da Rocha. (1992). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (31.^a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lma, Rocha. (2011)[1957]. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (49.^a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Lobato, Antonio José dos Reis. (1770). *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Tipográfica.
- López, Laura A. (2013). Saravá zifui!': a integração do prefixo 'zi' em afro-variedades do Português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 55.2, Campinas, 7-23.
- Luft, Celso Pedro. (2010). *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática.
- Magalhães, António Miranda. (1922). *Manual de Línguas Indígenas de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola.
- Malumbu, Moisés. (2005). *Os Ovimbundu de Angola, Tradição – Economia e Cultura Organizativa*. Roma: Edizioni Vivere in.
- Malumbu, Moisés. (2007). *Gramática da Língua Umbundu, Onungandaka Y'elimi Ly'umbundu, Umbundu- Português*. Roma: Edizioni Vivere in.
- Manuel, Isaiás. (2011). *Ensino do Léxico – Ensaio de Uma Estratégia para o Desenvolvimento do Léxico dos Alunos na Escola de Formação de Professores “Cor Mariae”, Uíje*. (Dissertação de Mestrado não editada). Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Luanda.

- Marçalo, Maria João & Naege, João Muteteca. (2017). Aspetos sobre o Conjuntivo no Português de Angola. In: *De Volta ao Futuro da Língua Portuguesa. Atas do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Simpósio 22 – Questões Semântico-Sintáticas na Pesquisa e no Ensino da Língua Portuguesa*, 3477-3492, 3477-3489.
- Marques, Irene G. (1983). *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*. In: *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (vol. I). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 205-223.
- Martinet, André. (1985). *Syntaxe générale*. Paris : Armand Colin.
- Martins, Ana Maria. (1994). *Clíticos na História do Português*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Martins, Ana Maria. (2013). Posição dos pronomes pessoais clíticos. In: *Gramática do Português (Vol. 2)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2231-2301.
- Martins, M.R.D. et al. (1996). *Formar Professores de Português Hoje*. Lisboa: Colibri.
- Martins, Manuel Alfredo de Morais. (1958). *Contacto de Culturas no Congo Português*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva.
- Mateus, Maria H. M. (2004). Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos. In: *Actas do Encontro sobre O Ensino das Línguas e a Linguística APL e ESE de Setúbal*.
- Mateus, Maria H. M., Sónia Frota & Marina Vigário. (2003). Prosódia. In: Mateus, M. H. M. et al. (Orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1035-1076.
- Mateus, Maria Helena Mira et al. (2003) [1989]. *Gramática da Língua Portuguesa* (7.^a ed.). Lisboa: Caminho.
- Matras, Yaron. (2009). *Language Contact*. New York: University Press.
- Mbangale, Mushombo T. (2005). As unidades neológicas do Português em África. In: *Revista Babilónia – Línguas, Culturas e Tradução* (n.º 02/03), 179-188.
- Mendes, Beatriz C. (1985). *Contributo para o estudo do Português em Angola*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mendes, Irene. (2000). *O Léxico no Português de Moçambique*. Maputo: Editora de Maputo.
- Mendes, Irene. (2009). *Da Neologia ao Dicionário o Caso do Português de Moçambique*. (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Miguel, Afonso J. (2019). *Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no Português Oral de Luanda*. (Tese de Doutoramento não editada). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Miguel, Maria Helena. (2014). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Mayamba.
- Mingas Amélia. (2000). *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mingas, Amélia A. (2002). Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano. In: Mateus, Maria Helena Mira (Coord.). *Uma Política de Língua para o Português*, (Colóquio Julho 1998). Lisboa: Colibri.
- Ministério da Cultura. (2004). *Lei sobre Estatuto das Línguas Nacionais*. Luanda.
- Ministério da Educação. (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Lisboa: ASA.
- Mota, Maria A. (1996). Línguas em contacto. In: Faria, Isabel H. et al. (Orgs.). *Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 505-533.
- Mudiambo, Quibongue. (2013). *Da Lexicologia e Lexicografia de aprendizagem ao ensino da Língua Portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário: 10^a, 11^a, 12^a e 13^a classes na E.F.P. “Cor Mariae” do Uije*. (Tese de Doutoramento não editada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Nebrija, Antonio de. (1492). *Gramática de la Lengua Castellana*. Estudio y edición de Antonio Quilis. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Arecas (3.^a ed.), 1989.
- Neves, A. F. Santos. (1974). *Quo Vadis, Angola?*. Lousã: Tip. Lousanense.
- Neves, Maria Helena Moura. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- Ngunga, Armindo & Madalena C. Simbine. (2012). *Gramática Descritiva da língua Changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – UEM.
- Nogueira, Rodrigo de Sá. (1958). *Da Importância do Estudo Científico das línguas do Ultramar Português. Separata do Anuário do Instituto de Estudos Ultramarinos* (Vol. III).
- Norton, José. (2016). *Norton de Matos: Biografia* (2.^a ed.). Lisboa: Editora Marta Ramires.
- Ntondo, Zavoni. (2006). *Morfologia e Sintaxe do Nganguela*. Luanda: Editorial Nzila.
- O Angolense – Dicionário da Linguagem Angolana* (3.^a ed. revista e aumentada). Disponível em: https://oangolense.blogspot.com/2018/01/a_31.html; data da consulta: 18.09.20.
- Oiticica, José. (1942). *Manual de análise léxica e sintática* (6.^a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Oliveira, Ingrid da C. (2018). *Os róticos em coda silábica externa: O interior da região sul no Projeto ALIB*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Pereira, Rui A. (2007). *Formação de verbos em Português – afixação heterocategorial*. Muenchen: LINCOM EUROPA.
- Peres, João Andrade & Móia, Telmo. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- Petter, Margarida M. (2008). *Variedades lingüísticas em contato: Português Angolano, Português Brasileiro e Português Moçambicano*. São Paulo. Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de livre-docência).
- Pinto, Alberto Oliveira. (2017). *História de Angola, da Pré-História ao Início do Século XXI*. (2ª ed.). Lisboa: Mercado de Letras, Lda.
- Quivuna, Manuel. (2014). *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português Língua não Materna. Estudo de caso: Escola do 2.º Ciclo da cidade do Wizi*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Rabanales, Ambrosio. (2005). Queísmo y dequeísmo en le español de Chile. *Onomázein*, 12/2, 23-53.
- Raposo, Eduardo Paiva *et al.* (2013). *Gramática do Português* (Vol. I.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, Eduardo Paiva. (2013). Estrutura da Frase. In: *Gramática do Português* (Vol. I.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 303-394.
- Reis, Victorino. (2006). *Sociolinguística, Dinâmica Funcional vs Problemas funcionais da Língua*. Luanda: Editorial Nzila.
- Riffaterre, Rafael. (1971). *Estilística Estrutural*. Trad. de Anne Arnechande e Álvaro Lurencini. São Paulo: Cultrix.
- Rio-Torto, Graça M. *et al.* (2016 [2013]). *Gramática Derivacional do Português*. (2.ª edição *online*). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/13485/3/Gram%C3%A1tica%20Derivacional.pdf>; data da consulta: 10.09.2020.
- Rodrigues, Violeta Virginia. (2007). Correlação. In: *Ensino da Gramática: Descrição e Uso*. São Paulo: Contexto, 225-235.
- Santos, Eduardo F. dos & Lúcia Lima da S. (2016). O diminutivo no Português do Libolo: uma abordagem preliminar. In: Naves, Rozana Reigota, Carolina Queiroz Andrade & Cíntia da Silva Pacheco (Orgs.). *Caderno de Resumos do IX Encontro ABECS*. 66-67.
- Saussure, Ferdinand de. (2006) [1916]. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- Sengo, Alice S. (2010). *Processos de enriquecimento do léxico do Português de Moçambique*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- Silva, Ana Pita G. Martins. (2015). *Lexicografia Bilingue de Especialidade: E-Dicionário Português Kimbundu no Domínio da Saúde*. (Tese de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Silva, Antonio de Moraes. (1806). *Epítome de Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thadeo Ferreira.
- Silva, Jaime Ferreira & Osório, Paulo. (2008). *Introdução à História da Língua Portuguesa. Dos Fatores Externos à Dinâmica do Sistema Linguístico*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Silva, Raquel & Costa, Rute. (2008). De la Typologie à l'ontologie de textes. In : Toth, Terminologie & Ontologie : Théories et Applications, ISKO France.
- Suelela, David. (2019). *Complementação finita no português de Angola. Para uma gramática da frase* (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Évora, Évora.
- Tesnière, Lucien. (1994) [1959]. *Elementos de Sintaxis Estructural*. Trad. espanhola de Esther Diamante. Madrid: Gredos.
- Thomason, Sarah. G. & Terence Kaufman. (1988). *Language contact, creolization and genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- Undolo, Márcio Edu da Silva. (2014). *Caracterização da norma do português em Angola* (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora.
- Undolo, Márcio. (2016). Caracterização do sistema vocálico do Português culto falado em Angola. *Revista de Filología Románica* (n.º 3, vol. 31), 181-18
- Veloso, João. (2007). *Da influência do conhecimento ortográfico sobre o conhecimento fonológico. Estudo longitudinal de um grupo de crianças falantes nativas do português europeu*. München: LINCOM EUROPA.
- Veloso, Rita. (2013). Subordinação relativa. In: *Gramática do Português* (Vol. II). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2063-2133.
- Vieira, Maria de Fátima. (2011). *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística* (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vieira, Sílvia Rodrigues & Brandão, Sílvia Figueiredo (Orgs.). (2007). *Ensino de Gramática: Descrição e Uso*. São Paulo: Contexto.
- Vilela, Mário. (1994). *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Vilela, Mário. (1992). *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.
- Villalva, Alina. (2003). Aspectos morfológicos da gramática do Português. In: Mateus, Maria H. M. et al. (Orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Caminho, 915-983.

- Villalva, Alina. (2008). *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Weinrich, Harald. (1979). A Verdade dos Dicionários. In: Mário Vilela (Org.). *Problemas de Lexicologia e Lexicografia*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Winford, Donald. (2003). Contact-induced changes – classification and processes. *OSUWPL – Ohio State University Working Papers in Linguistics* 57, 129–150. Disponível em: <https://linguistics.osu.edu/sites/linguistics.osu.edu/files/Don-WPL.pdf>; data da consulta: 07.09.2020.
- Winford, Donald. (2005). *An introduction to Contact Linguistics*. Oxford / Malden / Berlin: Blackwell Publishing.
- Xavier, Francisco da S. (2010). *Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Xavier, Francisco da S. (s.d.). Para uma proposta de como se adaptaram as pré-nasalizadas de línguas africanas no português brasileiro. Texto em P disponível em http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/03_23.pdf; data da consulta: 14.04.2020.
- Xitu, Uanhenga. (1985). *Manana* (3.^a ed.). Luanda: Edições 70.
- Xitu, Uanhenga. (2013). *Mestre Tamoda e Outros Contos*. Luanda: Eigal.
- Xitu, Uanhenga. (1980). *Os Sobreviventes da Máquina Colonial Depõem*. Luanda: Edições 70.
- Yambo, Francisco. (2003). *Pequeno Dicionário Antropológico Umbundu*. Luanda: Editorial Nzila.
- Zau, Domingos G. Dele. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da Sua Nacionalização*. (Tese de Doutorado não editada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Sitiografia

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=zkIL1ieD&id=D67CC-4F4D18028EE0ED5EDF248440CB7E20D68E2&thid=OIP.zkIL1ieDn3g7Y8sLNnUu6wHalZ&q=mapa+de+angola+atualizado&simid=608035103597068430&selectedIndex=49&ajaxhist=0>. Consultado a 18 de Dezembro de 2020:

- Os ovimbundu em Angola
- As danças tradicionais angolanas
- Os instrumentos musicais angolanos

Corpus escrito

<http://www.jornaldeangola.sapo.ao/>

<http://www.jornaldosdesportos.sapo.ao/>

<http://www.jornalcultural.sapo.ao/>

<http://www.cipm.fcsh.unl.pt>

Corpus oral

RH – Rádio Huíla

RNA – Rádio Nacional de Angola

TPA 1 – Televisão Pública de Angola, Canal 1

DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES

PAULO OSÓRIO (COORD.)

É Professor Catedrático de Linguística Portuguesa da Universidade da Beira Interior, onde lecciona unidades curriculares no âmbito das Ciências da Linguagem. É Doutorado, Pós-doutorado e Agregado em Linguística Portuguesa, sendo autor de inúmeros livros e artigos científicos. Orientou/orienta diversas dissertações de mestrado e teses de doutoramento e tem, ainda, acompanhado alunos de pós-doutoramento. As suas principais áreas de investigação são a Linguística Histórica, a Variação Linguística e o Português Língua Não Materna. Tem participado em corpos sociais de instituições científicas nacionais e estrangeiras, destacando-se o mandato como Presidente da Direcção da AILP (Associação Internacional de Linguística do Português) no triénio 2014-2017 e, desde Janeiro de 2021, membro da Direcção da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina), desempenhando a função de Delegado Regional (Espanha e Portugal), por convite do Presidente da Direcção, Professor Doutor Dermeval da Hora.

AFONSO MIGUEL

É Professor Auxiliar no Departamento de Língua Portuguesa do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED – Luanda e actua nos cursos de licenciatura e mestrado em ensino de Língua Portuguesa nesta mesma instituição, integrando a Comissão Científica do Mestrado em Metodologias de Ensino do Português. É membro do projecto de investigação PALMA – Posse e Localização: Microvariação em Variedades Africanas do Português do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e membro da Cátedra de Língua Portuguesa da Universidade Católica de Angola, onde também faz parte das comissões editorial, científica e de revisão da “Revista *Ipsis Verbis*”. Dos trabalhos publicados, destaca-se a obra *Sobre a referência indeterminada de sujeito e agente da passiva do português europeu* (2013). Tem como áreas de interesse: descrição linguística, contacto linguístico, variação linguística e multilinguismo, estudo contrastivo entre línguas africanas (bantu) e português, e ensino de línguas.

ANTÓNIO KINGUI

É Professor Auxiliar no Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo, no Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo, no Instituto Superior Politécnico da Caála e no Instituto Superior do Exército no Huambo, onde lecciona as disciplinas de História da Língua Portuguesa, Metodologia de Investigação Científica e Asseguramento Engenheiro. É pós-doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade Interamericana, doutorado em Linguística, pela Universidade de Évora, Mestre em Estudos Lusófonos, pela Universidade da Beira Interior e Licenciado em Linguística do Português, pelo ISCED-Hbo. É, igualmente, capitão das Forças Armadas Angolanas, sendo autor de artigos publicados em Revistas Internacionais. As suas principais áreas de investigação são a Linguística Histórica, a História da Língua Portuguesa e a Variação Linguística.

DAVID SUELELA

É Doutorado em Linguística pela Universidade de Évora, Mestre em Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários pela Universidade da Beira Interior e Licenciado em Ensino de Português pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED). É Membro Investigador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora e co-autor de vários livros didáticos e artigos científicos. Foi Presidente do Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba. As suas principais áreas de investigação são a Linguística Histórica, a Linguística Aplicada e a Gramaticografia Portuguesa.

PAULINO SOMA ADRIANO

É Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla), onde coordena o mestrado em Ensino da Língua Portuguesa e lecciona unidades curriculares no âmbito da Linguística Portuguesa. É doutorado em Linguística; autor de livros e artigos científicos sobre o Português no contexto de Angola. As suas principais áreas de investigação são a Variação Linguística e a Linguística Educacional.

TERESA COSTA

É doutorada em Linguística Portuguesa, especialidade de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2015. Actualmente, é professora Associada no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, onde lecciona as disciplinas de Técnicas de Expressão em Língua Portuguesa, Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa e Introdução aos Estudos Linguísticos, Didáctica da Língua Portuguesa, Oficinas da Língua Portuguesa e Prática Docente da Língua Portuguesa I e II. Lecciona, igualmente, nos cursos de Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa. Na mesma Instituição, é Chefe do Departamento de Língua Portuguesa e membro do Conselho Científico. Participou em alguns Encontros e Colóquios com carácter internacional, na área de Língua Portuguesa. É autora de diversas publicações, destacando-se a obra *Os Empréstimos das Línguas Nacionais no Português Falado em Angola – Um Estudo Lexicológico da Variante Angolana*.

ISBN 978-989-755-778-1



9 789897 557781



cllc
universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia